

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
História, Poder e Práticas Sociais

MARILDA MARQUES

IDENTIDADE E DIFERENÇA: MEMÓRIAS SOBRE (E DA) POPULAÇÃO DO
DISTRITO DE BRAGANTINA, ASSIS CHATEAUBRIAND – PARANÁ
(1960 – 2012)

Marechal Cândido Rondon
2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
História, Poder e Práticas Sociais

MARILDA MARQUES

IDENTIDADE E DIFERENÇA: MEMÓRIAS SOBRE (E DA) POPULAÇÃO DO
DISTRITO DE BRAGANTINA, ASSIS CHATEAUBRIAND – PARANÁ
(1960 – 2012)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado) *Strictu Sensu* em História, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História, Poder e Práticas Sociais. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Campus de Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nestor Stein.

Marechal Cândido Rondon
2013

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Méri Frotscher
(Unioeste)

Professor Dr. Jiani Fernando Langaro
(UFGD)

Professor Dr. Marcos Nestor Stein
(Unioeste)

Orientador

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e idênticas.

Hannah Arendt

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho, contei com o apoio de muitas pessoas e instituições às quais sou imensamente grata. Com o cuidado de não esquecer ninguém, o que seria uma indelicadeza, inicio agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon – UNIOESTE e ao Prof. Dr. Marcos Nestor Stein, o qual aceitou a árdua tarefa de orientar-me, acompanhando-me e me incentivando ao longo da caminhada para que não desistisse da realização da pesquisa.

Aos professores da banca de qualificação, Profa. Dra. Méri Frotscher e Dr. Davi Felix Schreiner, pelas valiosas contribuições as quais deram um novo impulso ao meu trabalho. Aos Professores da Pós-Graduação em História, especialmente aos professores Robson Laverdi, Geni Rosa Duarte, Méri Frotscher, Yonissa Marmitt Wadi, Rinaldo José Varussa pelo grande conhecimento que proporcionaram no decorrer das disciplinas. A Iraci, secretária do Programa, sempre solícita gentil e prestativa.

Agradeço também àqueles que auxiliaram em tarefas correlatas à Dissertação, como a correção ortográfica realizada com seriedade e competência pela professora Janice Aparecida de Souza Salvador. Pela formatação e impressão feita pelo colega Osmar Fabris.

Agradeço imensamente aos moradores do distrito de Bragantina que, de forma gentil, alegre e às vezes tímida, me receberam em suas casas, doaram parte de seu tempo e rememoraram suas trajetórias de vida para que fosse possível a elaboração desse trabalho. Este foi um momento ímpar na minha vida.

Agradeço também a todos os colegas e amigos que fiz durante o Mestrado pelo apoio e companheirismo nesse período de estudo, como Nicheli, Abigail, Gladis, Carol, Alexandre, Patrícia e Dênis. Em especial a Nicheli por ter contribuído com algumas reflexões, “te admiro muito”. E a Gladis, companheira de viagem e amiga com quem tenho e pretendo continuar mantendo laço de amizade.

Ao Eduardo e a Laura, meus filhos, os quais aguardam ansiosos a finalização desse trabalho e ao companheiro Evandro. A todos os meus familiares, pais, irmãos

e irmãs, que sempre me apoiaram, em especial, a minha irmã Marlene. Devo a ela essa paixão pelo conhecimento e pela História.

A CAPES pela concessão da bolsa de estudos durante seis meses.

A Secretaria de Assistência Social do Município de Toledo, que concedeu dias de dispensa para que eu pudesse produzir a pesquisa. Aos meus colegas de trabalho do Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS I, II e CRAS II, que, em minha ausência, “seguraram as pontas”, sou grata a todos vocês.

A Deus, pela vida e pelas pessoas especiais que colocou em meu caminho para fazer parte dessa história.

RESUMO

IDENTIDADE E DIFERENÇA: MEMÓRIAS SOBRE (E DA) POPULAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANTINA, ASSIS CHATEAUBRIAND – PARANÁ (1960 – 2012)

O presente trabalho objetivou realizar algumas reflexões acerca dos discursos identitários e memórias produzidas sobre (e da) população que colonizou as áreas pertencentes aos municípios de Toledo e Assis Chateaubriand, a partir da década de 1960. Problematicamos os discursos identitários presentes em textos escritos, elaborados por pesquisadores norte-americanos, europeus e memorialistas brasileiros, sobre a população que colonizou essas áreas. Tais produções estabelecem fronteiras geográficas e étnicas entre a população mediante o uso de vários termos, como: “sulistas”, “nortistas”, “colonos”, “caboclos”, “pelo-duro”, “rio-grandenses”, “italianos”, “alemães”. Esse conjunto de palavras empregadas, longe de evidenciar a diversidade populacional existente no período da colonização, visava estabelecer a diferença entre os escolhidos e os excluídos do processo. Para a população escolhida, de ascendência alemã e italiana, oriundas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, unificados por meio do termo “elemento humano”, os discursos estabelecem uma imagem positiva, como: “mão de obra esmerada”, “de maior valor produtivo”, “aclimatadas”, com “amor ao trabalho” e outros. Para a população excluída, oriundos de outras regiões do Brasil, em especial do Norte do Paraná, os chamados “nortistas”, são empregados termos pejorativos, como: “aventureiros”, “mundanos”, “retirantes da seca”, “desamparados”, “pelo-duro” e outros. Analisamos outras dimensões do vivido narradas por alguns moradores do distrito de Bragantina, sobre o processo de colonização do local. As narrativas apontam para a movimentação de pessoas de várias regiões do Brasil que convergiram para o local a partir da década de 1960, não na forma de “correntes migratórias” ou “frentes pioneiras”, mas isoladamente ou com suas famílias, bem como os conflitos agrários e a luta pela terra, os estranhamentos ao deparar-se com o “outro” e a constituição de laços de solidariedade entre vizinhos e conhecidos.

Palavras-chave: identidade e diferença, memória, colonização, Bragantina, Assis Chateaubriand.

RESUMEN

IDENTIDAD Y DIFERENCIA: MEMORIAS SOBRE (Y DE LA) POBLACIÓN DEL DISTRITO DE BRAGANTINA , ASSIS CHATEAUBRIAND – PARANÁ (1960 – 2012)

El presente trabajo ha tenido como objeto realizar algunas reflexiones acerca de los discursos identitarios y memorias producidas sobre (y de la) población que ha colonizado las áreas pertenecientes al municipio de Toledo y Assis Chateaubriand, a partir de la década de los 60. Problematicamos los discursos identitarios presentes en textos escritos, elaborados por investigadores estadounidenses, europeos y memorialistas brasileños, sobre la población que ha colonizado esas áreas. Tales producciones establecen fronteras geográficas y étnicas entre la población mediante el uso de varios términos, como: “sudistas”, “nordistas”, “colonos”, “caboclos”, “pelo duro”, “riograndenses”, “italianos”, “alemanes”. Ese conjunto de características empleadas, lejos de evidenciar la diversidad poblacional existente en el periodo de la colonización, pretendía establecer la diferencia entre los elegidos y los excluidos del proceso. Para la población elegida, de ascendencia alemana e italiana, oriundas de *Rio Grande do Sul* y *Santa Catarina*, unificados através del término “elemento humano”, los discursos establecen una imagen positiva, como: “mano de obra esmerada”, “de mayor valor productivo”, “aclimatadas”, con “amor al trabajo” y otros. Para la población excluida, oriundos de otras regiones de Brasil, en especial del Norte de Paraná, los dichos “nordistas”, son empleados términos peyorativos, como: “aventureros”, “mundanos”, “desertores de la sequía”, “desamparados”, “pelo duro” y otros. Por los senderos de la memoria, analizamos otras dimensiones de lo vivido narradas por algunos habitantes del distrito de Bragantina, sobre el proceso de colonización del local. Las narrativas apuntan para la movimentación de personas de varias regiones del Brasil que convergieron para el local a partir de la década de los 60, no en la forma de “corrientes migratorias” o “frentes pioneras”, sino aisladamente o con sus familias, bien como el conflicto agrario y la lucha por la tierra, los extrañamientos al depararse con lo “otro” y la constitución de lazos de solidaridad entre vecinos y conocidos.

Palabras clave: identidad y diferencia, memoria, colonización, Bragantina, Assis Chateaubriand.

LISTA DE FIGURAS

MAPA 1. Localização do distrito de Bragantina, Assis Chateaubriand/PR.....	24
MAPA 2. Mapa do Estado do Paraná: zona considerada (Oeste do Paraná)	49
MAPA 3. Correntes migratórias e etnias	51
MAPA 4. Municípios com áreas ocupadas de forma desordenada	57
MAPA 5. Zonas pioneiras de ocupação no Brasil	60
MAPA 6. Correntes migratórias no Oeste do Paraná.....	63
MAPA 7. Tipos de ocupação realizados pela Empresa Maripá.....	65
MAPA 8. As correntes migratórias	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Etnias	52
Tabela 2. Etnias	53
Tabela 3. Etnia	110
Tabela 4. Estrangeiros	110

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
CAPÍTULO I – DISCURSOS IDENTITÁRIOS SOBRE A POPULAÇÃO QUE COLONIZOU A FAZENDA BRITÂNIA	29
1.1 DIFERENÇA E EXCLUSÃO: ENTRE CABOCLOS E OS DE “ORIGEM”	29
1.2 “RIOGRANDENSE” E “NORTISTA”: A DEFINIÇÃO DE UM LUGAR	43
1.3 “CORRENTES MIGRATÓRIAS” NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: “SULINOS”, “LUSO-BRASILEIROS” E “NORDESTINOS”	48
1.4 “FRENTES PIONEIRAS” NO OESTE DO PARANÁ: “LUSO-BRASILEIRO” E “DESCENDENTE DE EUROPEU”	59
CAPÍTULO II – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS SOBRE A POPULAÇÃO DE TOLEDO E ASSIS CHATEAUBRIAND	69
1.1 O “ELEMENTO HUMANO” NA CENCEPÇÃO DE OSCAR SILVA	69
1.2 O “ELEMENTO HUMANO” NO DISCURSO DO “PIONEIRO” ONDY HELIO NIEDERAUER.....	89
1.3 A CONSTITUIÇÃO DO “PIONEIRISMO NORDESTINO” NA VISÃO DE LAÉRCIO SOUTO MAIOR	95
1.4 MEMÓRIAS EM DISPUTA: UM APELO À OUTRA HISTÓRIA.....	111
CAPÍTULO III – MEMÓRIAS DIVERSAS DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANTINA	124
1.1 MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E SUJEITOS COLETIVOS: IDENTIDADES, DIFERENÇAS E SOLIDARIEDADES.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
FONTES ESCRITAS.....	167
FONTES ORAIS	168
REFERÊNCIAS.....	170
ANEXO	175

APRESENTAÇÃO

“Sulistas”, “nortistas”, “colonos”, “caboclos”, “luso-brasileiros”, “pelo-duro”, “riograndenses”, “italianos”, “alemães”: estes são alguns dos termos empregados para identificar e classificar a população que se fez presente no processo de “colonização”¹ na região Oeste do Paraná² a partir do ano de 1946, na área de abrangência da Fazenda Britânia³ e, mais tarde, na área pertencente ao atual distrito de Bragantina⁴, Assis Chateaubriand⁵. Contudo, esse conjunto de características

¹ A colonização assume formas de ação totalizante, ao ocupar um novo chão, explorar seus bens de forma privada, submeter os seus naturais, sobrepor um modo de ser e uma forma de apropriação da terra sobre outros. Segundo Bosi, “como se fossem verdadeiros universais das sociedades humanas, a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se toda vez que se põe em marcha um ciclo de colonização. Mas o novo processo não se esgota na reiteração dos esquemas originais: há um *plus* estrutural de domínio, há um acréscimo de forças que se investem no desígnio do conquistador emprestando-lhes às vezes um tónus épico de risco e aventura”. BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992. p. 12 e 13.

² Atualmente o Estado do Paraná é dividido em 10 mesorregiões, sendo uma delas a “Mesorregião geográfica Oeste paranaense”. Esta mesorregião é formada por três microrregiões: a de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. A microrregião – do extremo Oeste do Paraná – é composta por Toledo e mais 20 municípios: Assis Chateaubriand, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa D'Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa e Tupãssi. In: INSTITUTO PARANAENSE PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Relações dos municípios do estado ordenados segundo as mesorregiões e as microrregiões geográficas do IBGE – Paraná** – 2012. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relação_mun_micro_mesos_paraná.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013. O Oeste do Paraná está localizado na região de fronteira com a República do Paraguai, a Oeste: com a República da Argentina, a sudoeste, e o Estado do Mato Grosso do Sul, a noroeste.

³ O município de Toledo fazia parte do interior da Fazenda Britânia. A Fazenda Britânia era composta “de uma área de terras de um total de 274.752 hs. 84 as 60 Cs; sendo a primeira compra feita ao Governo deste Estado em 27 de agosto de 1907, com área de 251.438hs. 38As. 00Cs., cujo perímetro é o seguinte: partindo da barra do rio São Francisco Falso, no rio Paraná, por este acima até encontrar a barra do rio Nunes Alves ou Arroio Guaçu, desta barra por uma reta em direção Leste, de mais ou menos 53 Km, deste ponto ao Sul, numa reta de aproximadamente 41½ Km e deste ponto em direção a Oeste até encontrar o ponto de partida no rio São Francisco Falso, por uma reta de mais ou menos 62½ Km. A segunda compra também ao mesmo Estado em 27 de março de 1911, limitando estas terras as da primeira compra a Leste e Sul por uma linha quebrada, contendo a áreas de 23.314 hs. 46 As. 60 Cs., formando as duas referidas compras um total de 274.752 hs. 84 As. 60 Cs.; limitando o todo a Oeste com o rio Paraná, - ao Norte com terras fiscais, - a Leste, com terras fiscais e devolutas e ao Sul, com terras de Nunes Y Gibaja, terras devolutas e Cia Esperia.” NIEDERAUER, Ondy Helio. **Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso**. Toledo: Manz Etiquetas Adesivas, 1992. p. 30.

⁴ O Distrito Judiciário e Administrativo de Bragantina foi criado pela Lei nº. 5489, de 31 de janeiro de 1967, que entrou em vigor em 1º de fevereiro de 1967. Está situado a 25 km a Norte da sede de Assis Chateaubriand e a 17 km a Sul do Município de Toledo. Possui, atualmente, 2.800 habitantes, estimativa realizada pelo Município de Assis Chateaubriand a partir do número de habitantes do mesmo que atualmente possui 33 mil habitantes. Trata-se portanto de uma estimativa tendo em vista que o IBGE não fornece dados para Distritos. www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=41. Acesso em 02/02/2012.

⁵ Assis Chateaubriand percorreu um longo caminho até sua emancipação política. A área territorial do atual município no início do ano de 1957 era denominado de Distrito Administrativo de Memória do município de Guaíra. Em 1965, passou a ser distrito do município de Toledo, com o nome de Assis Chateaubriand. Foi elevado a Município com o mesmo nome em 20 de agosto de 1966. Assis Chateaubriand é um dos municípios que formam a microrregião de Toledo, no extremo oeste do Paraná. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sua população no senso de 2010 foi estimada em 33 mil habitantes. Sua economia gira em torno do comércio, da agricultura, piscicultura, avicultura e suinocultura. Ver mais em: SILVA, Márcia Cristina Rodrigues da. **Cidade “Morada Amiga” no Oeste do Paraná: memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960-2010)**. Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon. 2011. p. 12. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/pdf/cadernos/Montapdf.php?Municipios=85900>>. Acesso em: 02/02/2012.

mantidas em publicações sobre a colonização dessas áreas não objetiva mostrar a diversidade populacional que se fez presente nesses locais e sim, diferenciar a população entre os escolhidos e os excluídos desse processo.

O fio condutor desse trabalho são alguns discursos sobre o processo de colonização empreendido pela Companhia Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná SA – Maripá, e (re)produzidos posteriormente em relatórios e livros publicados sobre a história do município de Toledo⁶. Esses discursos identitários reproduziram o ideário dos acionistas da empresa Maripá, qual seja: selecionar exclusivamente colonos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, descendentes de italianos e alemães, que seriam portadores de características peculiares para participar da colonização da área da antiga Fazenda Britânia. Tais discursos identitários, presentes no Plano de Colonização da MARIPÁ,⁷ que foram incorporados por pesquisadores, adjetivam esse “elemento humano” como sendo

⁶ O município de Toledo foi criado em 14 de dezembro de 1951, através da Lei nº 790, sancionada por Bento Munhoz da Rocha Neto. A primeira eleição ocorreu em 9 de novembro de 1952 e a instalação oficial do município em 14 de dezembro de 1952, com a posse do primeiro prefeito. A partir da emancipação política de Toledo, o município passou a abranger uma extensa área do Oeste paranaense. Os limites territoriais do município eram assim definidos: ao Norte, com o município de Guaíra; a Leste, com o município de Cascavel; ao Sul, com o município de Foz do Iguaçu e ao Oeste, com a República do Paraguai, seguindo a linha de limite internacional. Na década de 1960, a região Oeste do Paraná, contava com apenas cinco municípios: Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo, Guaíra e Guaraniaçu. SILVA, Oscar. **Toledo e Sua História**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população do município de Toledo, em 2010, foi estimada em 119.353 habitantes. Toledo é uma das microrregião do extremo Oeste do Paraná, sendo a terceira maior cidade e se destaca economicamente como pólo industrial, principalmente na área agroindústria e de indústrias alimentícias. A economia também gira em torno do comércio, da agricultura, da avicultura e da suinocultura, bem como, em setores integrados ao circuito internacional do agronegócio. As atividades agropecuárias são geralmente desenvolvidas nas pequenas, médias e de grande porte. Ver sobre dados populacionais em: INSTITUTO PARANAENSE PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: **Caderno estatístico**: município de Toledo. Disponível em: [HTTP://www.ipardes.gov.br/pdf/cadernos/Montapdf.php?Municipios=85900](http://www.ipardes.gov.br/pdf/cadernos/Montapdf.php?Municipios=85900). Acesso em: 02/02/2012.

⁷ “Este Plano de Ação que foi tão decisivo, não passava então, de uma serie de regras, estudos e combinações entre os dirigentes da Maripá, os quais resumem-se nos seguinte pontos: a) Elemento Humano; b) Pequena Propriedade [...]; c) Policultura [...]; d) Escoamento da Produção [...]; e) Industrialização [...]. Sabe-se que a fim de conseguir um produto bom, cujo lançamento seja compensador, é indispensável que a mão de obra que o elaborar seja esmerada. Para dedicar-se as diversas espécies de culturas e tendo-se em vista a fixação do homem a terra, escolheu-se o agricultor do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse agricultor, descendente dos imigrantes italianos e alemães, com mais de cem anos de aclimação no país, conhecedor das nossas matas, dos nossos produtos agrícolas pastoris, primando pela sua operosidade e pelo seu amor à terra em que trabalha, seria, portanto, o elemento humano predestinado a realizar grande parte desta tarefa. [...] fazia-se ainda necessário tentar realizar uma seleção, escolhendo, se possível, os homens de maior valor produtivo. A escolha dos homens desejados para esta colonização teria que ser efetuada pelos próprios responsáveis pelos destinos da Companhia e seu empreendimento [...]. A parte Norte da “Fazenda Britânia” seria colonizada somente após já se terem fixados na parte Sul, os colonos gaúchos e catarinenses”. MARIPÁ. **Plano de Colonização**. Toledo (PR), 1955. p. 2 e 3.

composto por “homens de bom caráter,” de “capacidade testada”⁸, que “seguem à risca as tradições e são construtivos”⁹, cultivam a “policultura”, “são mão de obra esmerada”¹⁰, “não transgridem limites”¹¹, “bons pioneiros”¹², “pacíficos e tranquilos,”¹³ etc.

Tendo em vista que a identidade é relacional, e se faz na diferença¹⁴, a construção do “elemento humano” escolhido só foi possível devido à existência de um “outro”, ou seja, da população que não teria sido aceita no projeto de colonização, como: os indígenas, os paraguaios, os caboclos ou luso-brasileiros, e os “nortistas”. Para essa população, em específico, aos chamados “nortistas”, foram empregadas características pejorativas com o intuito de diferenciá-la do “elemento humano” escolhido, como: “parasitas e aventureiros”¹⁵, “portadores de técnicas de cultura primitiva”¹⁶, “nível de vida inferior”¹⁷, “mundanos”¹⁸, “gastadores”¹⁹, “retirantes da seca”²⁰, “desamparados”²¹, “cafeicultores”²², “pelo-duro”²³.

Diferente a essa realidade homogênea, pretendida e expressada nesses discursos, minha experiência de vida no interior do distrito de Bragantina, situado há cerca de dezesseis quilômetros de Toledo, foi marcada pelo contato com pessoas vindas de outros lugares, além de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesse

⁸ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Toledo: um município da fronteira Oeste do Paraná. Rio de Janeiro: Estudos nº3. Edições SSR, 1960. p. 20.

⁹ SZILVASSY, Arpad. **Aspectos gerais da Colonização Comunitária Européia no Paraná**. 1965.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

¹² MULLER, Keith Derald. Colonização Pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. 1973. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, p. 83-139, 1986.

¹³ NIEDERAUER, Ondy Helio. Op., cit.

¹⁴ WOODWARD, Katharyn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Thomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

¹⁵ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ SZILVASSY, Arpad. Op, cit.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ ELFES, Albert. **Estudos Agro-econômico e Social: Guaíra, Toledo, Palotina, Nova Aurora, Santa Helena, Assis Chateaubriand, Terra Roxa do Oeste, Marechal Cândido Rondon e Formosa do Oeste**. 1970.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

²³ SILVA, Oscar. Op., cit. Segundo Wachowicz, essa denominação foi empregada pela população oriunda do Sul do Brasil para se referir à população do sudeste e nordeste, que devido à expansão cafeeira se deslocava pelo Norte do Paraná em direção ao Rio Paraná e Piquiri. [...] Mas às falácias do elemento sulista atribuíram na região, ao nortista, mais uma denominação: pelo duro. No Rio Grande do Sul significa gado sem raça, decadente.” WACHOWICZ, Ruy. **Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense**. Curitiba, 1987, p. 175.

espaço, minha família, assim como outras formadas por descendentes de italianos e alemães, consumia chimarrão e praticava a agricultura de subsistência e a criação de animais. Nesse mesmo espaço, conviviam também famílias procedentes do Norte do Paraná, Sudeste e do Nordeste do Brasil, as quais tinham como hábitos a produção e o consumo de café e a prática de horários diferentes de trabalho e alimentação. Mesmo havendo uma relação amistosa entre vizinhos, era comum ouvir das famílias oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina comentários a respeito do “modo de vida”²⁴ dos chamados “nortistas”. Para os sulistas, os nortistas²⁵ não trabalhavam até o anoitecer como elas, não se alimentavam pela manhã antes de se dirigirem à roça – preferindo apenas um cafezinho, o que os fazia interromper o trabalho mais cedo para almoçar. Também faziam comentários sobre o fato de não produzirem queijo e linguiça e de não cultivarem hortas ao lado das casas. Segundo os “sulistas”, esse comportamento fazia com que os “nortistas” tivessem maiores despesas nas vendas e armazéns de Bragantina – dinheiro que poderiam economizar para investir na compra de mais terras. As diferenças socioeconômicas e culturais, na maneira como os “nortistas” conduziam a vida, eram constantemente evidenciadas pelos “sulistas” como as fronteiras entre os dois grupos.

Contudo, tais diferenciações no modo de vida daquelas pessoas não representavam empecilho para a convivência, para as relações de amizade e solidariedade, na ajuda mútua entre vizinhos, no aprendizado com o outro, nas trocas culturais.

Recordo-me do vínculo de amizade estabelecido entre minha família e uma família oriunda do estado da Bahia e das trocas de alimentos entre elas. Os filhos de Dona Ercília gostavam do pão de milho e do queijo preparados por minha mãe, enquanto que nós gostávamos do café e da pamonha feita por ela. Também, era uma prática comum entre vizinhos dividir a carne quando se abatia um animal para o consumo. Além de ser uma estratégia de garantir carne fresca, de tempos em tempos, também fortalecia os laços de amizade entre vizinhos.

Com relação ao atual distrito de Bragantina, as lembranças são de um local

²⁴ Como nos aponta Raymond Williams, o conceito de cultura, ou culturas, é complexo e sua análise depende de uma consciência que deve ser histórica. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 24.

²⁵ Tanto o termo “sulista” quanto o termo “nortista” eram usados pelos moradores do local para se referir às pessoas oriundas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e Sudeste, Nordeste e Norte do Paraná.

pouco frequentado pelos moradores “sulistas”, exceto nas missas dominicais. Era comum ouvir que aquele local era “perigoso”, que lá ocorriam brigas e mortes, devido à presença de jagunços, que os costumes “daquela gente” eram diferentes.

Por razões diversas, na década de 1980, minha família se mudou para a área urbana do distrito de Bragantina. Aos poucos, aquelas ideias preconcebidas sobre as pessoas e o lugar foram se diluindo, na medida em que íamos conhecendo as pessoas e fazendo amizades, nos identificando com uns, nos diferenciando de outros. O que chamava a atenção era que no distrito de Bragantina havia uma predominância de pessoas oriundas das regiões do Norte do Paraná, do Sudeste e Nordeste brasileiro.

Essa heterogeneidade populacional existente em Bragantina não era vista por algumas pessoas residentes no distrito, e mesmo fora dele, como algo positivo, mas como sinônimo de atraso econômico e cultural. Era comum ouvir que o distrito de Bragantina não tinha conseguido sua emancipação política de Assis porque “as pessoas não eram unidas”, porque os “nortistas não eram ambiciosos como a população sulista”, que “nada dava certo no distrito pela mistura de gente e que cada um puxava para o seu lado”, que “as pessoas do norte eram atrasadas se comparadas com as do Sul”.

Ao ingressar no curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no início da década de 1990, fui surpreendida com um comentário feito por um professor. Este ao tomar conhecimento de minha procedência, da região de Assis Chateaubriand, fez o seguinte comentário: “diga de onde tu vens que te direi quem tu és”. Tal comentário me fez ativar as falas corriqueiras e pejorativas há muito ouvidas sobre a população do distrito de Bragantina, despertando em mim o desejo de entender o sentido de tais falas. Como aponta Orlandi, os dizeres “[...] são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz”²⁶.

Não sabendo muito bem como abordar tais questões, passei a questionar se aquelas falas não estavam relacionadas a questões identitárias. Tais questões materializaram-se na elaboração do projeto de pesquisa para ingressar no mestrado

²⁶ ORLANDI, Eni Puccineli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 31.

em História. Pois, como bem enfatiza Bloch²⁷, “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”. São, portanto as indagações do presente que nos movem ao passado na tentativa de elucidá-lo.

Com esse propósito, o projeto de pesquisa para ingressar no Programa de Mestrado de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, inicialmente, objetivava analisar a constituição da identidade sociocultural da população do distrito de Bragantina no encontro migratório entre “sulistas” e “nortistas,” a partir da década de 1960.

Ao ingressar no Mestrado, as mudanças no objeto de pesquisa começaram a ocorrer. A partir das reflexões teóricas propostas nas disciplinas e nas orientações para a elaboração da dissertação de mestrado, bem como, através das entrevistas orais com alguns moradores do distrito, passei a compreender a “identidade como um significado cultural e socialmente estabelecido”²⁸ por meio da linguagem. E que ela não se constitui em uma essência, mas em posicionamentos²⁹.

A partir de então, objetivamos analisar os discursos identitários (re)produzidos a partir da década de 1960, sobre a população que participou do processo de colonização das áreas pertencentes aos municípios de Toledo e Assis Chateaubriand. Também, apreender através dos relatos de alguns moradores do distrito de Bragantina, como eles afirmam as identidades e enunciam as diferenças ao rememorar a colonização e a população do local.

Para dar conta de tais objetivos, selecionei três relatórios, um trabalho acadêmico e três obras literárias. Os três primeiros relatórios e o trabalho acadêmico foram elaborados por pesquisadores norte-americanos e europeus, e tiveram o apoio do Estado do Paraná e da Colonizadora Maripá para a realização. É válido mencionar que são concepções exógenas, e as análises sobre elas “não procuram o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica.”³⁰ O relatório produzido por Kalervo Oberg e Thomas Jabine foi escolhido para a análise por ser o primeiro trabalho de cunho científico elaborado sobre o município de Toledo, e, também, por ser fonte de pesquisa largamente utilizada em estudos referentes à colonização da região Oeste. O relatório de Arpad Szilvassy foi

²⁷ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 65.

²⁸ SILVA, Tomaz Tadeu da. Op., cit., p. 89.

²⁹ HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In. **Revista do Patrimônio Histórico**. Volume temático: Cidadania, n. 24, 1996. p. 70.

³⁰ ORLANDI, Eni Puccinelli. Op., cit. p. 59

selecionado por apresentar um discurso excludente entre a população oriunda do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e as pessoas denominadas por ele de “nortistas”, bem como por estabelecer fronteira étnica e geográfica entre os membros da população que ocupou a região. Este relatório não foi publicado e encontra-se disponível para pesquisa no Núcleo de Pesquisa e Documentação Sobre o Oeste do Paraná - CEPEDAL, na Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon. O relatório de Albert Elfes se faz importante por apresentar dados quantitativos sobre a população que migrou a partir da década de 1960 para o Oeste do Paraná, tanto do Sul do País, quanto do Sudeste e Nordeste. Contudo, o autor não discorre sobre a complexidade da migração e seu significado, apenas alinha as pessoas em correntes migratórias destinadas a ocupar um novo espaço. O trabalho acadêmico de Keith Derald Muller tem o intuito de dar visibilidade a uma “colonização” planejada, empreendida por uma empresa privada em contraposição a outras áreas ocupadas de forma espontânea no Brasil. Contudo toma a colonização realizada em Toledo, como exemplo de sucesso e isenta de contradições. Semelhante ao estudo de Elfes, organiza a população em um grupo coeso, denominado de “frente pioneira”, com o destino de colonizar uma área em formação.

Quanto às obras literárias, Toledo e Sua História³¹, Toledo no Paraná³² e História do Município de Assis Chateaubriand³³ foram selecionadas para análise por serem materiais constantemente utilizados como fonte de pesquisa sobre a história da colonização do município de Toledo e Assis Chateaubriand. Também, por (re)produzirem versões do período da “colonização” e do “pioneirismo” local.

Para além das fontes escritas, faremos uso de fontes orais as quais apresentam outras memórias sobre a colonização e a população do espaço estudado. Nas fontes orais os sujeitos participantes foram selecionados segundo alguns critérios: ser morador no distrito de Bragantina desde a década de 1960, ou já ter residido por mais de dez anos no local e hoje viver em cidades vizinhas; podendo ser homem ou mulher, residir no meio urbano ou rural, e ser oriundo de diferentes regiões do Brasil. Foram ouvidas 14 pessoas na faixa etária entre 60 a 95

³¹ SILVA, Oscar. Op., Cit.

³² NIEDERAUER, Ondy Helio. Op., cit.

³³ MAIOR, Laércio Souto. **História do município de Assis Chateaubriand**: o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná. Maringá: Clichetec, 1996.

anos. Apenas três dos depoentes não residem mais no distrito, e apenas um permanece no meio rural. Os depoimentos orais foram produzidos entre julho de 2011 a janeiro de 2012. Neste trabalho, serão analisadas apenas 5 narrativas, sendo aquelas que trouxeram elementos de maior relevância para a análise.

Um aspecto importante é que os depoentes não foram selecionados a priori, e sim no processo da pesquisa. Alguns deles eram apontados nas narrativas de alguns entrevistados como o “morador mais velho” do local, ou o “antigo dono da loja de roupas”. Também, aqueles relacionados há algum evento que a lembrança fez insurgir, como “o vizinho que plantava café”, “os posseiros³⁴ no Cinco Mil”³⁵, e outros. Era frequente ouvir dos entrevistados se o fulano já havia sido entrevistado, e se o beltrano teria falado a respeito de tal assunto, pois todos se conhecem e compartilham de muitas memórias.

Com relação às entrevistas, não fiz uso de um roteiro pré-estabelecido. Basicamente, explicava se tratar de uma pesquisa sobre a história do local e que seria importante ouvir a trajetória de vida de seus moradores. Não foi preciso delongar sobre os objetivos da pesquisa, sem demora eles próprios construíam suas histórias entre lembranças e esquecimentos, discorriam sobre os motivos que os mobilizaram a migrar, os significados da colonização, as relações de amizade e solidariedade estabelecidas no local, e as diferenciações encontradas. Enfim, ao rememorar suas histórias de vida os narradores iam compondo a problemática da minha pesquisa.

Faz-se necessário apontar a importância de ouvir as narrativas e experiências particulares e coletivas. São ganhos múltiplos para ambos: narrador e pesquisador. Para Portelli, “como historiadores orais, nossa arte de ouvir baseia-se na consciência de que praticamente todas as pessoas com quem conversamos

³⁴ “Em linhas gerais, posseiro é aquele que se encontra na posse, que ocupa um trecho de terra, sem, no entanto, ser seu dono efetivo, ser portador de um título legal de propriedade. [...]. Ainda que se caracterize, entre outros elementos, pela ausência de um documento legal de propriedade, a posse enquanto forma de apropriação da terra é, ela mesma, igualmente definida, enquadrada e reconhecida juridicamente. Não haveria, até a Lei de Terras de 1850, uma clara distinção entre posse e propriedade. É possível afirmar, obviamente que com alguma licença, que, ao determinar que a compra seria o único meio de aquisição de terras devolutas, a Lei de Terras funda a posse”. GRINSZPAN, Mario. In. **Dicionário da terra**. MOTTA, Márcia. (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 373 e 374.

³⁵ Área de terra localizada nas proximidades do atual distrito de Bragantina, onde houve conflito agrário envolvendo “posseiros” e jagunços a mando das Colonizadoras interessadas em desocupar a área.

enriquecem nossa experiência”³⁶.

A História Oral constituiu-se em uma importante metodologia de produção e análise dessas narrativas, as quais foram tratadas como experiências individuais e coletivas. Segundo Portelli, “a história oral e as memórias [...] não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias [...]”³⁷, as quais não são fáceis de serem organizadas na mente das pessoas, pois a cada momento novos e diferentes destinos surgem e ressurgem.

Após ter detalhado sobre as fontes escritas e orais utilizadas na pesquisa e ter delimitado a temporalidade da mesma, fez-se importante contextualizar o espaço da pesquisa. O espaço da pesquisa compreende o atual distrito de Bragantina, município de Assis Chateaubriand, Paraná. Esse local foi sendo incorporado à sociedade e à economia paranaense e brasileira, mais a Oeste do estado, a partir da segunda década do século XX. Tal fato é decorrente da implantação da política nacional “Marcha para o Oeste”³⁸ pelo governo brasileiro, visando nacionalizar as fronteiras agrícolas do Estado do Paraná e promover a colonização desse espaço.

Tratar da colonização da área pertencente a Assis Chateaubriand, também conhecido como Imóvel ou Gleba “Santa Cruz”, demanda a compreensão de que este espaço é marcado pelo conflito agrário³⁹ e por “uma tumultuada documentação possessória, envolvendo interesses do Estado do Paraná, da União e de muitos particulares”⁴⁰. Tais documentos remontam à época das sesmarias, sistema de doação de terras no Brasil, adotados por Portugal no século XVI, mas pode ser balizado a partir do ano de 1843, período em que o imóvel “Santa Cruz” pertencia a

³⁶ PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In Projeto. História. N. 15. São Paulo: EDUC, 1997, p. 17.

³⁷ PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos**: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: tempo. Rio de Janeiro, v. 1, nº, pp. 59–72, 1992. p. 72.

³⁸ “Característico da política ideológica do Estado Novo, em que a Marcha para o Oeste propunha que as fronteiras econômicas coincidisse com as fronteiras políticas. Para Vargas, o verdadeiro sentimento da brasilidade implicava em contemplar a ocupação do território através da colonização”. GREGORY, Valdir. Os euro-brasileiros e o espaço colonial: a dinâmica da colonização do oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970. Niterói, UFF, Tese de Doutorado em História, 1997, p. 13.

³⁹ Segundo Boritza, a área de conflito iniciava no município de Cascavel estendendo-se até o atual município de Formosa do Oeste, a 150 quilômetros da faixa da fronteira com o Paraguai, e era de domínio da União. BORITZA, Rita. **Os conflitos ocupacionais da colonização de Assis Chateaubriand**. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 1994.

⁴⁰ Ibidem. p. 04.

Francisco Antônio dos Santos⁴¹.

No final do século XIX, através do decreto nº 10.343/89, o governo imperial concedeu as terras ao engenheiro João Teixeira Soares para que este construísse uma estrada de ferro ligando Itararé-SP a Santa Maria do Monte-RS⁴². Para essa finalidade, João Teixeira Soares criou a CEFSPRG (Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande) e teve como sócio o grupo Brazil Railway Company, com sede em Nova Iorque. Em 1920, a CEFSPRG transfere parte de sua concessão à sua subsidiária BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A).

Em 1931, o interventor Mário Tourinho, através do decreto 300, declarou nulos os domínios da Brazil Railway Company, fazendo voltar estas terras ao domínio do Estado do Paraná sob a alegação de irregularidades por parte daquela empresa. Por sua vez, o Governo Federal, visando à criação do Território do Iguaçu, “baixou em 1940 os decretos 2.073 e 2.436, incorporando à União todos os bens da Brazil Railway, inclusive as terras colonizadas pelo Paraná através do decreto 300”⁴³. Tais fatos desencadearam disputas judiciais entre o Estado do Paraná e a União sobre a posse das terras.

A partir da segunda metade do século XX, se acentuam as disputas fundiárias no Oeste do Paraná⁴⁴. Em meio a essas disputas, no ano de 1952, o empresário Adízio Figueiredo dos Santos⁴⁵ adquire uma área de terras que abrangia área do atual município de Assis Chateaubriand, conhecida na época por imóvel “Santa Cruz”, para fins de colonização através da Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda⁴⁶. Um ano após a compra do imóvel, o Estado do Paraná ajuizou uma ação⁴⁷ perante a Comarca do Juízo Estadual de Foz do Iguaçu/PR, objetivando o cancelamento de todas as transcrições relativas aquele imóvel. O Estado do Paraná

⁴¹ Ver a respeito: MAIOR, Laércio Souto. Op., cit., p. 365. BORITZA, Rita. Op., cit., p. 04. COLOGNESE, Silvio Antônio. **Tupãssi: do mito à história**. Cascavel: Edunioeste. 1999.

⁴² ROMPATTO, Maurílio. **Construções históricas acerca da (re)ocupação do Noroeste do Paraná: o caso de Paranavaí e região**. Disponível em: <periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/.../918>. Acessado em: 01/05/13.

⁴³ BORITZA, RITA. Op., cit., p. 05.

⁴⁴ WACHOWICZ, Ruy. **Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste paranaense**. Curitiba, 1987. p. 181. “A Fazenda Britânia escapou dessa psicose titulatória do segundo governo Lupion (1956 – 1960), porque Toledo nesta época já estava consolidado. Não havia como fazê-lo. Mas assim mesmo, na região norte da Fazenda, em terras de propriedade dos próprios correligionários do governo da época, o governador chegou a titular um segundo andar. De modo geral, a Maripá conseguiu fugir desse emaranhado todo, referente à posse das terras”.

⁴⁵ Adízio Figueiredo dos Santos foi gerente da Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda., ex-funcionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, do Branco Noroeste do Estado de São Paulo, e ex-gerente do grupo Bradesco em Apucarana. Ver a respeito em: ROMPATTO, Maurílio. **O vale esquecido: memória da Luta pela terra, em Nova Aurora – Paraná desde os anos 50**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1995.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ver, Acórdão “Ex. Officio” de nº 89.04.05511-3/PR. www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/...ex-officio-reo...pr.../inteiro-teor-1. Acessado em: 08/06/2011.

alegava que o referido imóvel se localizava em Faixa de Fronteira, tendo sido fraudulentamente renomeado com o fim de ser indevidamente apropriado por particulares a partir de escrituras públicas. A ação foi julgada improcedente em sentença proferida em 27/09/58⁴⁸, na qual se reconheceu a legitimidade dos títulos dominiais da Ré, Colonizadora União D'Oeste Ltda.

No ano de 1958, a Colonizadora União D'Oeste Ltda. vendeu⁴⁹ as terras ao empresário Oscar Martinez, dono da Colonizadora Norte do Paraná o qual passou a efetivar a regularização das terras daquela área⁵⁰.

A área de terras da Gleba "Santa Cruz" passou a ser denominada no ano de 1957 de distrito Memória e administrada pelo município de Guaíra. Passando posteriormente a ser chamado de Patrimônio Tupãssi. A partir da emancipação política do município de Toledo, no ano de 1952, este passou a administrar a área e em 1965 criou o distrito de Assis Chateaubriand⁵¹. Um ano após a criação do distrito, o mesmo obtém sua emancipação política e desmembrado de Toledo mantém o mesmo nome. Na sequência desse processo, o município de Assis chateaubriand, cria o distrito de Bragantina no ano de 1967.

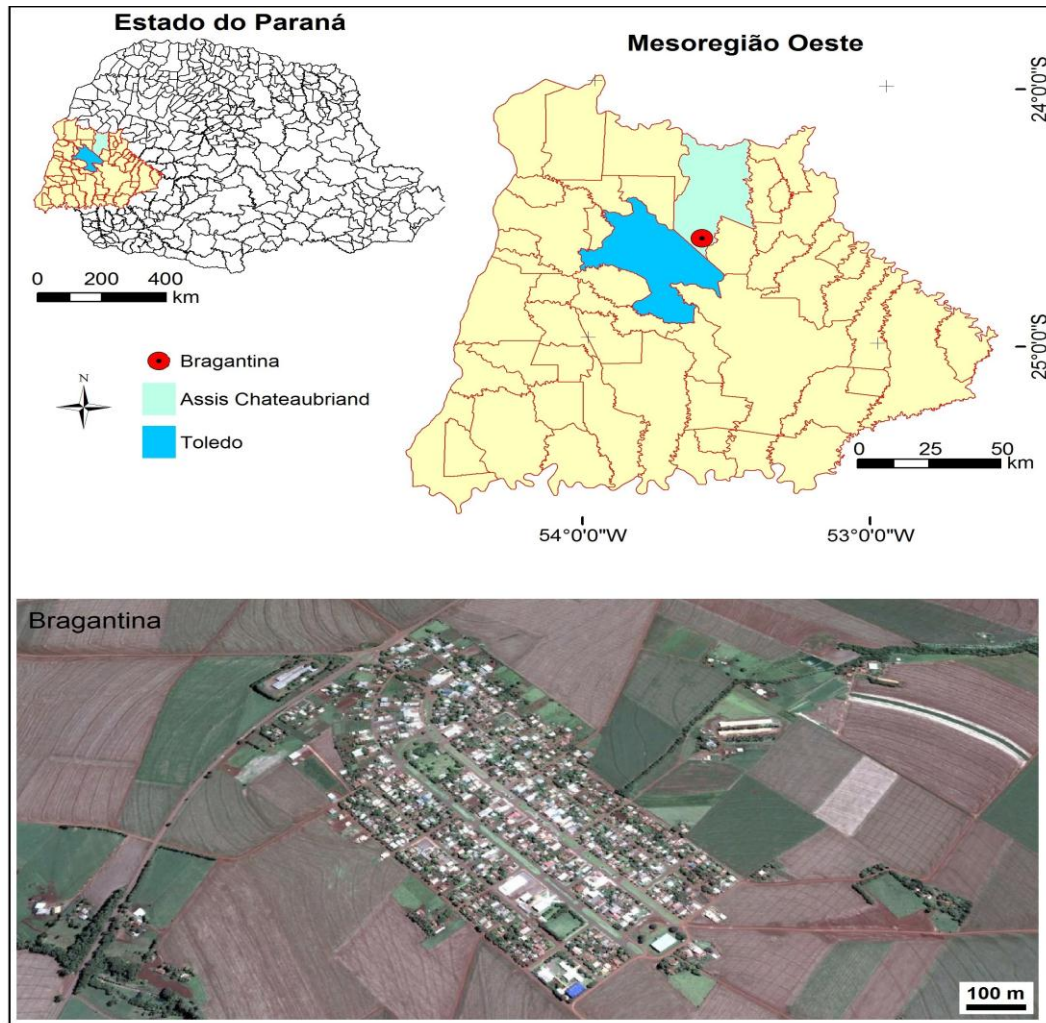
Portanto, o distrito de Bragantina se insere nesse processo de disputa pela terra entre interesses estatais e privados e dos colonos que pretenderam colonizar aquelas terras.

⁴⁸ O Estado do Paraná, "mais adiante, porém, requereu a desistência do feito [...] em virtude do acordo levado a efeito com os terceiros que adquiriram as terras da Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda., a qual concordou com a desistência." Ibidem.

⁴⁹ Ver a esse respeito em: MAIOR, Souto. Op., cit., p. 187. COLOGNESE, Sílvia. Op., cit., p., 59. SILVA, Márcia Cristina Rodrigues da. "**Cidade 'Morada Amiga' no Oeste do Paraná: Memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960-2010)**". Dissertação de Mestrado. UNIOESTE, 2011. p. 90.

⁵⁰ Boritza assevera que a colonização empreendida pela Colonizadora Norte do Paraná baseou-se na exploração, na expulsão e na grilagem das terras. Durante esse período de disputa entre Colonizadora e Estado houve a ocupação da área por colonos, denominados na época de posseiros, os quais foram expulsos por jagunços a mando da Colonizadora. "As vítimas tiveram suas terras invadidas e recebiam ameaça de morte. Os jagunços [...] expulsaram posseiros, seqüestraram suas mulheres e intimidaram suas crianças nas terras litigiosas". BORITZA, Rita. Op., cit., p. 02.

⁵¹ Entre as décadas de 1960 e 1970, foram criados vários municípios no estado do Paraná, com isso levando a diversos desmembramentos de áreas. No Oeste do Paraná, foram criados os municípios de Marechal Cândido Rondon, Corbélia, Formosa do Oeste, Palotina, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Nova Aurora, Nova Santa Rosa e outros. Ver a respeito: PIERUCCINI, Mariângela Alice; TSCHÁ, Olga da C. P. IWAKE, Shiguero. **Criação dos Municípios e Processos Emancipatórios**. Capítulo 3. Disponível em: <www.unioeste.br/projetos/oraculus/pmop/capitulos/Capitulo_03.pdf>. Acesso em: 20/08/2012.



MAPA 1. LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANTINA, ASSIS CHATEAUBRIAND/PR.

FONTE: Cedido por Ericson Hideki Hayakawa, docente do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. 2013.

O tema região permeia nossa pesquisa, sendo assim necessita ser problematizado. A região não é natural, mas é uma divisão do mundo social e construída socialmente. Émile Benveniste, citado em Bourdieu⁵², afirma que a etimologia da palavra região conduz ao princípio da divisão, que introduz por “decreto”, uma continuidade decisória na continuidade natural, não só em termos de regiões do espaço, mas também em termos socioculturais, de sexo, de idades. A

⁵² HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

definição de região implica, portanto, num ato decisório, pelo qual se busca legitimar a divisão do universo social pela definição de fronteira e território⁵³.

O regional, por sua vez, vem a ser uma construção baseada em alguns elementos escolhidos a partir de objetivos estabelecidos e da busca de espaços simbólicos. O regional e o local se diferenciam, sendo que o primeiro é mais do que o segundo. E, como tal, as suas delimitações, os seus elementos constitutivos, os seus marcos simbólicos vão sendo construídos por e a partir de grupos inseridos em seus contextos vivenciais. A região Oeste do Paraná⁵⁴, unificada a partir das obras e de sua decadência, reorganizado a partir da colonização empreendida por empresas particulares é, portanto, fruto de uma construção histórica, um ato de poder carregado de sentidos sociais, políticos, culturais e econômicos.

No que se refere à fronteira, convém esclarecer que a concebemos não meramente como a imposição de limites que separam duas áreas, regiões ou países, mas o lugar de conflito e de alteridade, de encontros e desencontros de diferenças étnicas, sociais, econômicas, políticas e culturais. Segundo Martins⁵⁵, a fronteira:

A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o

⁵³ Segundo Bourdieu, “ninguém sustentaria hoje a existência de critérios capazes de fundar classificações ‘naturais’ em regiões ‘naturais’ separadas por fronteiras ‘naturais’. A fronteira nada mais é que o produto de uma divisão à qual se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” conforme o grau e a intensidade de semelhanças entre os elementos aí envolvidos (...)”. Ibidem. p. 109.

⁵⁴ “Sobre [a região] Oeste do Paraná, há um significativo conjunto de discursos consolidados sob a forma escrita, de imagens e de falas que contribuem para o estabelecimento do conhecimento sobre o mesmo. Este conjunto de discursos foi sendo constituído desde a presença dos povos indígenas (principalmente os guaranis) dos ibéricos (espanhóis e portugueses), dos (i)migrantes dos séculos XIX e XX. Nas últimas décadas, a universidade, na sua atividade fim voltada à pesquisa, tem dado a sua contribuição na elaboração de um significativo conhecimento na área específica da história e das ciências humanas. Uma leitura possível desta produção aponta para memórias e marcos estabelecidos em torno dos índios guaranis, de relatos de viajantes, de registros relacionados às missões jesuíticas, das políticas indigenistas. Um outro conjunto de saberes se volta para a presença do homem branco no Oeste paranaense, destacando-se as obras, a colonização a partir do Estado Novo, a modernização e a modernidade, com uma série de questões relacionadas a estas transformações”. GREGORY, Valdir. **HISTÓRIA REGIONAL E O OESTE DO PARANÁ**. Escrito para a apresentação no XII Encontro Anual de Iniciação Científica. Foz do Iguaçu – 02 a 05 de setembro de 2003. s/p.

⁵⁵ MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história.⁵⁶

Com relação à definição de "identidade étnica" e "etnicidade", buscamos compreendê-las e relacioná-las a nossa temática de estudo a partir das discussões apresentadas por Poutignat e Streiff-Fenart⁵⁷. Segundo estes autores, essas categorias se constroem e se transformam no processo de interação e exclusão entre grupos sociais. A etnicidade

[...] é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação social de signos culturais socialmente diferenciadores. Essa definição mínima é suficiente para circunscrever o campo de pesquisa designado pelo conceito de etnicidade: aquele do estudo dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os autores identificam-se e são identificados pelos outros na base de dicotomização Nós/Eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõem derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais. Se tal definição não apresenta resposta a priori para a questão da gênese e da persistência dos grupos étnicos, ela permite que se identifiquem os problemas-chave que, encontraram-se de modo recorrente nas problemáticas da etnicidade: [...] ⁵⁸.

Com relação às memórias individuais e coletivas, as entendemos segundo a concepção de Maurice Halbwachs⁵⁹, que considera que a memória individual existe a partir da coletiva. Trata-se de lembranças cujo referencial é o sujeito e que foram construídas a partir de um grupo. Juntas, as memórias individuais e as coletivas dão sustentabilidade à formação identitária. Para o autor, “[...] a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”⁶⁰.

Esta dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “**Discursos identitários sobre a população que colonizou a Fazenda**

⁵⁶ Ibidem. p. 150-151.

⁵⁷ POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguidos de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

⁵⁸ Ibidem. p. 141.

⁵⁹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

⁶⁰ POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Vol. 5, n. 10, 1992. 200-212. p. 01.

Britânia”, analisamos os discursos identitários (re)produzidos sobre a população que colonizou a Fazenda Britânia, a partir da década de 1960, presentes nos relatórios e trabalho acadêmico, produzidos por pesquisadores estrangeiros. Essas produções visavam evidenciar o projeto colonizador empreendido pela colonizadora Maripá, bem como, a população escolhida para fazer parte do processo de colonização, sendo ela formada por descendentes de italianos e alemães oriundos do sul do Brasil. Desse modo, os discursos criaram “fronteiras geográficas”⁶¹ e “étnicas” entre a população oriunda dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e das demais regiões, especificamente do Norte do Paraná, do Sudeste e Nordeste do Brasil.

No segundo capítulo, intitulado **“Histórias e memórias sobre a população de Toledo e Assis Chateaubriand”**, analisamos os discursos identitários (re)produzidos sobre a população que colonizou essas áreas em três obras. As obras Toledo e Sua História⁶², Toledo no Paraná⁶³ e História do Município de Assis Chateaubriand⁶⁴ objetivaram cristalizar uma memória coletiva centrada na “colonização” e no “pioneirismo”, com o apoio do poder público local. Essas fontes memorialísticas, no momento de suas produções, (re)criaram a figura do “pioneiro gaúcho” e do “pioneiro nordestino”, e ancorados nessa ideia, buscaram constituir uma identidade única para a população. Apenas parte dessa população foi evidenciada na escrita da história e sedimentada na memória da população como integrantes exclusivos do processo de colonização, enquanto outros foram obscurecidos na história.

Analisamos também, as narrativas orais de Avelino Campagnolo⁶⁵, os significados atribuídos à população que colonizou Toledo e Assis Chateaubriand. Campagnolo reside em Toledo desde o ano de 1946, foi prefeito do município entre os anos 1964 e 1969, é médico e empresário no ramo da comunicação.

⁶¹ A fronteira se insere na própria discussão sobre região, sendo esta uma construção social e permeada por interesses políticos, econômicos e culturais: uma “representação” como argumenta Bourdieu. BOURDIEU, P. **A identidade e a representação**: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: 2007, cap. 5. p. 108.

⁶² SILVA, Oscar. **Toledo e sua história**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

⁶³ NIEDERAUER, Ondy Helio. **Toledo no Paraná**: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Toledo: Manz Etiquetas Adesivas, 1992.

⁶⁴ MAIOR, Laércio Souto. **História do município de Assis Chateaubriand**: o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná. Maringá: Clichetec, 1996.

⁶⁵ CAMPAGNOLO, Avelino. Natural de Concórdia, Santa Catarina, nascido em 30 de maio de 1926. Reside em Toledo desde 1946. É médico desde 1957 e foi prefeito do município de Toledo entre os anos de 1964 a 1969.

No terceiro capítulo, intitulado “**Memórias diversas da população do distrito de Bragantina**”, como o próprio nome sugere, trata da análise das narrativas de alguns moradores do atual distrito de Bragantina sobre a população que colonizou aquela área a partir da década de 1960. Objetivamos perceber como esses moradores afirmam a identidade e marcam a diferença. Procuramos também dialogar com memórias de pessoas provenientes de vários lugares do Brasil, que se estabeleceram em Bragantina em momentos distintos e em condições diversas. Essas memórias revelam que se trata de um espaço marcado pelo conflito agrário - onde o medo e a violência atingiram seus moradores, embora em proporções distintas - e por relações de solidariedade.

CAPÍTULO I

DISCURSOS IDENTITÁRIOS SOBRE A POPULAÇÃO QUE COLONIZOU A FAZENDA BRITÂNIA

Neste capítulo, analisamos os discursos identitários (re)produzidos por pesquisadores norte-americanos e europeus sobre a população de Toledo, a partir da década de 1960. Trata-se de textos escritos por Kalervo Oberg e Thomas Jabine, Arpad Szilvassy, Albert Elfes e Keith Derald Muller. Um aspecto que nos chamou a atenção é o fato de tais textos (re)produzirem discursos presentes no Plano de Colonização da Maripá sobre a população selecionada para fazer parte do processo de colonização, unificando-a por meio do uso do termo “elemento humano,” que qualifica positivamente os descendentes de italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Além disso, tais narrativas criaram fronteiras geográficas, étnicas e culturais entre membros dos referidos grupos e as pessoas oriundas de outras regiões, como do Norte do Paraná, Sudeste e Nordeste do Brasil.

1.1 DIFERENÇA E EXCLUSÃO: ENTRE CABOCLOS E OS DE “ORIGEM”

Iniciaremos pelo texto intitulado *“Toledo, um Município da fronteira do Oeste do Paraná”*,⁶⁶ fruto do relatório socioeconômico sobre o Município de Toledo, elaborado e supervisionado pelo antropólogo Kalervo Oberg⁶⁷ e pelo estatístico

⁶⁶ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit.

⁶⁷ Kalervo Oberg nasceu em 1901, em British Columbia, Canadá. Converteu-se à antropologia sob os cuidados de Radcliffe- Brown na Universidade de Chicago, e de Malinowski na renomada Escola de Economia de Londres. Em São Paulo, lecionou na Escola Livre de Sociologia e Ciência Política, no entanto, não obteve uma posição permanente. Trabalhou em várias postagens do governo no exterior, incluindo o Instituto de Assuntos Inter-Americanos, um precursor da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional, com as atribuições, incluindo Equador, Peru, Brasil e Suriname. wikipedia.org/wiki/Kalervo_Oberg. Acesso em: 02/05/2013. Segundo Franco, Oberg deixa os Estados Unidos e assume em 1946, na companhia de Donald Pierson, a coordenação de campo da Escola Paulista de Sociologia e Política. Em 1948, elaborou uma relatório-ensaio: *Terena Social Organization and Law*. Em 1949, escreveu uma monografia sobre os índios Terena do Mato Grosso do Sul: *The Terena and the caduveo of southern Mato Grosso*. FRANCO Patrick Thames. **Os Terenas, os antropólogos e seus outros**. Mestrado em Antropologia. Brasília, 2011. Não encontramos mais informações sobre o estudo realizado no município de Toledo. As informações obtidas com a equipe do Museu Histórico Willy Barth são de que o próprio Willy Barth teria encontrado os pesquisadores em Foz do Iguaçu ocasionalmente e que teria os convidado para realizar o estudo no município de Toledo. Sobre tais fatos não existe nada registrado no Museu.

Thomas Jabine, publicado na década de 1960⁶⁸. O relatório é resultado do trabalho de campo⁶⁹ sobre os aspectos sociais, econômicos e culturais da Fazenda Britânia e da população que ocupou essa área. Segundo os autores, a escolha de Toledo para o estudo deu-se em função de o município “representar o padrão de colonização que vem se efetuando nessa área pioneira.”⁷⁰ O relatório, de caráter etnográfico, “é também parte do compromisso da Divisão do Serviço de Desenvolvimento de Comunidade, pondo em execução o Projeto de Desenvolvimento Regional da Zona Fronteiriça do Oeste Paranaense”⁷¹. Segundo Laverdi, o relatório tratava “de uma avaliação dos primeiros desdobramentos da fronteira em expansão da Marcha para o Oeste”⁷², incentivada a partir de 1930 por Getúlio Vargas.

O relatório é dividido em sete capítulos, intitulados “Descrição dos levantamentos estatísticos”; “A Companhia Maripá e a história do município”; “Colonização e população”; “Condições de Vida”; “Agricultura”; “Educação, religião e diversões”; “Interação e consciência comunitária”. São cento e vinte sete páginas compostas de dados estatísticos, mapas, entrevistas orais, sobre a formação de Toledo.

No início do relatório, Oberg e Thomas asseveram que a colonização da área pertencente a Toledo se deve à ação da companhia de terras Maripá, a principal responsável pela estruturação e desenvolvimento do núcleo populacional. Também, indicam qual população estaria se deslocando para ocupar o local, ou seja, os colonos do Sul do Brasil. Vejamos:

Em Toledo a agência colonizadora da colonização é a companhia de terras que fez os levantamentos, construiu as estradas, localizou as cidades e forneceu recursos essenciais, tais como escolas, igrejas e lojas, desse modo proporcionando um rápido desenvolvimento nos estágios iniciais da colonização. Além disso, o povo de Toledo representa o tipo comum de colono que está emigrando para essa região. Provindos dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, são eles, em sua maioria, descendentes de colonos alemães e italianos, [...] ⁷³.

⁶⁸ LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: 2005, p. 21.

⁶⁹ A pesquisa contou com “[...] três entrevistadores, dois fornecidos pelo Departamento de Fronteiras do Estado do Paraná e um contratado pela Divisão de Desenvolvimento de Comunidade”. Cabia aos mesmos “[...] levantar uma amostragem de famílias a fim de preencher o questionário organizado para o levantamento.” OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit., p. 10.

⁷⁰ Ibidem. Prefácio.

⁷¹ Ibidem. Prefácio.

⁷² LAVERDI, Robson. Op., cit., p. 21.

⁷³ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit., Prefácio.

Para os autores, a colonizadora teria estruturado a área, não apenas construindo estradas, projetando vilas e cidades, mas também disponibilizando recursos para a criação de escolas, igrejas e comércio, alavancando, assim, o desenvolvimento da região no início da colonização. Quanto às pessoas que teriam migrado para Toledo, reforçam a ideia de que a maioria seriam “colonos” oriundos do sul do Brasil, descendentes de italianos e alemães. A narrativa silencia a presença de pessoas oriundas de outras regiões do Brasil em Toledo e da diversidade da paisagem social que ia se constituindo naquele espaço.

Oberg e Thomas, ao descreverem a história da formação do município de Toledo, mencionam que este território “[...] era, em grande parte, uma floresta desabitada”⁷⁴, e sua colonização e desenvolvimento devem-se exclusivamente à “[...] formação da Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S. A., em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em Abril de 1946”⁷⁵. Mostram, também, que naquele mesmo ano de formação da empresa Maripá, esta teria comprado a Fazenda Britânia, num montante de 290.000 hectares de terra. A Fazenda pertencia a “uma companhia madeireira inglesa [denominada de “Maderas del Alto Paraná”], com sede em Buenos Aires”⁷⁶. Chama atenção que os autores centraram a análise sobre a região Oeste do Paraná a partir da compra da Fazenda Britânia por empresários brasileiros, não mencionando que esta teria sido uma obrage⁷⁷.

Mesmo não fazendo tal referência, os autores argumentam que a companhia inglesa teria utilizado essa área “[...] para a extração de madeira e cultura de erva-mate. Para isso, equipou o Porto Britânia, no Rio Paraná, fazendo-o ponto de partida

⁷⁴ Ibidem. p. 23.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Segundo Wachowicz, “a obrage denominada Fazenda Britânia teve origem em 1905, quando o chefe político da região, Jorge Schimmelpfeng, através da lei n° 610 de 06/04/1905, adquiriu 250.000 hectares de terras devolutas, a título de compra, [...]. [...] Jorge Schimmelpfeng comunicou ao governo do Estado do Paraná a organização de uma empresa para a exploração da obrage. Era a Companhia de Maderas Del Alto Paraná e era representada por Hilary Howard Lang. Esta companhia era, na realidade, apenas uma das ramificações de outra companhia inglesa: a The Alto Paraná Development Company Ltda.” WACHOWICZ, Ruy. C. **História do Paraná**. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1988. p.163. “A chamada obrage foi uma propriedade e/ ou exploração típicas das regiões cobertas de matas subtropicais, em território argentino ou paraguaio. [...]. Seu objetivo precípua era a extração de erva-mate, nativa da região, bem como da madeira em toros, abundante na mata nativa subtropical. A obrage, portanto, estava ligada ao binômio extrativista: mate-madeira. Essa exploração típica desde o início do século passado na Argentina e no Paraguai penetrou de forma natural e espontânea pelos vales navegáveis do Paraná e Paraguai. Como o controle geo-econômico da navegação do sistema do Prata pertencia à Argentina, foram os obrageros desta nação os principais responsáveis pela introdução desse sistema em território brasileiro, ou mais especificamente: paranaense e mato-grossense”. WACHOWICZ, Ruy. C. **Obrageros, Mensus e Colonos: história do Oeste paranaense**. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987. p. 44.

das jangadas de toro que seguiam rio abaixo para a Argentina e de embarques do mate [...]”.⁷⁸

Com relação à venda da Fazenda Britânia pela Madeiras del Alto Paraná, os autores afirmam ter ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, quando “[...] o governo brasileiro passou a legislação proibindo ou limitando drasticamente a propriedade a estrangeiros da terra e outros recursos naturais na zona fronteira do Brasil.”⁷⁹

Feita a apresentação da compra da Fazenda Britânia e a estruturação de Toledo, realizada pela Maripá, os autores passam a mencionar os diretores da Maripá e a troca de chefia da empresa.

O primeiro diretor-residente da Companhia Maripá foi o Sr. Alfredo Ruaro, que demitiu-se em 1949 para se tornar diretor de outra companhia de terras, a Pinho e Terras Ltda. O atual diretor, Sr. Willy Barth, foi para Toledo em 1949 e deve-se o rápido progresso da nova colonização, em grande parte, a sua habilidade, energia e entusiasmo.⁸⁰

A narrativa induz a pensar que a saída de Ruaro da direção da empresa teria sido uma ação “instintiva”, sendo que continuaria dando sequência ao seu “espírito colonizador” na direção de outra empresa, a Pinho e Terra. Como mostrou Langaro, em sua Tese de Doutorado sobre as memórias da colonização e do pioneirismo em Toledo, a saída de Ruaro da direção da empresa não ocorreu isenta de dificuldades e conflitos. Segundo o autor, “[...] inicialmente o empreendimento passou por sérios problemas financeiros e, paralelamente, ocorreram conflitos entre os sócios, culminando na substituição do primeiro diretor “local”, Alfredo Paschoal Ruaro, entre os anos 1949 e 1950”⁸¹. Com relação a Willy Barth, sucessor de Ruaro, Oberg e

⁷⁸ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit., p. 23.

⁷⁹ Ibidem. p. 23. Embora Oberg e Thomas apresentem apenas a proibição brasileira como justificativa para o fim das obras no Oeste do Paraná, Colodel menciona também que: “O governo argentino contribuiu para a decadência das obras no Oeste paranaense e mato-grossense, a partir do momento que incentivou e até subsidiou o plantio científico de ervas no território de Misiones. Assim o fez para diminuir sua dependência de erva-mate brasileira. A partir da década de 1930, o governo argentino dobrou a carga tributária para a importação da erva-mate. Assim quando se inicia a nacionalização da região pelas autoridades brasileiras, as obras já mostravam claros sinais de inviabilidade econômica.” COLODEL, José Augusto. Cinco séculos de história. In: **Mesorregião Oeste do Paraná: diagnóstico e perspectivas**. Cascavel-PR, 2002.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ LANGARO, Jiani Fernando. **Quando o futuro é inscrito no passado: “colonização” e “pioneirismo” nas memórias públicas de Toledo (1950-2010)**. Tese de Doutorado em História, PUC – SP. São Paulo. 2012. p. 64.

Thomas constroem uma imagem positiva, atribuindo a ele o progresso da nova colonização, tendo em vista, suas “qualidades” natas.

Segundo os autores, em 1951, a empresa Maripá “se preparou para receber um influxo de colonos para as terras afastadas.”⁸² Para isso, ela teria criado escritórios auxiliares para a comercialização das terras e formado novos núcleos populacionais, como: General Rondon, Dez de Maio, Novo Sarandi e Quatro Pontes. Em 1952, outros povoados foram criados: Vila Margarida, Nova Concórdia, Três Passos, Vila Mercedes e Nova Santa Rosa. Os autores chamam a atenção para a palavra “novo” que precede o nome de cada povoado, o qual “indica o lugar de origem dos colonos – o Rio Grande do Sul”⁸³.

Na sequência do relatório, Oberg e Thomas informam que o progresso de Toledo deveria ter ocorrido “[...] principalmente à cuidadosa elaboração dos planos, e aos recursos financeiros que a Companhia Maripá pôde empregar na tarefa de colonização e desenvolvimento de um território virgem”⁸⁴. No que se refere ao Plano de Colonização, os autores mencionam que este teria sido elaborado com o intuito de “[...] integrar as atividades madeireiras com a colonização da terra [...]”⁸⁵, bem como, “[...] alcançar uma comunidade rural próspera de sólida base econômica [...]”⁸⁶. Dessa forma, o Plano de colonização⁸⁷ teria se voltado aos seguintes aspectos: tipo de agricultura; tamanho das propriedades rurais; elemento humano, e industrialização.⁸⁸

No que se refere ao tipo de agricultura, os autores mencionam que, após um

⁸² OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit., p. 24.

⁸³ Ibidem. p. 25

⁸⁴ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit., 26.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ “Segundo ficha catalográfica do museu histórico “Willy Barth” de Toledo, o Plano de Colonização foi elaborado em 1955 pelo contador da MARIPÁ Ondy Hélio Niederauer, em função de um concurso realizado em Londrina - PR para escolher os municípios que mais “progrediram” naquele ano. Com 45 páginas, o texto, que define os objetivos e procedimentos adotados pela empresa após a ascensão de Willy Barth, divide-se em duas partes, uma que o autor denominou “teórica” e outra “prática” [...]. STEIN, Marcos Nestor. **A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946 – 1996)**. Dissertação de Mestrado em História – UFSC. Florianópolis, 2000. p. 19. Segundo Santos, “em 1955 foi organizado um Plano de Colonização da Maripá, que dá legitimidade à ideia de uma organização e controle da área, a qual subsiste até hoje em muitos círculos. O Plano é elaborado, entretanto, quase três anos depois da instalação do município de Toledo, ocorrido em 1952. Ou seja, o Plano é feito num momento em que a comercialização de terras já entrara em ritmo decrescente, conforme relatório constante no Museu Histórico Willy Barth. Ele foi elaborado como uma prestação de contas aos órgãos governamentais do Estado – já que Toledo se emancipa três anos antes -, e também como ação publicitária das atividades realizadas pela companhia”. SANTOS, Reginaldo Aparecido dos. Op., cit., p. 22.

⁸⁸ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit., p. 26.

levantamento geral do clima e do solo predominante na Fazenda Britânia, concluiu-se que “[...] o terço norte da mesma era semelhante ao norte do Paraná e, portanto, apropriada para o cultivo do café”⁸⁹. Desse modo, a parte sul, como era sujeita a geadas, “[...] seria melhor aproveitada no cultivo de milho, feijão, trigo arroz, batata, fumo. Assim como [...] para a criação de porcos e gado”⁹⁰. Dessa forma, a parte sul da Fazenda Britânia teria sido desenvolvida primeiro, por se “[...] acreditar que as culturas mistas trariam maior estabilidade econômica à área do que a concentração de esforços em plantios para exportação, tais como o café [...]”⁹¹. Nota-se, portanto, que os autores classificam a área a partir do clima, ou seja, determinam o tipo de agricultura a ser desenvolvida na área, e a consequente identificação das pessoas como “ideais” para desenvolvê-la, quais sejam os descendentes de italianos e alemães oriundos do Rio Grande do Sul.

Com relação ao tamanho das propriedades rurais, os autores citam a pequena propriedade como padrão dominante de colonização da terra:

A unidade de terra escolhida foi o lote de 10 alqueires, ou seja, aproximadamente 25 hectares ou 60 acres. A fim de prover água corrente ao máximo possível de lotes, a área total foi, inicialmente, dividida em perímetro, cujas divisas eram cursos d'água. Cada perímetro foi então dividido em lotes, ou colônias, de cerca de 25 hectares. Desta forma, a Fazenda Britânia foi dividida em cerca de 10.000 colônias, cada uma com capacidade de produção para manutenção de uma família⁹².

Oberg e Thomas mencionam que, uma vez definido o tipo de agricultura e o tamanho da propriedade, foi preciso definir onde buscar os colonos para dar continuidade ao plano.

Segundo eles, “[...] o caboclo”⁹³, com suas técnicas de agricultura primitiva e

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Ibidem.

⁹² Ibidem. p. 27.

⁹³ “O termo caboclo se originou junto à formação social e étnica dos trabalhadores camponeses brasileiros. Como substantivo de dois gêneros, designa os (as) mestiços (as) de ascendência indígena e branca. Em geral, eram filhos de portugueses pobres que chegavam ao Nordeste sem família e tinham de trabalhar na terra, desposavam mulheres indígenas ou mestiças locais. Designa também os indígenas que, desintegrados de seus valores nativos (destribalizados), perdiam seus vínculos socioculturais e passavam a agir sob valores culturais “dos brancos”. Por muito tempo, teve sentido pejorativo de sujeito atrasado, ignorante, preguiçoso e portador de maus hábitos”. SILVA, Simone da. Caboclo. In: **Dicionário da terra**. MOTTA, Márcia. (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 68.

falta de dinheiro para comprar terras, estava fora do programa, exceto como fonte de trabalho braçal”⁹⁴. Evidencia-se, nessa narrativa, a presença de outras pessoas na área da Fazenda Britânia e, ao mesmo tempo, sua exclusão, como no caso, do caboclo. A justificativa é apresentada em função da sua precária condição econômica e pelo modo de cultivar a terra tida como obsoleto. Sua aceitação no local teria sido apenas como trabalhador braçal, dada sua condição de pobre e atrasado.

A este respeito, Davi Schreiner⁹⁵, na ocasião de seu estudo sobre as experiências de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais no Sudoeste e Oeste do Paraná entre 1985 e 2001, é incisivo ao apontar que o projeto de colonização oficial “Marcha para Oeste”, através da ideologia do povoamento por colonos “afeitos ao trabalho”, “com experiência cooperativa”, “construtores do progresso e de uma nova pátria” excluiu a população cabocla desse projeto. “A colonização oficial ocorreu sob o referencial do moderno, elegeu o migrante, que incorporou a centralidade ética do trabalho e é detentor de uma competitividade produtiva, como tipo humano executor do processo”⁹⁶.

Com relação aos colonos que seriam trazidos para a colonização no Oeste do Paraná, Oberg e Thomas mostram que não bastava escolher a região de procedência dos mesmos, bem como, o clima e o solo onde seriam estabelecidos. “[...] Era necessário determinar um método de seleção que pudesse trazer para a nova colonização homens de bom caráter e de capacidade testada”⁹⁷. Esses homens seriam constituídos por descendentes de italianos e alemães dos estados do sul do Brasil, previamente escolhidos por agricultores de projeção e pequenos comerciantes daqueles estados, a pedido dos diretores da Companhia Maripá. Há uma classificação do “colono ideal”, não apenas pela sua procedência, mas também pela sua suposta aptidão para o trabalho.

Os descendentes de imigrantes italianos e alemães que se instalaram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram considerados como uma população provada e testada para a experiência de uma vida pioneira da nova área⁹⁸.

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ SCHREINER, Davi Félix. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre o processo de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região Sudoeste/Oeste do Paraná). Tese de Doutorado em História Social. São Paulo, 2002. p. 80.

⁹⁶ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit., . 27.

⁹⁷ Ibidem. p. 28.

⁹⁸ Ibidem.

Segundo os autores, “uma publicização em larga escala, como provou a experiência, teria atraído muitos aventureiros e parasitas [...]. Para tal, seria melhor, retardar ou mesmo proibir a entrada desses elementos”⁹⁹. A estratégia que teria sido criada pelos diretores da Companhia Maripá foi a de buscar auxílio junto aos agricultores e pequenos comerciantes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para que trouxessem “[...] com eles um número selecionado de colonos de suas respectivas regiões”.¹⁰⁰

Somente após o desenvolvimento da parte sul da fazenda Britânia, com a prévia seleção de colonos e definição do tipo de agricultura a ser adotada, a policultura, voltar-se-iam para o desenvolvimento da parte norte da Fazenda Britânia, “[...] atraindo imigrantes de São Paulo e do Norte do Paraná, onde a experiência do plantio do café e outros produtos agrícolas já se encontrava bem desenvolvida”¹⁰¹.

Para os autores, atrair a população que seria “provada e testada”, com experiência na pequena propriedade, adaptada ao clima da região, afeito ao trabalho, e acima de tudo, dedicado ao plantio de diversas espécies de culturas, significava a garantia do sucesso do empreendimento colonizador inaugurando um novo ciclo agropecuário.

Oberg e Thomas constroem uma diferenciação entre a colonização da região e outras colonizações realizadas no Brasil. Em suas palavras: “[...] é preciso ter-se em conta que a colonização de Toledo difere, substancialmente, das normas de colonização tradicional no interior do Brasil”¹⁰². Embora o projeto de colonização implantado pela Maripá estivesse ajustado aos ditames do programa nacionalista de interiorização, ou, de outro modo, de colonização dos espaços de fronteira, se fazia interessante diferenciá-lo daqueles cuja organização partia da iniciativa pública¹⁰³.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² Ibidem. p. 43.

¹⁰³ A colonização executada pela iniciativa pública no Oeste paranaense ocorreu na margem esquerda do rio Piquiri com as colônias Piquiri, Cantu, Goio-Bang e Goio-Erê, e, à margem direita do rio Ivaí, as colônias Manuel Ribas, Muquillão e Mourão. De forma geral, os lotes agrícolas nessas colônias foram de dimensões superiores àsquelas do norte do Estado, medindo em média mais de 20 alqueires. Ademais, o governo seguiu planos de colonização, demarcando lotes rurais e prevendo áreas para a instalação de núcleos urbanos. Cabe assinalar, ainda, que a maior diferenciação dos projetos de colonização envolvendo a iniciativa privada – aqui representada pela Maripá – e a iniciativa pública, consistia no apoio sistemático fornecido ao colono migrante que, no primeiro caso, era bem mais referenciado (posto que forneciam toda forma de assistência tanto técnica quanto espiritual) e tido, assim, como exemplo de colonização. DICIONÁRIO Histórico-biográfico do Paraná. **Colonização oficial do governo do Paraná**. Curitiba: Chain, 1991. p. 32.

Ou seja, a colonização de Toledo teria sido uma ação planejada sob a responsabilidade da Companhia Maripá, enquanto as formas de colonização tradicional resultam “[...] de uma expansão e crescimento naturais”¹⁰⁴.

Na sequência, os autores constroem a diferenciação entre uma colonização planejada e não planejada: na planejada, “faz-se primeiro o levantamento da terra, escolhe-se a futura localização das cidades, constroem-se as estradas principais e se fornecem as necessidades básicas da vida social.”¹⁰⁵ No fragmento abaixo, os autores procuram enfatizar a colonização que teria sido planejada pela empresa Maripá, e, por outro lado, diferenciá-la das “normas tradicionais de colonização”¹⁰⁶. Vejamos:

As pessoas se instalam primeiro e o desenvolvimento vem depois. Geralmente pequenos grupos familiares abrem seus caminhos através de veredas, reivindicando seus direitos sobre terras de florestas não demarcadas, as chamadas terras devolutas. [...]. Lentamente a floresta vai sendo desbastada, e com isso grande quantidade de madeira é destruída. À proporção que a população aumenta, constrói-se uma igreja e pequenas lojas vão-lhe aparecendo em torno, formando assim o núcleo de uma Vila. Tudo isso é feito com a ajuda da força muscular do homem e dos animais e as poucas economias individuais dos povoados. [...]. Até que o povoado cresça o bastante para que se torne um distrito, [...]. [...] o Distrito eventualmente será um município.¹⁰⁷

Contudo, os autores mencionam a existência de falhas no plano de colonização. Segundo eles, o planejamento da Colonizadora Maripá teria sofrido mudanças na medida em que as exigências dos próprios colonos foram surgindo. Apesar disso, os autores mantêm a ideia de que, mesmo diante dos reveses, a força do grupo que dirigia a empresa não teria sido abalada. É o que demonstra o fragmento abaixo:

Foram aparecendo vilas onde não eram indicadas nos mapas, e muitas das que estão marcadas ainda não existem. Estradas que foram planejadas como tabuleiro de xadrez, tiveram que se desviar para servir outras áreas, onde os colonos estabeleceram suas propriedades. Em algumas áreas urbanas que haviam sido divididas em lotes residenciais, cercados por chácaras, a população retalhou

¹⁰⁴ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit., p. 43.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 44.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Ibidem.

as chácaras em lotes e abandonou os que já haviam sido levantados. Em outras palavras, a realidade vivente da colônia modificou o plano sem, no entanto, destruir sua força diretora¹⁰⁸.

Os autores apresentam também aspectos relacionados às condições de moradia em Toledo e de General Rondon. Segundo eles, “[...] o luso-brasileiro tem a tendência de construir suas casas lado a lado, ao longo de ruas sinuosas, com pouco ou nenhum espaço fronteiro para jardim”¹⁰⁹. Em seguida, os autores mencionam que, nessas duas cidades, “os lotes são grandes, com amplo espaço para jardim e quintal, as ruas são largas e se cortam em ângulos retos”. A narrativa induz a crer que o luso-brasileiro teria predisposição para viver em condições desfavoráveis, mesmo existindo lugares apropriados para a moradia, sem considerar as condições econômicas para aquisição dos lotes urbanos.

Oberg e Thomas fazem comparações entre as casas existentes em Toledo e em General Rondon, porém sem mencionar seus moradores. Vejamos:

As melhores casas são feitas de tábua, encaixadas horizontalmente; [...] os assoalhos são feitos de tábuas estreitas de tábuas encaixadas; o telhado coberto de telhas e há, geralmente, uma varanda na frente e outra atrás. [...]. Em Toledo as casas melhores têm pias nas cozinhas e privadas automáticas ligadas a fossas sanitárias. A bomba é elétrica, levando a água até uma caixa colocada no sótão, donde é encanada até a cozinha e o banheiro. [...]. O quintal é uma horta [...]. Praticamente, todos os lotes são cercados de arame farpado ou de estacas de madeira.¹¹⁰

Também descrevem as características das “casas pobres,” ao se referirem aos trabalhadores diaristas.

As casas mais pobres da cidade, principalmente nas zonas suburbanas, são, em geral, feitas de tábua, pregadas no sentido vertical, com tiras de madeiras sobre as fendas [...]. As casas dos trabalhadores diaristas não são cercadas, raramente têm flores ou jardins. Os poços são as principais fontes de água, mas muitos não são cobertos e, para tirar água, usa-se um balde e um molinete¹¹¹.

Após descreverem as características das casas, os autores afirmam que “o

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 45.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem.

desenvolvimento de uma cidade, de certa forma, reflete a origem étnica de seus residentes¹¹². O nível econômico é utilizado como um parâmetro diferenciador entre os grupos, assim como o tempo de residência em um lugar. É o que podemos ler no seguinte trecho:

Colonos de origem italiana gostam de construir suas casas nas encostas, de forma a poderem aproveitar a parte mais baixa da casa como um porão para a armazenagem de vinhos e depósitos de colheitas. Já os de origem germânica preferem as áreas planas. A qualidade da casa normalmente reflete o nível econômico do residente, embora, também seja importante, o número de anos em que ele vive no Município¹¹³.

A comparação realizada por Oberg e Thomas entre os luso-brasileiros e os descendentes de italianos e de alemães nos remete à analogia feita por Holanda entre o semeador e o ladrilhador:

Enquanto o colonizador português, o semeador não demonstrou esforços em desenvolver na colônia uma extensão do império português “[...] cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão”. O colonizador espanhol, o ladrilhador, preocupou-se com a dominação física do espaço, moldando a cidade a seu favor, construindo suas cidades demarcando ali sua presença: “[...] as ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhe antes o acento voluntários da linha reta¹¹⁴.

É possível dizer que, para os autores, o semeador se equipara ao “caboclo”, o qual não almejava mudanças, não buscava implantar melhorias no espaço onde vivia, não influenciava a arquitetura local com sua cultura e seu modo de viver. Ao contrário do descendente de italiano e alemão, ou do ladrilhador, os que teriam sido escolhidos para ocupar a região, que possuíam condições econômicas favoráveis para moldar o meio social a seu favor. Vale ressaltar que, diferentemente de Holanda, Oberg e Thomas atribuem juízo de valor ao luso-brasileiro e/ou caboclo de forma pejorativa quando atribuem diferenças culturais e econômicas aos mesmos.

Com relação à população existente no município de Toledo em 1956, Oberg e Thomas informam que “[...] era estimada em 9.945 habitantes. Noventa e nove por

¹¹² Ibidem.

¹¹³ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit., p. 45.

¹¹⁴ HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros: Rio de Janeiro. J. O. p. 61-100.

cento dessa população era constituída de indivíduos de cor branca e somente um por cento de mulatos¹¹⁵. A população era composta também de “[...] um pequeno número de trabalhadores itinerantes paraguaios, alguns mestiços de branco e índios”¹¹⁶. Os autores quantificam a população existente naquele período e reforçam a ideia de ter havido predominância da população “branca”: descendentes de italianos e alemães. Porém, não deixam de mencionar a presença do mulato, do mestiço e do paraguaio. O mulato e o mestiço foram diferenciados da população “branca” pela cor da pele e pela descendência e o paraguaio por não pertencer a sociedade brasileira e ser apenas trabalhador braçal itinerante.

No que se refere à disparidade econômica e cultural entre os moradores de Toledo, os autores sugerem não ter havido, “[...] até agora, diferenças pronunciadas na estratificação social”¹¹⁷. No entanto, os colonos descendentes de alemães e italianos formaram a classe média de fazendeiros e comerciantes, os quais ocupavam os cargos mais importantes na prefeitura e na companhia de terras. “Os nomes luso-brasileiros aparecem [...] na parte mais baixa da escala social, representados pelos trabalhadores caboclos que vieram em busca de trabalho”¹¹⁸. Os luso-brasileiros, mesmo participando da economia do município, estão fora da sociedade dos colonos. “Numa situação parecida, porém pior ainda, estão os trabalhadores temporários paraguaios, que vivem migrando de um lado para o outro da fronteira”¹¹⁹.

A partir de tais afirmativas, pôde-se perceber a existência de uma série de características atribuídas aos colonos oriundos do sul do Brasil, como: a experiência de uma vida pioneira pautada no trabalho, sua estrutura fundiária e suas tradições culturais. Quanto ao trabalhador paraguaio e ao caboclo, eram identificados como “primitivos” devido à utilização de técnicas de agricultura consideradas “arcaicas”. Além disso, eram qualificados como “inviáveis financeiramente”, uma vez que não dispunham de capital suficiente para adquirir lotes de terra.

Observa-se, portanto, a construção de distinções entre os vários momentos da colonização: se inicialmente o trabalhador paraguaio e o caboclo foram indispensáveis para a viabilização da colonização, o contrário se deu quando esta

¹¹⁵ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit., p. 47.

¹¹⁶ Ibidem. p. 47.

¹¹⁷ Ibidem. p. 51.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem.

passou para uma fase de maior desenvolvimento. Os colonos descendentes de italianos e alemães passaram a ser os personagens valorizados pelo “espírito desbravador” e pela “experiência de trabalho duro”, o que antes era atribuído aos paraguaios e aos caboclos.

Nesse sentido, cabe citar a seguinte afirmação de Poutignat¹²⁰: “quando as identidades étnicas estão fortemente correlacionadas a um sistema de estratificação socioeconômico [...], a fronteira étnica superpõe-se à fronteira social, uma reforçando a outra”.

Para Oberg e Thomas, as semelhanças entre o grupo formado por descendentes de italianos e alemães mantinham-se ligadas pelos hábitos e lugares. “Porto Alegre é, para eles, tão importante quanto Curitiba. Muitos usam trajes gaúchos, tomam chimarrão e encomendam suas compras no Rio Grande do Sul”¹²¹. Contudo, existem diferenças no interior deste mesmo grupo. De acordo com os autores:

Os colonos de origem italiana, quando questionados sobre o que pensam dos colonos de origem germânica, respondem que os alemães são caprichosos, querendo dizer com isso que se esforçam para fazer as coisas corretamente, produzindo artigo com habilidade e orgulho da manufatura. Consideram também os alemães quietos e taciturnos. Os alemães, por sua vez, dizem que os italianos são bons trabalhadores, mas negligenciam a qualidade em favor da quantidade e falam demais. Essas apreciações são um tanto estereotipadas, mas nada indica que não haja boas relações entre eles¹²².

Nesta narrativa percebe-se que a diferença entre os descendentes de italianos e alemães é superada pela conduta em relação ao trabalho. É o trabalho, portanto, que os unifica. Vale lembrar que as identidades possuem contradições em seu interior. Ou será que é possível afirmar que todos os descendentes de alemães são quietos? Ou ainda, que todos os descendentes de italianos falam demais?

Oberg e Thomas enfatizam que, em Toledo, era comum ouvir dizer que “todos os alemães têm hortas, alguns italianos têm hortas, e nenhum luso-brasileiro tem horta”¹²³. É possível perceber, no decorrer da narrativa, que o lugar de procedência,

¹²⁰ Poutignat, Philippe. Op. cit. p. 155.

¹²¹ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit., p. 51.

¹²² Ibidem.

¹²³ Ibidem.

a moradia, o chimarrão, a horta, a cor, enfim hábitos e costumes funcionam como um elemento importante da produção da identidade e da diferença entre os dois grupos étnicos.

Os espaços de sociabilidades edificados pelos italianos e alemães também eram classificados em ordens de importância distintas, marcando a diferença entre os dois grupos, como informam os autores. Para os alemães, “[...] primeiro a escola, segundo o hospital, e terceiro a igreja. Entre os italianos a igreja vem em primeiro lugar, depois a escola e, finalmente, o hospital”¹²⁴. Com relação aos luso-brasileiros ou caboclos e os paraguaios, o autor nada menciona a respeito.

Em relação à preservação de costumes entre os descendentes de alemães e italianos, os autores mencionam que “[...] os alemães, mais que os italianos, tratam de preservar a consciência de seu grupo étnico.”¹²⁵ Segundo eles, para os descendentes de alemães, perder sua linguagem, os laços familiares, a religião, era o mesmo que perder a “moral”, assim “[...] misturar-se-iam com os fazendeiros pobres locais e se transformariam em caboclos.”¹²⁶ Procuravam preservar, ainda, “o jogo de boliche, exercícios de marcha para crianças escolares e cerimoniais cívicos, tais como o fogo simbólico no dia da independência. Eles parecem ser mais patriotas que os próprios luso-brasileiros”¹²⁷. Os autores, através desse discurso vão diferenciando e unificando os grupos.

A necessidade de manter o distanciamento entre a identidade de “origem” e a do “caboclo” continua sendo uma questão importante na argumentação dos autores. Segundo eles, os italianos, alemães, lusobrasileiros ou caboclos conviviam amistosamente. Contudo, “como o nível de vida do caboclo é inferior, não querem casamento com eles.”¹²⁸ Novamente o fator econômico diferencia e classifica as pessoas. Com relação à alimentação, a dieta do caboclo, segundo Oberg e Thomas, é menos variada, seja em quantidade ou em qualidade, que a alimentação dos de “origem”.

Considerando a exposição desenvolvida, o caboclo pode ser considerado o “outro” no projeto de colonização empreendido pela colonizadora Maripá no município de Toledo e General Rondon. É ele, na visão de Oberg e Thomas, o sem

¹²⁴ OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. Op., cit., p. 52.

¹²⁵ Ibidem.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem. p. 53.

horta, sem hospital, sem igreja, sem escola, sem sentimento social, sem cerca, sem etnia, sem cor, sem amor à pátria e com a dieta menos variada. O caboclo é identificado pelo não ter e pelo não ser, com relação ao “alemão” e ao “italiano”.

Percebe-se que Oberg e Thomas, (re)produzem os discursos presentes no Plano de Colonização sobre a população que teria colonizado a Fazenda Britânia. Os autores unificam e diferenciam os grupos, criam, através de narrativas, fronteiras étnicas entre a população.

1.2 “RIOGRANDENSE” E “NORTISTA”: A DEFINIÇÃO DE UM LUGAR

Passamos agora à análise do relatório elaborado por Arpad Szilvassy¹²⁹, intitulado “Aspectos Gerais da Colonização Comunitária Européia no Paraná”, elaborado na década de 1960. O relatório trata da colonização do Oeste do Paraná e da finalidade da Indústria Madeireira Rio Paraná – Maripá, de “[...] transplantar não só o sistema colonizador riograndense para o Estado do Paraná, mas também a ajuda de transferir as organizações sociais dos colonos riograndenses para o Paraná [...]”¹³⁰.

O relatório é resultado de uma viagem de pesquisa sociológica realizada no Paraná, no período de 21 de fevereiro a 07 de abril de 1965, por Szilvassy. Para o autor, a finalidade dos colonizadores era “criar para os colonos do Rio Grande do Sul que não acham terra lá, uma nova pátria riograndense¹³¹”. Ao indicar a procedência dos colonos e os motivos do deslocamento para o Oeste do Paraná, Szilvassy aponta para um forte “sentimento regionalista” existente entre os membros desse grupo. Neste sentido, identifica-os como italianos e teuto-brasileiros, ao mencionar que “[...] de modo geral, metade destes colonos do Rio Grande do Sul

¹²⁹ Arpad Szilvassy nasceu na Hungria em 1912. Trabalhou em New York, Estados Unidos, como professor visitante da Fundação Kossoutho. Esteve no Brasil na condição de professor pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1963. Segundo Stein, o documento intitulado *Aspectos Gerais da Colonização Comunitária Européia no Paraná*, redigido na década de 1965, é resultado de uma viagem de “pesquisas sociológicas” realizadas no Paraná no período de 21 de fevereiro a 07 de abril de 1965, auxiliada financeiramente pela fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. No decorrer da pesquisa, Szilvassy percorreu, dentre outras regiões do Paraná, o Município de Toledo, Marechal Cândido Rondon e o distrito de Vila Nova, localizados no Oeste do Paraná, formados por migrantes procedentes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. STEIN, Marcos Nestor. **O oitavo dia**: produções de sentidos identitários na colônia de Entre Rios - PR. Guarapuava: Unicentro, 2011. Nota 293. p. 148.

¹³⁰ SZILVASSY, Arpad. Op., cit. p. 1.

¹³¹ Ibidem.

são italianos, a outra metade teuto-brasileiros¹³², mas ambos sentem-se como gaúchos e estão orgulhosos deste fato [...]”¹³³.

Para Szilvassy, o “orgulho de serem gaúchos” está fundamentado na manutenção de hábitos praticados naquele lugar, como “[...] a leitura de jornais do Rio Grande do Sul, com preferência o Jornal do Dia, com suplemento alemão e ouvem a Rádio Difusora do Rio Grande do Sul também”¹³⁴. Oberg e Thomas, ainda mencionam a necessidade da preservação de um “sentimento de grupo” entre os descendentes de italianos e alemães. Para eles, estes mantinham um vínculo com a cidade de Porto Alegre, faziam uso de trajes gaúchos e do chimarrão. A linguagem, a religião e os laços familiares eram os critérios principais de pertença étnica e de se diferenciarem dos caboclos. Neste sentido, percebe-se a necessidade da preservação de valores, práticas culturais e elementos simbólicos como mecanismos de diferenciação.

Enquanto Oberg e Thomas nomearam as pessoas provenientes do Sul do Brasil de “italianos” e “alemães”, Szilvassy as nomeia como “italianos” e “teuto-brasileiros”, demarcando os critérios para a definição de pertencimento étnico, bem como, identificando e diferenciando as pessoas em relação as suas práticas culturais. Como lembra Silva, a identidade e a diferença, além de serem interdependentes, “somos nós que as fabricamos no contexto de relações culturais e sociais”¹³⁵.

A ação da Colonizadora na região Oeste do Paraná é apresentada da seguinte maneira pelo autor:

[A maripá] tinha a finalidade de transplantar não só o sistema colonizador riograndense para o estado do Paraná, mas também a ajuda de transferir as organizações sociais dos colonos riograndenses para o Paraná [...]. Além das finalidades comerciais, finalidades idealistas motivaram estas firmas que cuidaram para que

¹³² Segundo Voigt, “teuto-brasileiro é a designação comum atribuída ao grupo de descendentes dos imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, os espaços destinados pelo Governo brasileiro ou por empresários particulares para sua ocupação sistemática, sobretudo nos Estados do Sul”. O autor, no decorrer da tese de doutorado, realiza uma análise histórica do conceito de teuto-brasileiro. O objeto de análise permeia o campo de saberes que se constituíram a partir da década de 1940, no Brasil, o que permite dar visibilidade e dizibilidade à referida noção, bem como os deslocamentos discursivos empregados para a manutenção da validade conceitual. VOIGT, André Fabiano. **A Invenção do Teuto-Brasileiro**. Tese de Doutorado – UFSC. Florianópolis. 2008, p. 11.

¹³³ SZILVASSY, Arpad. Op., cit., p. 01.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Op., cit., p. 74.

fossem reconstruídas as bases tradicionais do colono riograndense nas terras paranaenses, a igreja, a escola e as associações culturais”¹³⁶.

Segundo o autor, o intuito primeiro seria desenvolver economicamente a área onde estavam localizados o Município de Toledo e o distrito de General Rondon, mediante a venda das terras. Ele indica que, em quatorze anos, foram construídas treze igrejas, praticamente uma por ano. Em seguida, vinham as construções de escolas e associações recreativas e culturais. No entanto, Szilvassy não apresenta o número de escolas existentes e demais espaços recreativos, tão pouco informa quais seriam tais denominações religiosas.

Na perspectiva de Szilvassy, “[...] foi em poucos anos recriada uma sociedade riograndense no Sudoeste e Oeste do Paraná até o Rio Piquiri.”¹³⁷ O rio constituiu-se em uma fronteira geográfica e étnica, sendo o “[...] limite dos sistemas de colonização entre os riograndenses e os nortistas assim chamados os colonos do estado de São Paulo.”¹³⁸ Por meio do rio, o autor identifica e unifica a população do Oeste do Paraná como riograndense. As demais pessoas presentes na região foram excluídas pelo autor, como, por exemplo, o luso-brasileiro ou caboclo, assim como, as pessoas oriundas de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e da região do Nordeste, como veremos nos estudos apresentados na sequência deste trabalho.

Segundo Szilvassy, o “riograndense, de maneira geral, respeita o limite do “outro”, mas quando ocorre a violação desse limite, ele retorna para o seu território de “pertencimento”:

O riograndense não transgride este limite ou retorna se passou um tempo lá, ele não se sente bem entre os nortistas que têm um outro sistema de colonização, as colônias deles são 2-5 vezes maiores, são baseadas economicamente sobre a monocultura¹³⁹.

Para além da diferença entre riograndense e nortista, justificada pelo sistema de colonização, tamanho das propriedades e não diversificação da agricultura, Szilvassy aponta outras diferenças. “O riograndense é religioso, toma grande cuidado nas suas tradições culturais, entretanto, o nortista é orientado mais para fins

¹³⁶ Ibidem.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Ibidem.

puramente mundanos.”¹⁴⁰

Verifica-se, portanto, um discurso que identifica de maneira negativa a população que ele denomina de nortista e que cria uma identidade positiva para o riograndense. Nesse processo, o que se percebe é a incorporação de discursos de “riograndenses” que viviam na região. Szilvassy argumenta que, segundo os “riograndenses”, o primeiro edifício que o “nortista” constrói “é a sala de dança, que suas cidades são “comercialmente muito movimentadas” e que “gasta todo seu dinheiro nos bares e nas lojas”, não investindo na melhoria de suas propriedades. Ao contrário do “riograndense”, que “é mais construtivo, vive simplesmente [...]”¹⁴¹ e somente investe em uma casa estável após sua empresa agropecuária estar “bem fundada [...]”.¹⁴²

Outro aspecto que nos chama a atenção são os números referentes ao percentual de colonos estabelecidos na Fazenda Britânia e nas áreas vizinhas:

1) Fazenda Britânia com 11.500 colônias, na sua metade italianos; na outra teutobrasileiros. 2) Gleba Ocoi com 4.000 colônias, com 50% teutos e 40% italianos. 3) A gleba Iguaçu (Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Criciúma) com 5.000 colônias, na sua maioria italianos. 4) A Gleba Lopeí, parcialmente colonizada, com 2.300 colônias na sua metade italianos, na outra teutos, perto de Cascavel, uma região rica em pinheiros e erva-mate. 5) Gleba Piquiri, com 2.560 colônias, totalmente colonizadas: muitos, 25% de São Paulo, o resto riograndenses. 6) Em questão às glebas Speria com alguns posseiros, para 11.500 colônias e a Gleba Andrades para 4 até 5.000 colônias¹⁴³.

Os dados acima evidenciam a predominância da população oriunda dos estados do Sul do Brasil na área colonizada pela Maripá e demais empresas. Contudo, há um silenciamento com relação à presença de pessoas vindas de outras regiões do Brasil. A esse respeito, Colognese, na obra intitulada “Tupãssi: do mito à história”¹⁴⁴ destaca a presença de várias empresas colonizadoras que teriam atuado no Oeste do Paraná, as quais se “esmeraram em registrar e divulgar suas intenções

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Ibidem. p. 03.

¹⁴² Ibidem.

¹⁴³ Ibidem.

¹⁴⁴ Segundo Colognese, “destacam-se as seguintes empresas que se transferiram para o Oeste do Paraná: a Companhia Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – MARIPÁ, a Pinho e Terras com seções Piquiri, Céu Azul, Porto Mendes, Lopeí, a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda., a Colonizadora Gaúcha Ltda., a Colonizadora Matelândia Ltda., a Colonizadora Criciúma Ltda”. COLOGNESE, Silvio Antônio. **Tupãssi: do mito à história**. Cascavel: Edunioeste, 1999. p. 40.

e suas atividades desenvolvidas”, destacando a origem étnica predominante de alemães e de italianos e a sua vinda dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Szilvassy, no final do relatório, relaciona alguns “problemas agrícolas da região”, e aponta caminhos para superá-los. Segundo ele, “a mecanização da agricultura [...] é uma necessidade inevitável; o colono deveria aumentar a sua produção e evitar luxos como carros, para que possa ser realizada essa transformação das técnicas antigas numa agricultura mecanizada.”¹⁴⁵

O autor, em seu discurso, construiu fronteira geográfica e étnica para a população que colonizou Toledo e estabeleceu como limite o Rio Piquiri a Oeste da região. Nomeou a população de Toledo como “riograndense” e os “outros” como “nortistas”, cujas diferenças foram estabelecidas a partir da perspectiva de alguns “riograndenses” que serviram como fonte de informação: o “sistema de colonização” e as práticas sócio-culturais (trabalho, economia, religiosidade e moradia).

¹⁴⁵ SZILVASSY, Arpad. Op., cit. p.10.

1.3 “CORRENTES MIGRATÓRIAS” NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: “SULINOS”, “LUSO-BRASILEIROS” E “NORDESTINOS”

Neste momento, apresentamos a análise do relatório elaborado pelo Engenheiro Agrônomo Albert Elfes¹⁴⁶ na década de 1970, intitulado “Estudo Agro-econômico e Social: Guaíra, Toledo, Palotina, Nova Aurora, Santa Helena, Assis Chateaubriand, Terra Roxa do Oeste, Marechal Cândido Rondon e Formosa do Oeste”. O objetivo do mesmo é “avaliar o desenvolvimento socioeconômico dos nove municípios citados, situados no ângulo Sul, formado pela afluência dos Rios Piquiri e Paraná.”¹⁴⁷

Para a realização da pesquisa, Elfes percorreu 5.210 Km na região Oeste do Paraná, durante 26 dias. Entrou em contato com inúmeras empresas existentes na época e com diversos órgãos públicos e privados. Visitou 23 estabelecimentos rurais e entrevistou cerca de 30 moradores da região¹⁴⁸. No decorrer do relatório, Elfes discorreu sobre o “desenvolvimento histórico” da referida área e unificou a população em dois grupos étnicos. Apresentou, também, as condições do clima, solo, hidrografia e vegetação do espaço. O relatório tem 57 páginas e é composto de mapas, tabelas e fotografias sobre os municípios selecionados para o estudo.

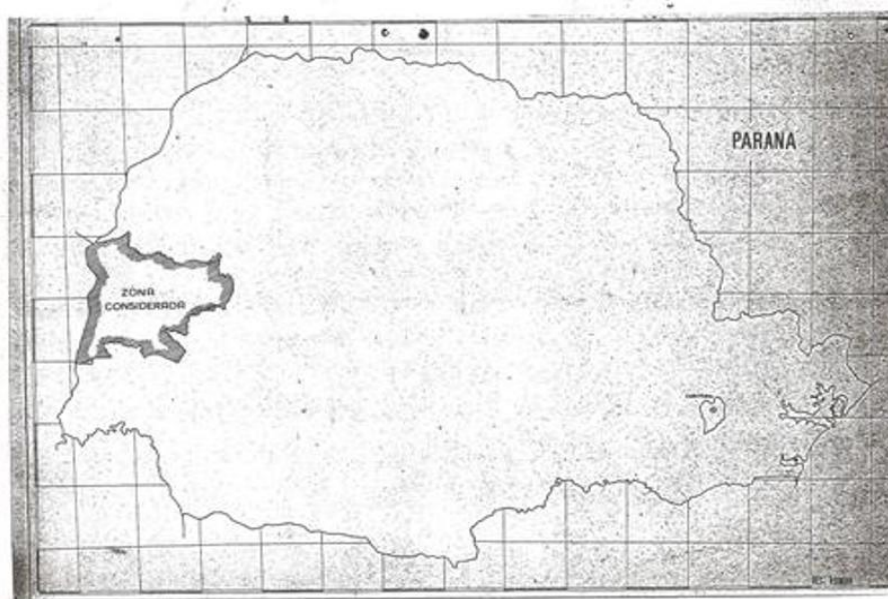
Centraremos a análise nas interpretações feitas pelo autor a respeito da população dos municípios pesquisados, como elas foram nomeadas e classificadas e as diferenças estabelecidas entre elas.

A pesquisa ocorreu na Região Oeste do Paraná como indica o mapa a seguir:

¹⁴⁶ Albert Elfes é Engenheiro Agrônomo, formado em Bonn, Alemanha. Veio para o Brasil em 1950 e no final da década 1960 e início de 1970, realizou diversos trabalhos e levantamento de áreas no Estado do Paraná. Recebeu apoio do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário – INDA. A cópia deste relatório foi disponibilizada pela Biblioteca do Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo e encontra-se disponível, para fins de pesquisas, no Núcleo de Pesquisa e Documentação Sobre o Oeste do Paraná – CEPEDAL, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. STEIN, Marcos Nestor. **Migração, meio ambiente e colonização**: análise de relatório de Albert Elfes sobre a Ocupação do Oeste do Paraná. Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e migrações. Florianópolis - SC, 2010.

¹⁴⁷ ELFES, Albert. Op., cit. p. 05

¹⁴⁸ Ibidem.



MAPA 2. Mapa do Estado do Paraná: Zona Considerada (Oeste do Paraná).

Fonte: ELFES, 1970.

Para cada município pesquisado, Elfes apresentou a área em Km² e a população correspondente. Dos nove Municípios, quatro se destacam em extensão e demografia: Palotina (1.543 km², com 55.000 hab.), Assis Chateaubriand (1.260 km², com 60.000 hab.), Marechal Cândido Rondon (1.380 km², com 60.000 hab.) e Toledo (2.092 km, com 70.000 hab.).

Elfes, ao tratar do processo de ocupação da região, no item intitulado Desenvolvimento Histórico, considera que somente o município de Guaíra teria uma história anterior ao ano de 1946. Os demais municípios não fariam parte do processo histórico da região e teriam passado a existir a partir dessa data. De forma breve, menciona o pertencimento da região de Guaíra à Espanha no século XVI, a passagem para o domínio português no século XVII, e que “[...] somente no início desse século iniciou-se um aproveitamento econômico das riquezas naturais – madeira e mate – e uma colonização servindo o Rio Paraná para o escoamento da produção”¹⁴⁹. Chama atenção a maneira breve e simplificada como o autor discorre sobre o “desenvolvimento histórico” do atual município de Guaíra e da própria região Oeste do Paraná como um todo, omitindo a presença dos indígenas, das obrages, dos mensus e dos paraguaios.

Com relação ao município de Toledo, Elfes argumenta que “esta foi a

¹⁴⁹ Ibidem, p. 12.

segunda cidade que se formou na região”¹⁵⁰. Seu desenvolvimento econômico teria ocorrido inicialmente com a exploração e industrialização da madeira em meados de 1946. “Já em 1949 iniciou o loteamento das terras e no mesmo ano chegaram os primeiros colonos. O afluxo de famílias [...] tornou-se tão intenso que já no ano de 1951 foi criado e em dezembro de 1952, instalado o município de Toledo [...]”¹⁵¹

Ao tratar da emancipação do município de Toledo, semelhante a Oberg e Thomas, Elfes não menciona os interesses econômicos e políticos da Colonizadora Maripá, envolvida diretamente no processo emancipatório. O autor argumenta apenas que a emancipação se deveu ao intenso influxo de colonos na área.

Com relação à população que povoou os municípios em estudo, Elfes considera que a ocupação do espaço se deve a duas “correntes migratórias”. A primeira delas, a corrente “sulina”:

[...] oriunda uma dos Estados sulinos, principalmente do Rio Grande do Sul, com grande influência italiana e germânica. Trata-se principalmente de filhos de colonos do sul, famílias jovens que não encontraram mais terras suficientes nas regiões de sua origem. Estes colonos geralmente eram e são munidos de um pequeno capital, tanto em equipamentos e animais, como também em numerário, e muitas vezes recebem ainda, durante os primeiros anos da instalação do lote agrícola, auxílio financeiro dos seus familiares deixados no sul¹⁵².

Para o autor, os descendentes de italianos e germânicos oriundos do Rio Grande do Sul, classificados como “sulinos”, compuseram a primeira corrente migratória. Essa população teria colonizado a parte Norte de Toledo, os Municípios de Marechal Cândido Rondon e Santa Helena, e o Sul dos Municípios de Guaíra e Palotina. Conforme menciona o autor, eram colonos com algumas posses, os quais poderiam receber ajuda de familiares até o estabelecimento na área.

No que se refere à segunda corrente migratória, “[...] vinda do Leste do Estado de São Paulo, através do Norte do Paraná, é composta principalmente de dois grupos étnicos: luso-brasileiros oriundos dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, e os nordestinos”¹⁵³.

Chama atenção que o autor esquadrinha e agrupa a população em dois

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ Ibidem.

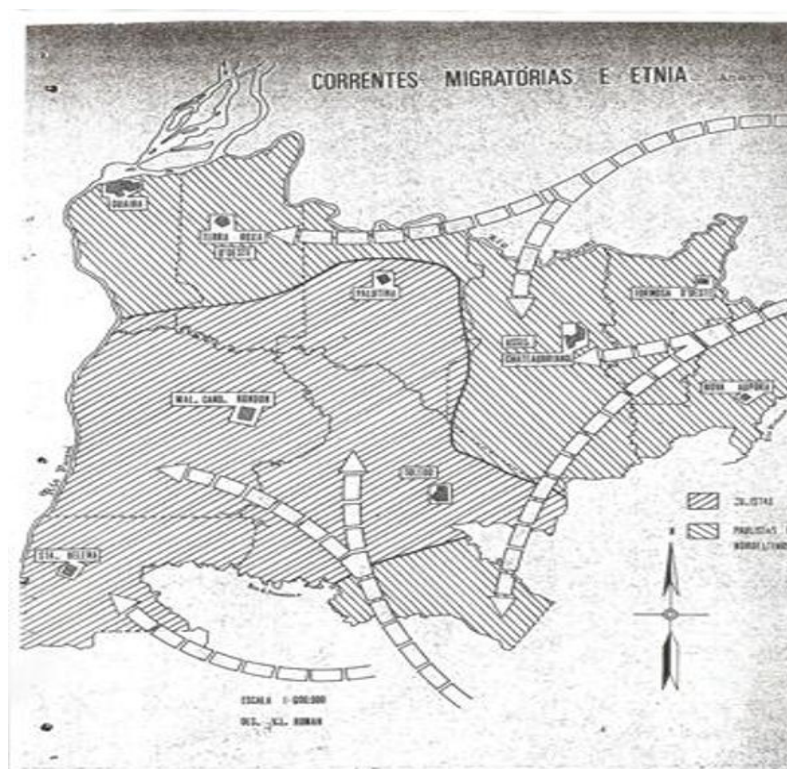
¹⁵² Ibidem. p. 13.

¹⁵³ Ibidem.

grupos opostos, não considerando suas peculiaridades e suas trajetórias de vida. Como asseverou Robson Laverdi¹⁵⁴ em sua obra “Tempos diversos vidas entrelaçadas”, quando o intuito das produções historiográficas é apontar apenas dados quantitativos sobre a população, suas subjetividades irão se diluir.

Quanto às trajetórias sociais, elas de fato não poderiam ser expressas em números, haja vista o grau de efemeridade das estradas nos diferentes lugares por onde os migrantes passaram ou os múltiplos itinerários de suas trajetórias, alguns dos quais inconclusos.¹⁵⁵

O mapa organizado por Elfes, intitulado Correntes Migratórias e Etnias, exemplifica o exposto.



MAPA 3. Correntes migratórias e etnias

Fonte: ELFES, 1970.

O autor se preocupou em quantificar a população, dividir em dois grupos e localizar as áreas ocupadas por cada um deles. Toledo, Marechal Rondon e Santa

¹⁵⁴ LAVERDI, Robson. Op., cit., 07.

¹⁵⁵ Ibidem.

Helena receberam a população formada pela primeira corrente migratória, os sulistas. Ao passo que Guaíra, Terra Roxa e Assis Chateaubriand receberam a população pertencente à segunda corrente migratória, os “paulistas e nordestinos”. Vale mencionar que a segunda corrente migratória seria formada por dois grupos étnicos: os luso-brasileiros dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, e os nordestinos. A área situada ao Sul do município de Toledo, ainda não nominada, segundo Elfes, ficou reservada como terra devoluta, por isso, não foi ocupada no início da colonização. “Esta área está hoje no início do seu desenvolvimento, e o povoado é feito principalmente por nordestinos.”¹⁵⁶

A impressão, ao observar o mapa, é de que as pessoas estavam naturalmente determinadas a ocupar certos lugares. Contudo, é preciso ponderar que tal acontecimento estava articulado com a política “Marcha para o Oeste” que objetivava atrair pessoas do Sul do Brasil para ocupar as novas fronteiras agrícolas no Oeste do Paraná.

Com o intuito de mensurar a população, Elfes construiu duas tabelas, as quais foram intituladas de “Etnias”. Nelas aparecem pessoas ainda não mencionadas pelo autor e não pertencentes a nenhuma das duas correntes migratórias, como os descendentes de japoneses e índios. Os grupos étnicos que ocuparam a parte norte de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena e o sul dos Municípios de Guaíra e Palotina, segundo Elfes, são:

Tabela 1. Etnias

Sulista de descendência não definida	2,6%
Paranaenses	0,5%
Mineiros, Paulistas, Espírito Santenses	6,0%
Nordestinos	12,9%
Nipônicos	1,2%
Guaranis	0,7%
Descendência Italiana	30,0%
Descendência germânica	46,1%

Fonte: ELFES, 1970, p. 13.

Diferentemente do mapa apresentado, a tabela mostra que pessoas das duas correntes migratórias ocuparam os municípios relacionados desconstruindo a ideia de fixidez que o mapa pretende mostrar. A tabela também contradiz os dados

¹⁵⁶ Ibidem, p. 14.

apresentados por Szilvassy, quando menciona que na área da Fazenda Britânia teria havido apenas descendentes de “italianos” e “alemães”.

Da mesma forma ocorre com a segunda tabela, a qual deveria representar quantitativamente a população pertencente à segunda corrente migratória. Assim está descrita a composição étnica dos Municípios de Guaíra, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste e Nova Aurora:

Tabela 2. Etnias

Sulistas de descendências não definidas	3,6%
Paranaenses	4,9%
Mineiros, Paulistas, Espírito Santenses	33,8%
Nordestinos	37%
Nipônicos	4,02%
Guaranis	1,6%
Descendência Italiana	9,0%
Descendência Germânica	6,0%

Fonte: ELFES, 1970, p. 14.

A tabela 2 mostra que houve predominância de alguns grupos em determinados lugares, bem como, uma movimentação dessa população nas áreas estudadas por Elfes. O autor não menciona os critérios utilizados para essa classificação e para o uso do termo “etnia”. Neste sentido, a nomenclatura “[...] não é somente um aspecto particularmente revelador das relações interétnicas, ela é por si própria produtora de etnicidade.”¹⁵⁷ Nesse sentido, o ato de nominar “[...] tem poder de fazer existir na realidade uma coletividade de indivíduos a despeito do que os indivíduos assim nomeados pensam de sua pertença a uma determinada coletividade”. O autor não traz informações sobre as fontes dos dados apresentados nas tabelas.

Na sequência, Elfes apresenta suas interpretações acerca de quem seriam os luso-brasileiros e nordestinos. Os primeiros seriam trabalhadores rurais ou ex-arrendatários dos cafezais de São Paulo que se deslocaram para o Norte do Paraná exclusivamente pela redução das áreas cultiváveis do café, e, de lá, para o Oeste do Paraná. A diminuição da área de cultivo do café é a explicação dada pelo autor para a migração dessa população. Contudo, outros fatores teriam influenciado a migração

¹⁵⁷ POUTIGNAT, Philippe. Op. cit. p. 143.

como aponta Padis.¹⁵⁸ Segundo este autor, a partir da segunda década do século XX, alguns fatores combinados acarretaram a transferência de contingentes populacionais. Dentre eles, destacam-se o rápido aumento do preço do café no mercado internacional após o fim da Primeira Guerra Mundial; a diminuição na produção do café em algumas regiões do Estado, devido à “broca do café”, e, também, ao esgotamento do solo¹⁵⁹; e, por fim, a urbanização de algumas cidades em função do progresso econômico provocado pelo café que induziu a um acréscimo na demanda de alimentos.

Quanto aos nordestinos, Elfes nomeia-os como retirantes da seca. Neste caso, a migração não se explica pela redução da área de cultivo do café, mas por fatores climáticos. Segundo o autor, os dois grupos étnicos – luso-brasileiros e nordestinos – tanto os advindos de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, como do Nordeste, “chegaram, na sua maioria, completamente desamparados e sem recursos na região Oeste do Paraná, à procura de terras, de trabalho assalariado ou empreitado, de possibilidades de vida”¹⁶⁰. Por um lado, Elfes atribui a essa população uma imagem estereotipada na medida em que a relaciona com a seca, reforçando assim a condição de empobrecida. Por outro, ressalta que teria sido os trabalhadores braçais no desbravamento inicial da colonização. O autor alude que muitos desses trabalhadores teriam adquirido pequenas quantidades de terras, minifúndios, e conquistado independência econômica.

Com relação aos fatores que impulsionaram a migração da população do sul do Brasil para o Oeste do Paraná, Schreiner¹⁶¹ menciona que tal fato se deve ao empobrecimento e à concentração da propriedade naqueles estados.

O fracionamento das propriedades entre os membros das famílias, por sucessivas gerações, havia levado à insuficiência de terras com o crescimento das famílias. Além disso, a queda da fertilidade da terra implicava em baixa produtividade.¹⁶²

Considerando tais fatores, fazem importantes as reflexões de Bosi¹⁶³ sobre a

¹⁵⁸ PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba. 1981. p. 89.

¹⁵⁹ Ver sobre essa questão a obra de Monteiro Lobato, *Cidades Mortas*, publicada em 1919.

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ SCHREINER, Davi Félix. Op., cit., p. 80.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

complexidade que envolve a colonização e a própria migração. Segundo esse autor, “[...] a colonização não pode ser tratada como uma simples corrente migratória: ela é a resolução de carências e conflitos da matriz e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório”¹⁶⁴.

No caso do Oeste do Paraná, as correntes migratórias tornaram-se instrumentos políticos importantes para proteger as fronteiras nacionais e inseri-las nos moldes do capitalismo nacional incentivada pelo governo federal, através do deslocamento populacional chamado de “frentes de colonização”, “frente pioneira” ou “correntes migratórias”.

Elfes assevera que as diferenças entre as duas correntes migratórias – sulinos, paulistas e nordestinos – teriam se expressado também no cultivo agrícola e na pecuária.

Cada um destes grupos acima relacionados levou para a região seus métodos tradicionais de produção e de cultivo da terra, de forma que podem ser distinguidos claramente duas áreas econômicas. Enquanto a corrente ítalo-germânica se dedica principalmente à suinocultura e está na fase da inclusão da triticultura no programa da produção, a segunda corrente se dedica mais à cafeicultura e criação de gado bovino.¹⁶⁵

Conforme argumenta Elfes, não teria havido trocas culturais entre essas pessoas, pois o “peso do trabalho diário não permite esse luxo”¹⁶⁶. Ou seja, o trabalho diário teria tomado o tempo do colono, de tal forma que não possibilitava a interação entre eles. Se Elfes alega a não inteiração, troca de experiência por falta de tempo, Szilvassy argumenta ter sido por falta de adaptação com a cultura do “outro”.

Com relação ao método e ocupação da terra nas áreas estudadas, Elfes apresenta uma colonização que teria sido empreendida por empresas privadas com o aval do Estado. Nomina apenas a Colonizadora Maripá e alude ter sido a primeira empresa a atuar na região.

A maior parte da área considerada foi entregue pelo governo, sucessivamente, as firmas colonizadoras particulares, que se

¹⁶⁴ Ibidem. p. 13.

¹⁶⁵ ELFES, Albert. Op., cit., p. 14.

¹⁶⁶ Ibidem.

encarregaram antes da entrega das terras aos lavradores, do levantamento topográfico dos sertões, do planejamento e da construção das rodovias, do planejamento e da medição dos lotes agrícolas, do cadastramento e da cartografia das propriedades e do planejamento dos futuros núcleos urbanos. A primeira e mais importante dessas firmas colonizadoras era a “Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. - MARIPÁ, fundada em Porto Alegre em 1946¹⁶⁷”.

No fragmento acima, Elfes menciona a presença de outras “firmas colonizadoras” na região, mas não especifica quais. A elas, de modo geral, atribui a ação do planejamento e execução da colonização. Na sequência, argumenta sobre a importância da Colonizadora Maripá, embora não delimite a área que esta colonizou. Assim como Oberg, Jabine e Szilvassy, Elfes, também atribui às firmas de colonização, em especial à Maripá, o mérito de ter proporcionado desenvolvimento de forma planejada em um espaço tido como “sertão”.

Em contraposição às áreas planejadas, segundo o autor “[...] existem, porém na região quatro áreas onde a ocupação da terra se realizou “desordenadamente”, sem levantamento prévio, sem planejamento e sem cadastramento imediato.”¹⁶⁸ Tais áreas englobam parte do município de Guaíra, o município de Nova Aurora¹⁶⁹, o sul do município de Toledo e o município de Santa Helena.

Nota-se no mapa abaixo que a ocupação “desordenada” teria ocorrido por completo em dois municípios: Nova Aurora e Santa Helena e na área a sul do município de Toledo. Os demais Municípios apresentaram apenas uma parte tomada por esse tipo de ocupação. Vejamos.

¹⁶⁷ Ibidem. p. 15.

¹⁶⁸ Ibidem.

¹⁶⁹ Rompatto, em sua Dissertação de Mestrado, discorre sobre a colonização de Nova Aurora sob a ação de duas colonizadoras – União D'Oeste Ltda., e Colonizadora Norte do Paraná – e os conflitos agrários existentes na área. ROMPATTO, Maurílio. Op., cit.



MAPA 4. Municípios com áreas ocupadas de forma desordenada

Fonte: ELFES, 1970.

Nos demais municípios, a ocupação teria ocorrido de forma “ordenada”, sendo eles: Toledo, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa D'Oeste, Palotina, Assis Chateaubriand e Formosa D'Oeste. O mapa, ao classificar as formas de colonização entre “ordenadas” e “desordenadas”, omite os conflitos agrários ocorridos na região Oeste do Paraná cuja colonização o autor classificou como “ordenada”. É o caso de Assis Chateaubriand¹⁷⁰ onde o conflito agrário envolveu Estado, colonos e empresa colonizadora.

Na sequência do texto, o autor apresenta as três regiões onde “as terras

¹⁷⁰ SILVA, mediante a análise de diferentes memórias procurou demonstrar o passado violento entre, Estado, companhias colonizadoras e posseiros no processo de ocupação do atual Município de Assis Chateaubriand. SILVA, Márcia Cristina Rodrigues da. **"Cidade 'Morada Amiga' no Oeste do Paraná: Memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960-2010)".** Dissertação de Mestrado. UNIOESTE, 2011.

foram ocupadas por posseiros”¹⁷¹, sendo Nova Aurora, o Sul do município de Toledo e Santa Helena. Tendo em vista os conflitos agrários ocorridos na área pertencente a Assis Chateaubriand, chama atenção que Elfes não menciona a existência de posseiros¹⁷². Para o autor, a situação dos posseiros ou lavradores era de insegurança com relação à garantia sobre a posse da terra, bem como, preocupação com as dificuldades para obtenção de financiamentos. No entanto, o autor argumenta que essas áreas encontravam-se em pleno desenvolvimento agrícola.

[...] os lavradores se acham prejudicados pela predominância do minifúndio e pela maior dificuldade de conseguir empréstimo bancário. A inquietude oriunda da falta de segurança da “posse” prejudica o desenvolvimento a longo prazo nas respectivas propriedades¹⁷³.

Já finalizando o relatório, Elfes divide a região em duas “zonas econômicas” distintas em termos “étnicos, [...] e diferentes métodos de colonização”¹⁷⁴. As diferenças são em termos de extensão, demografia, população rural, infraestrutura, estrutura agrária, agropecuária, e, por fim, trata do desenvolvimento demográfico e econômico dos Municípios.

A zona I – que compreende Toledo, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Santa Helena – é a área de colonização que Elfes toma como modelo para exemplificar o desenvolvimento das demais regiões. Essa opção pode indicar a preferência do autor tanto pelos colonos que teriam ocupado aquelas áreas, os descendentes de “italianos” e “alemães” oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que compunham a corrente migratória “sulista”, quanto ao método de colonização planejada adotado pela Colonizadora Maripá.

A Zona II compreende os municípios de Guaíra, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste e Nova Aurora. Para o autor, a divisão por Zonas

¹⁷¹ ELFES, Albert. **Estudo Agro-Econômico e Social**. Ministério da Agricultura. Delegacia Regional do Paraná. 1970. p. 15.

¹⁷² A Dissertação de Mestrado desenvolvida por Leandro de Araújo Crestani problematiza os conflitos agrários e o mercado de terras na região Oeste do Paraná. Partindo da problemática dos conflitos agrários nas fronteiras internas, a análise centra-se no estudo de caso da “*Gleba Santa Cruz*”. Uma disputa entre a Sociedade Colonizadora União D’Oeste Ltda. e o Estado do Paraná, que aconteceu no ano de 1954, resultando em expulsões e mortes sobre os ocupantes da terra: posseiros e colonos. CRESTANI, Leandro de Araújo. **Conflitos agrários e mercado de terras nas fronteiras do oeste do Paraná (1843/1960)**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – UNIOESTE. Toledo, 2012.

¹⁷³ ELFES, Albert. Op., cit. p.15.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 16.

facilitaria a análise da situação socioeconômica, por serem áreas diferentes entre si, “[...] claramente divisíveis e com independência mútua.”¹⁷⁵

1.4 “FRENTES PIONEIRAS” NO OESTE DO PARANÁ: “LUSO-BRASILEIRO” E “DESCENDENTE DE EUROPEU”

O último estudo a ser analisado, intitulado “*Colonização Pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná*”¹⁷⁶, é de autoria do geógrafo Keith Derald Muller. Trata-se de um artigo que apresenta os resultados da tese de seu doutorado, produzida na Universidade de Wisconsin-Milwaukee, Estados Unidos, no início da década de 1970¹⁷⁷. Para Muller, a opção em estudar a área geográfica à qual pertencia Toledo foi, primeiramente, feita na ocasião de um seminário sobre a América Latina, na mesma Universidade, realizado pelo professor Robert C. Eidt em 1967. Toledo despertava interesse, pois “[...] representava uma área na “fronteira final” do Sul do Brasil, e constituía um laboratório vivo dos padrões de desenvolvimento em uma zona pioneira”¹⁷⁸.

Muller visitou o Brasil em maio de 1968 e permaneceu no país, na cidade de São Paulo, até o mês de julho do ano seguinte. Nesse período, teria se familiarizado com a língua portuguesa e viajado ao Paraná. O trabalho de campo no Município de Toledo - Rio de Janeiro e Curitiba - ocorreu em 1970, quando foi possível coletar os dados necessários para o estudo em questão¹⁷⁹.

A obra está dividida em sete partes. Nelas Muller discorre sobre a história da ocupação, população e o meio físico. Descreve os colonizadores e suas fazendas, e analisa o papel do planejamento inicial, o tipo de estabelecimento, tamanho da fazenda, funções e as características principais das modernas colônias pioneiras.

O autor abre a discussão do trabalho enfatizando que “o Brasil que compreende aproximadamente a metade da América do Sul em população e área,

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ MULLER, Keith Derald. *Colonização Pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná*. 1973. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, p. 83-139, 1986.

¹⁷⁷ A opção por utilizar a tese publicada na Revista Brasileira de Geografia se deu pelo fato de facilitar o manuseio do material por disponibilizar de uma cópia. Também, por se tratar do mesmo conteúdo existente no Museu Histórico Willy Barth do município de Toledo. Ambos os materiais foram analisados cuidadosamente e a diferença entre eles está apenas na tradução para o português.

¹⁷⁸ Ibidem. Introdução, s/n.

¹⁷⁹ Ibidem.

passa pelo maior processo de colonização da América”¹⁸⁰. Fazendo uso do mapa, mostra as quatro “zonas pioneiras” da América do sul, dentre elas as “[...] zonas 3 e 4 [que] formam a “frente pioneira” do Oeste do Paraná, [...]”¹⁸¹



MAPA 5. Zonas pioneiras de ocupação no Brasil

Fonte: MULLER, 1986.

A área estudada pelo autor é o Município de Toledo localizado “[...] na frente pioneira do interior da América do Sul”¹⁸².

Muller inicia a discussão enfatizando o processo de colonização ocorrido no Brasil. Como exemplifica o mapa acima, Muller trata as fronteiras de colonização como “zonas pioneiras do Brasil”. Martins¹⁸³, ao abordar a diversidade histórica da fronteira, chama atenção para as definições usadas por geógrafos ao designar a fronteira a partir dos anos quarenta, como “zona pioneira” e “frente pioneira”.

¹⁸⁰ Ibidem. p. 84.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² Ibidem. p. 85.

¹⁸³ MARTINS, José de Souza. Op., cit. p. 151.

Segundo o autor:

[...] quando os geógrafos falavam de frente pioneira estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma. Nesse sentido estavam falando de uma das dimensões da reprodução capitalista do capital”¹⁸⁴

A frente pioneira abordada por Muller se refere, portanto, à colonização privada empreendida pela empresa Maripá na região Oeste do Paraná, incentivada pelo governo federal e estadual no contexto da Marcha para o Oeste.

No decorrer do estudo, Muller reporta-se à colonização do norte do Paraná e apresenta esta região como referência no planejamento de Toledo. Segundo ele, “a essência do planejamento em Toledo é mais característica nas regiões de colonização dos arredores de Londrina, norte do Paraná, que é bem conhecida pela produção de café e pelos estudos de campo ali realizados”¹⁸⁵. Diferentemente do que de Oberg e Thomas, Szilvassy e Elfes, os quais estabeleceram a diferença entre a colonização empreendida no município de Toledo e os “outros” sistemas de colonização como incompatíveis entre si.

Muller sugere, ainda, que a região norte do Paraná possa ter inspirado o projeto de colonização realizado em Toledo. Não reduz aquela região à produção de café, embora saliente que esta cultura a teria tornado amplamente conhecida, gerando a produção de inúmeros estudos. O autor não cria uma fronteira entre zonas pioneiras, mas demonstra estarem ligadas a um mesmo sistema de colonização, embora enfatize a colonização realizada em Toledo.

Segundo Muller, se a região norte é conhecida pela produção de café, Toledo se caracteriza pelo cultivo do milho e produção de suínos, embora haja escassos estudos sobre a região. “Em contraste milho e suínos, constituem a base econômica de Toledo. E poucos são os estudos sobre a região, e nenhum por geógrafo”.¹⁸⁶

Muller faz referência à obra de Oberg e Thomas, a qual representa o “[...]”

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ Ibidem. p. 86.

¹⁸⁶ Ibidem.

único estudo substancial do projeto”¹⁸⁷ de colonização do Oeste do Paraná. Nesse sentido, salienta que seu estudo está fundamentado no olhar do geógrafo e que seu objetivo seria analisar Toledo e sua colonização no que se refere: “posição, distribuição, forma e estrutura, dimensão, segundo a origem, função e desenvolvimento”.¹⁸⁸

Muller apresenta dois fluxos migratórios da “frente pioneira” no Paraná, os quais se concentraram no Oeste do Estado. A primeira frente pioneira era composta por “[...] luso-brasileiros, isto é, de descendência portuguesa [...]”,¹⁸⁹ que migraram do Estado de São Paulo, das regiões produtoras de café “[...] primeiramente no norte do Estado”.¹⁹⁰ Na década de “[...] 1950, um fluxo excessivo de colonizadores desta região migrou para o Mato Grosso do Sul e Oeste do Paraná [...] onde fazendas e plantações familiares foram estabelecidas”.¹⁹¹ Neste ponto da narrativa, Muller se assemelha a Elfes quando diz que o luso-brasileiro, oriundo do Estado de São Paulo, se deslocou para o Oeste do Paraná para cultivar o café. Contudo, diferente de Elfes, não os identifica como uma etnia.

Por outro lado, “o fluxo migratório sulino, composto principalmente de pessoas descendentes de alemães e italianos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, veio para o Oeste do Paraná estimulado pelas famílias numerosas e pelos solos exauridos”.¹⁹²

Segundo Muller, diferentemente das demais regiões que se desenvolvem no Oeste do Paraná, “[...] a colônia de Toledo permanece única nos padrões de colonização e condições econômicas [...]”¹⁹³. Ressalta também, que “[...] o projeto de colonização cuidadosamente planejado e executado em Toledo, contrasta enormemente com os projetos de outras partes do Oeste do Paraná, onde a colonização foi minimamente planejada e completamente espontânea”.¹⁹⁴

Enfatiza que as diferenças no projeto de colonização planejada evidenciam-se na paisagem. “As variações de colonização entre Toledo e outras regiões são verificadas nas paisagens [...]”,¹⁹⁵ onde também [...] dominam o tipo de ocupação

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ MULLER, Keith Derald. p. 87.

¹⁹⁰ Ibidem.

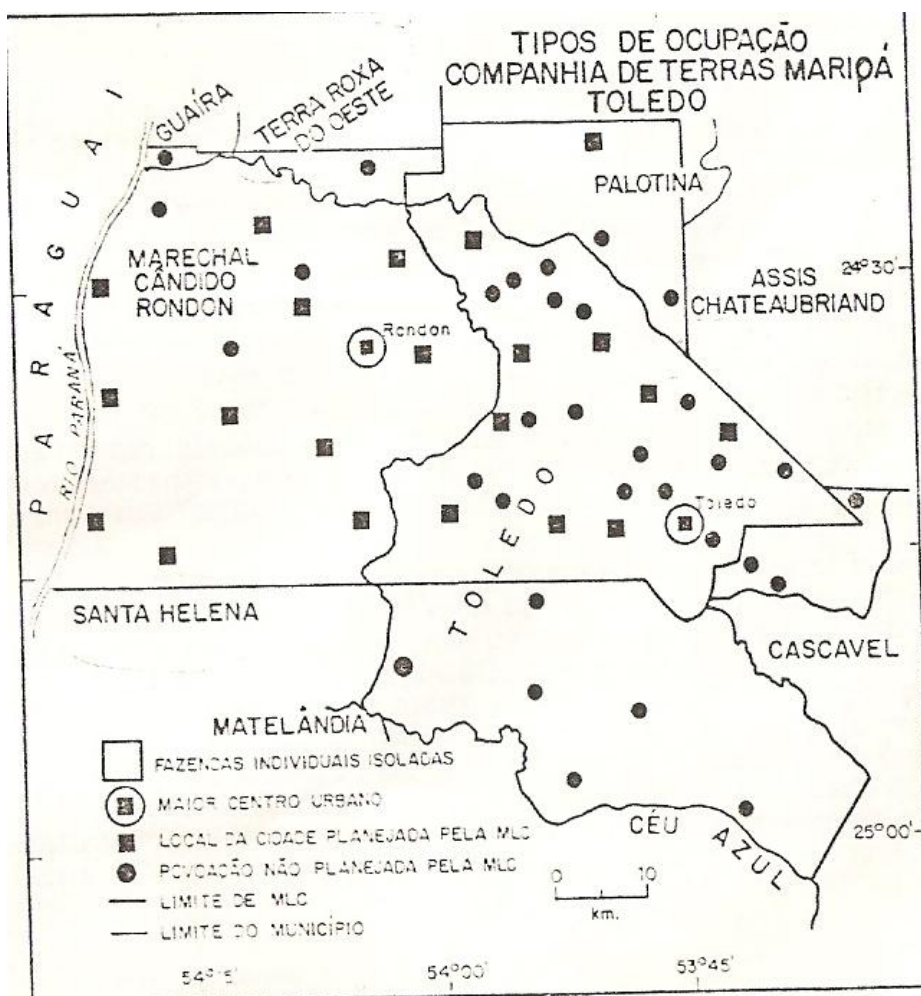
¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ibidem. p. 88.

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ Ibidem.

¹⁹⁵ Ibidem.



MAPA 7. Tipos de Ocupação realizados pela Empresa Maripá

Fonte: MULLER, 1986.

O mapa indica que Toledo e Marechal Cândido Rondon eram os maiores centros urbanos, ambos colonizados pela Maripá¹⁹⁷, com ocupação planejada. Apesar disso, em seu interior alguns espaços não teriam sido planejados¹⁹⁸. O mapa também apresenta os três municípios que não teriam tido ocupação planejada: Guaíra, Terra Roxa e parte de Palotina. A respeito de Assis Chateaubriand, não foi apresentada nenhuma informação. Diante disso, o autor argumenta que “[...] as fronteiras ao norte permanecem dentro das terras da Maripá; ao sul, às antigas terras do estado. Portanto, duas zonas agrícolas de origens diferentes, função e

¹⁹⁷ A título de esclarecimento, a Maripá foi nomeada por Muller como MARIPÁ LAND COMPANY. A sigla MLC refere-se a essa denominação. MULLER, Keith Derald. Op., cit. p. 89.

¹⁹⁸ É o caso do “Pouso Frio”, antigo “Pouso Toledo” pertencente à obra Nuñez y Gibaja, área ocupada por moradores pobres e teria se configurado um espaço de “posse” e de “ocupação desordenada”. A esse respeito ver: LANGARO, Jiane Fernando. Op., cit. p. 106.

desenvolvimento, são envolvidas”.¹⁹⁹

Segundo Muller, “o tipo de ocupação mais numerosa em Toledo é certamente a de fazendas individuais isoladas”.²⁰⁰ Os colonizadores foram selecionados pela empresa Maripá “[...] primeiramente colonizadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que eram de segunda, terceira ou quarta geração de descendentes de alemães e italianos”.²⁰¹ Outros grupos, em menor quantidade, formados por “[...] descendentes de japoneses e poloneses também se estabeleceram em Toledo. Logo após os limites da Maripá e nos municípios vizinhos, há luso-brasileiros que se diferenciam grandemente dos colonos da Maripá”.²⁰² Muller se aproxima do pensamento de Elfes ao estabelecer a fronteira entre “luso-brasileiros” e “europeus” nos limites da Fazenda Britânia embora mencione a presença de japoneses e poloneses em Toledo.

Muller afirma que a empresa Maripá “[...] não desejava ter grandes fazendas de monocultura, nem extremamente pequenas somente para subsistência [...]”²⁰³. Diante disso, os descendentes de alemães e italianos foram os escolhidos “[...] para construir uma economia regional forte envolvendo a produção agrícola, serviços e indústrias”²⁰⁴. Os rendimentos, segundo Muller, viriam para a empresa em curto prazo com a venda das terras, e, em longo prazo, com a implantação de indústrias, comércios e serviços. As pessoas ideais para desenvolver aquele modelo de colonização planejada seriam os descendentes de “italianos” e “alemães”. O posicionamento com relação à “escolha” de pessoas “ideais” para desenvolver este modelo de colonização foi também apontado por Oberg e Thomas. Para eles, essa população teria sido “testada” e “provada” para tal projeto.

Muller assevera que a forma de escolha da população que deveria ocupar a área da fazenda Britânia teria sido estrategicamente pensada de modo a não atrair “[...] aventureiros e especuladores de terras [...]”²⁰⁵. Dessa forma, a “[...] companhia recrutou os fazendeiros mais eminentes assim como pequenos comerciantes para estabelecer um núcleo estável para troca e transporte de mercadorias”.²⁰⁶

Para Muller, “o plano da companhia era de que os bons pioneiros recrutassem

¹⁹⁹ MULLER, Keith Derald. Op., cit. p. 90.

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Ibidem.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Ibidem.

outros, seguindo a teoria de que a qualidade atrai qualidade”²⁰⁷. Assim, os bons exemplos e as experiências positivas cunhadas pelos pioneiros com origem semelhante deveriam ser preservados, e as negativas deveriam ser identificadas e evitadas. “A técnica de formação de áreas pioneiras com o testemunho da eficiência de colonos de origem semelhante foi altamente importante para o sucesso de Toledo”.²⁰⁸

O autor explicita os fatores positivos que a colonização de Toledo obteve ao ter restringido a escolha de seus colonos a grupos culturalmente homogêneos, “[...], pois muitos problemas podem ocorrer nos projetos de colonização que não fazem seleção de pessoas de origens culturais semelhantes”.²⁰⁹

Embora as diferenças sociais possam não ser visíveis durante a limpeza inicial da terra, o progresso é muito mais rápido em zonas pioneiras onde as pessoas são culturalmente homogêneas do que em locais de grupos mistos. Isso é compreensível, pois as pessoas de mesma origem têm confiança entre si e trabalham junto mais facilmente. Inicialmente, a cooperação informal acelera a construção de casas, estradas, escolas, e hospitais, compra de equipamento, e venda das colheitas. Posteriormente, as colônias homogêneas formam cooperativas convencionais. Em Toledo, a semelhança cultural uniu-se ao sucesso das cooperativas formadas principalmente por descendentes de alemães [...].²¹⁰

O autor aponta que o sucesso do plano de colonização de Toledo está vinculado à junção de pessoas de culturas e origens semelhantes, ou seja, descendentes de alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Acrescenta também que “a falta de confiança mútua, como se verifica em colônias culturalmente mistas, pode ser nociva ao desenvolvimento planejado”²¹¹.

Embora o autor não aponte exemplos de ocupação mista nas proximidades da Fazenda Britânia, demonstra, mediante dados estatísticos coletados dos relatórios construídos em anos anteriores, por Elfes e Oberg, a composição cultural de Toledo em comparação com outras áreas.

[...] a composição étnica dos pioneiros de Toledo e três municípios adjacentes é de mais de 75% de alemães e italianos. Em Toledo,

²⁰⁷ Ibidem. p. 93.

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ Ibidem.

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Ibidem.

somente a porcentagem de descendentes de alemães e de italianos é mais alto do que nos quatro municípios combinados; 85% dos colonizadores de Toledo nasceram no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, como revela a pesquisa feita em 1956. A pesquisa mostrou que 53% dos sobrenomes das famílias eram alemães, 20% italianos, 19,3% portugueses, 5,2% espanhóis²¹².

Ao discorrer sobre a população que ocupou os municípios vizinhos a Toledo - Guaíra, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste e Nova Aurora - o autor aponta algumas diferenças: eram, sendo eles trabalhadores rurais, arrendatários ou não proprietários, ou proprietários pela primeira vez, pobres, não eram cooperadores e apresentavam padrão de vida baixo. As características dos trabalhadores apresentadas por Muller se aproximam das mencionadas por Oberg e Thomas ao tratarem do luso-brasileiro. Vejamos:

Trabalhadores rurais, ou antigos arrendatários de fazendas, viviam na região cafeeira de São Paulo e norte do Paraná, viviam geralmente em estabelecimentos isolados, com pouco ou nenhum capital, praticando agricultura de subsistência, e adquirindo terras pela primeira vez em suas vidas. Consequentemente, nestes municípios a agricultura de subsistência e os minifúndios prevaleceram, a cooperação é mínima, e o padrão de vida baixo²¹³.

Muller aponta que, entre os colonos descendentes de alemães e italianos escolhidos pela Maripá para ocupar a Fazenda Britânia, existiam diferenças culturais, no entanto “[...] estes grupos já viviam por muitos anos em áreas separadas, mas complementares no sul do Brasil e ocuparam as terras da Maripá em áreas relativamente separadas de acordo com suas experiências anteriores”.²¹⁴

Com relação aos colonos “japoneses” e “poloneses”,²¹⁵ Muller salienta que “apesar da existência de vários grupos culturais, as características de unidades individuais geralmente permaneceram unidas; portanto a confiança e a segurança mútua, originadas em grupos culturalmente conexos, são mantidas”²¹⁶. Tal argumento apenas reforça a supressão dos colonos oriundos do sudeste e nordeste

²¹² Ibidem.

²¹³ Ibidem. p. 94.

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ Muller não aborda nenhuma experiência de colonização referente aos poloneses, embora cite a presença deles na área da Fazenda Britânia. Apenas reforça que, assim como os japoneses, os poloneses também viviam em espaços conexos e unidos ao seu grupo de referência cultural e étnica.

²¹⁶ Ibidem.

do Brasil no projeto de colonização empreendido pela Maripá. Vale pontuar, que o autor não se refere à cidadania, mas a critérios étnico-nacionais para identificar os sujeitos, no caso dos “japoneses” e “poloneses”.

Na conclusão do estudo, Muller salienta que a análise geográfica emitida por ele sobre a ocupação pioneira de Toledo “[...] representa a tentativa de retratar os elementos mais significativos da moderna ocupação agrícola na América Latina”.²¹⁷ Os fatores modernos empregados nesse tipo de colonização incluem necessariamente:

[...] a adaptação dos colonizadores às novas terras e a velocidade com que a agricultura comercial é desenvolvida. Estas dependem da posição do projeto de colonização, da seleção dos colonizadores, do método de intitulação, da morfologia da ocupação, da dimensão das colônias e do papel que a função colonizadora desempenha, na integração vertical e regional no desenvolvimento da colonização²¹⁸.

Muller deixa clara sua preferência ao modelo de colonização implantado pela Maripá ao reforçar aspectos como a importância do projeto de colonização, a seleção dos colonos, a titulação e a venda das terras e o poder político dos empresários para a integração local/regional da área colonizada.

Oberg e Thomas, Szilvassy, Elfes e Muller, todos, de uma forma ou de outra, procuraram enaltecer o modelo de colonização empreendido pela Maripá no Oeste do Paraná. Os discursos produzidos pelos pesquisadores constroem fronteiras geográficas e étnicas entre as pessoas que ocuparam a região a partir de seus locais de origem, formas de cultivo, etc. Para Woodward: “A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças [...] são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares”²¹⁹.

²¹⁷ Ibidem. p. 134

²¹⁸ Ibidem.

²¹⁹ Woodward, Kathryn. Op. cit. p.11.

CAPÍTULO II

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS SOBRE A POPULAÇÃO DE TOLEDO E ASSIS CHATEAUBRIAND

Neste capítulo, analisamos os discursos identitários (re)produzidos por memorialistas brasileiros sobre a população que colonizou as áreas pertencentes aos municípios de Toledo e Assis Chateaubriand. Trata-se das obras **Toledo e Sua História**²²⁰, **Toledo no Paraná**²²¹ e **História do Município de Assis Chateaubriand**.²²²

Analisamos também as narrativas de Avelino Campagnolo²²³ e os significados atribuídos por ele à população que colonizou essas áreas. Campagnolo aponta para a existência do conflito agrário ocorrido na área pertencente ao atual município de Assis Chateaubriand e sobre a existência de uma disputa presente ainda hoje pela memória da colonização de Toledo, sobre a qual reivindica o direito de contar a sua versão dessa história. Diante disso, faz-se oportuno ressaltar que a história não é única, mas “é contada de uma multiplicidade de pontos de vista”²²⁴.

1.1 O “ELEMENTO HUMANO” NA CONCEPÇÃO DE OSCAR SILVA

A obra **“Toledo e Sua História”** foi produzida durante a primeira administração de Albino Corazza Neto²²⁵, iniciada em 1983, e representou a síntese

²²⁰ SILVA, Oscar. Op., cit.

²²¹ NIEDERAUER, Ondy Helio. Op., cit.

²²² MAIOR, Laércio Souto. Op., cit.

²²³ CAMPAGNOLO, Avelino. Natural de Concórdia, Santa Catarina, nascido em 30 de maio de 1926. Reside em Toledo desde 1946. É médico desde 1957 e foi prefeito do município de Toledo entre os anos de 1964 a 1969.

²²⁴ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História. São Paulo, PUC, nº15, 1997, p. 16.

²²⁵ Albino Corazza Neto é oriundo do estado do Rio Grande do Sul e se mudou para o Município de Toledo em 1968. É advogado e empresário. Foi prefeito do município de Toledo em dois mandatos: 1983-1988 e 1993-1996. Ver a respeito em: SILVA, Oscar. Op.cit. p. 370. MARQUES. Marlene. **O Lugar do povo no Projeto Comunidade no Poder (Toledo, 1993/1996)**. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2002. p. 3.

do “Projeto História”,²²⁶ uma das metas da administração cujo lema era: “Toledo Comunidade no Poder.”²²⁷ Durante esse período, foram produzidos vários materiais, como fascículos, cartilhas e livros²²⁸ com o intuito de evidenciar, de forma imediata as ações do poder municipal para a população, e cristalizar uma memória coletiva local com a publicação final do livro **Toledo e Sua História**²²⁹.

Segundo Silva, a obra é o resultado de inúmeras ações realizadas no decorrer da administração política do prefeito Corazza, com o objetivo de “resgatar” um passado que teria sido vitorioso com vistas a um futuro promissor. O *Projeto história* e a reativação do Museu Histórico “Willy Barth”²³⁰ significaram a cristalização dessa memória. Como afirma Pierre Nora, “[...] não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, [...] porque essas operações não são naturais.”²³¹

A obra **Toledo e Sua História** foi elaborada por uma equipe²³², tendo como

²²⁶ Segundo Santos, “o início do Projeto História se dá em 28 de março de 1983, quando, através da portaria 023/83, foi constituído um grupo de trabalho integrado por Oscar Silva, Wilson, Carlos Kuhn e Ondy H. Niederauer sob a supervisão do Departamento de Cultura, com a incumbência de: I- Tombamento de dados geográficos e estatísticos, II- Registro sistemático de fatos históricos, III- Organização do arquivo histórico municipal, - IV- Elaboração do compêndio sobre a história de Toledo, V- Implantação do Museu Histórico de Toledo. [...]. Oscar Silva foi o organizador do Projeto História até o ano de 1988. Pode-se dizer que todo o trabalho do “Projeto Histórico” culminou com a obra “Toledo e sua história”. Segundo Santos, “as atividades do Projeto História estão somente sob a coordenação de Oscar Silva, haja vista declínio oficial, por meio de correspondência, da participação de Ondy H. Niederauer.” SANTOS, Reginaldo Aparecido dos. **Narrativas urbanas: cidade, fotografia e memória, Toledo-PR. (1950-1980).** Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon. 2010. p. 117.

²²⁷ “O projeto “Comunidade no Poder” foi elaborado pelo prefeito Albino Corazza Neto em julho de 1983. Pautou-se nos princípios do projeto estadual do PMDB e teve como meta principal o projeto local de industrialização do município. No primeiro mandato, 1983/1988, Corazza dinamizou o projeto de industrialização iniciado em sua gestão na ACIT, em 1980. Organizou a população do interior do município em Associações Distritais e, na sede, convocou a população a organizar-se em Associações de Bairros e em entidades congêneres. Este procedimento facilitou o contato entre o Executivo Municipal, a “sociedade política” e a “sociedade civil”, tendo em vista, segundo o discurso da administração, a participação do povo no poder.” MARQUES. Marlene. Op. cit. p. 01.

²²⁸ Dentre elas: **Cartilha de Toledo**. Toledo: Prefeitura do Município de Toledo, 1985. **Toledo e Seus Distritos**: repensando os distritos de Toledo. Toledo: Prefeitura do Município de Toledo. 1986. **Toledo, a terra e o homem**. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo. 1983.

²²⁹ SILVA, Oscar. Op., cit.

²³⁰ Segundo Santos, o Museu Histórico Willy Barth foi criado no ano de 1976 e permaneceu existindo apenas no papel durante oito anos. “O que se pode perceber através de algumas documentações, é que a partir de 1983 se recomeça articular o funcionamento do museu e juntamente com esse objetivo surge outro que é a criação de um “projeto” que teria como função recolher dados para escrever um livro sobre a história da cidade, o que ficou denominado como *Projeto História*”. SANTOS, Nicheli Rodrigues. **(Re)leituras de uma história: o Museu Willy Barth na visão de seus visitantes**. Trabalho de conclusão de curso. Marechal Cândido Rondon – Unioeste. 2010. p. 16.

²³¹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, 1993. p. 13.

²³² Vera Lúcia Nichetti atuou como datilógrafa. Oscar Silva, Clori Fernandes Maciel e Rubens Bragagnollo auxiliaram na redação, assinando a obra como coautores. SILVA, Oscar. Op. cit. p. 496.

nome de destaque Oscar Silva.²³³ “Possivelmente, a obra veio a público por volta de 14 dezembro, data em que se comemora a emancipação da cidade [...]”.²³⁴

O livro possui 495 páginas e está estruturado²³⁵ em quatro partes, denominadas “Pré-colonização”, “Colonização”, “Emancipação” e “Evolução”. Foi produzido a partir da análise de fontes escritas e orais, tais como jornais, livros, revistas, relatórios, fotografias, entrevistas e depoimentos de pessoas, sobre a colonização do município de Toledo a partir da segunda metade da década de 1940. Vale ressaltar que as fontes utilizadas pelo autor ocupam lugares específicos buscando confirmar a “veracidade da história” escrita por ele. Como destaca Renk, “[...] para comprovar as ações são efetuados os registros, resultando em livros – álbuns de fotografias. Estas, do estatuto de verossimilhança passam ao de verdade.”²³⁶

Silva, na introdução do livro, procura informar o leitor sobre as razões que teriam levado à produção da mesma:

[...] sentiu-se a premente necessidade de registrar os acontecimentos de todo processo evolutivo de seus cidadãos, autores da realidade atual. Não se podia, de forma alguma, deixar no obscurantismo e anonimato os feitos históricos do povo toledano, suas lutas e realizações²³⁷.

A narrativa apresenta uma preocupação em registrar os acontecimentos históricos do período da colonização, para que estes não se perdessem no tempo ou fossem esquecidos. Assim, procurou construir uma imagem da história local permeada por lutas e conquistas, em cujo processo incluiu “todos os toledanos” como participantes. Contudo, no decorrer da obra, o autor lança um questionamento: “como continuar indiferente diante da ousadia e bravura dos pioneiros, ou ante a

²³³ Oscar Silva nasceu em 1915 na cidade de Santana de Panema, Estado de Alagoas. Atuou na imprensa nas revistas *Geração* em *Revista e Recado*. Atuou como escritor no campo da literatura, sendo também professor. Faleceu em 1991 e foi homenageado pela inauguração do Centro Cultural “Oscar Silva”. Ver a respeito: SANTOS, Reginaldo.op. cit. p. 116. SILVA, Oscar. Op., cit. (orelha). LANGARO, Jiani Fernando. Op., cit. p. 58.

²³⁴ LANGARO, Jiani Fernando. Op., cit. p. 61.

²³⁵ Convém observar que os componentes da equipe produtora da obra assinaram alguns capítulos ou subcapítulos, ora como coautores, ora como autores individuais. Oscar Silva, por exemplo, não assinou individualmente nenhuma parte da obra, mas sempre como coautor, juntamente com Rubens Bragagnolo. Enquanto Clori Fernandes e Rubens Bragagnolo assinaram individualmente algumas partes. A primeira parte da obra, intitulada “Pré-colonização”, não foi assinada por nenhum autor. Desse modo, optamos por usar Silva como autor representativo da obra e por ter sido o coordenador do “Projeto História”.

²³⁶ RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004. p. 27.

²³⁷ SILVA, Oscar. Op., cit. p. 13.

colonização de uma das mais bem organizadas e sucedidas colonizações já ocorridas no Brasil?”²³⁸. É perceptível, no decorrer do discurso, a centralização na figura do “pioneiro” enquanto responsável direto pelo sucesso da colonização.

A narrativa do Prefeito Albino Corazza Neto na abertura da obra, intitulada - “Palavra Inicial” -, indica a perspectiva adotada no texto: “[...] não foi apenas a atualidade que registramos. [...]. Aqui registramos um passado generoso e profícuo, de lutas e conquistas, daqueles que nos precederam na constituição da história de Toledo”²³⁹. Nesse tom, Corazza apresenta a história do município de Toledo e da colonização, que teria sido exemplar, feita por homens que lutaram e iniciaram a composição do que se tem hoje.

Silva, ao abrir a discussão da obra, menciona que as terras localizadas no Oeste do Paraná eram um “sertão inóspito”.

Um sertão que se tornara inóspito não em virtude de sua posição geográfica, mas também em consequência de uma floresta intransponível, uma fauna agressiva, um mundo de atoleiros e uma insalubridade constante. Mesmo assim, apesar de inóspito um sertão cobiçado²⁴⁰.

Sobre o sertão inóspito, Silva apresenta vários elementos que desqualificam a região como um espaço possível de ser habitado. A floresta é vista por ele como algo que precisa ser vencida por “desbravadores”. Neste momento da discussão, o autor começa a apresentar, de forma sutil, elementos sobre quem seria a população que se disporia a ocupar uma região, ainda que pouco convidativa, preche de riquezas e oportunidades.

A presença de indígenas na região Oeste do Paraná não é ignorada pelo autor. Contudo, Silva aponta que “como em qualquer parte do Brasil, os primitivos habitantes do Oeste do Paraná eram formados pela população indígena existente, em maior ou menor grau de intensidade”.²⁴¹ A fim de justificar a presença de indígenas na região, o autor lança mão de pesquisas²⁴² a respeito do tema, e, sobre elas, salienta:

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Ibidem.

²⁴⁰ Ibidem, p. 19.

²⁴¹ Ibidem, p. 23.

²⁴² Como Alceu Esperança em “História de Cascavel”, Vanilda Saatkamp em “História de Marechal Cândido Rondon”, José Maria de Brito em “Descoberta de Foz do Iguaçu”.

Diante de tão insuspeitas afirmações, pode-se assegurar que durante toda a fase pré-histórica em relação ao civilizador branco, o grande sertão oeste do Paraná, onde atualmente se encontram Toledo e outros núcleos, de civilização, esteve da posse do habitante indígena, seu povoador primitivo, em convivência com a ferocidade e as agruras da selva²⁴³.

A narrativa constitui o indígena como um habitante primitivo que se encontra fora da história do colonizador branco. O autor constrói uma separação entre o que seria o período pré-histórico e o civilizador. O primeiro é o período em que o indígena convivia com a ferocidade e as agruras da selva, não tendo ocasionado nenhuma mudança no meio. No período da civilização, o indígena teria sido suplantado pelo colonizador branco, o “colono” oriundo do Rio Grande do Sul, o qual teria transformado o Oeste do Paraná em um espaço civilizado através da colonização. Logo, os índios não teriam contribuído para a construção da região Oeste do Paraná. Gonçalves,²⁴⁴ ao tratar da formação histórica sobre a presença do indígena na história de sociedades regionais, argumenta que o indígena ora tem sua presença suprimida pela historiografia, ora “[...] faz largo uso de sua existência no passado, seja para estender ao tempo mais longínquo possível a história dos estados, micro-regiões e municípios, seja devido [...] à integração dos vencidos à história dominante.”²⁴⁵

Faz-se importante frisar que a colonização das terras da região Oeste do Paraná, semelhante a outros lugares, não se deu isenta de tensões e conflitos. A chegada dos colonizadores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina provocou modificações no modo de ser e de fazer da população indígena presente na região. Diante disso, alguns remanescentes foram “retirados”, em 1956, pelo Serviço de Proteção ao Índio para a reserva existente em Laranjeiras do Sul, PR²⁴⁶ caracterizando a expulsão dos mesmos.

Na continuação da obra, o autor discorre sobre a “invasão estrangeira”, ou seja, sobre a presença do não brasileiro na região Oeste do Paraná. Segundo ele:

²⁴³ SILVA, Oscar. Op., cit. p. 24.

²⁴⁴ GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Como Martim Afonso Virou Trineto de Mavutsinim?** Hist. Ensino, Londrina, v. 3, p. 23-36, abr. 1997.

²⁴⁵ Ibidem.

²⁴⁶ Ver a respeito: SAATKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e conquistas:** história de Marechal Cândido Rondon. Cascavel: ASSOESTE, 1985. p. 74.

Se em 1541 e 1600, respectivamente, os espanhóis e os portugueses adentraram o Oeste independentemente da permissão para isso, no final do Império a Coroa Brasileira doava pedaços do sertão oesteño aos estrangeiros e em 1905 o governo do Paraná vendia aos mesmos estrangeiros áreas de terra deste mesmo sertão²⁴⁷.

Segundo ele, primeiro foram os espanhóis e portugueses, os quais, “sem permissão”, adentraram as terras do Oeste com o intuito de “caçar índios” e explorar as riquezas existentes na região. Mais tarde, com a permissão do próprio governo brasileiro, argentinos e ingleses foram adquirindo terras através de doações²⁴⁸ e, mais tarde, mediante a compra²⁴⁹ com o intuito de explorar a região. Diante dessas constatações, Silva argumenta que “o sertão inóspito do Oeste do Paraná sempre foi um sertão cobiçado pelo alienígena”²⁵⁰.

Avançando na discussão sobre os “estrangeiros”, Silva menciona a presença dos argentinos e sua penetração a Oeste do estado do Paraná, em fins do século XIX. Segundo ele, a partir desse período, várias empresas ou obras platinas foram fundadas, como as de Júlio Alica, Nuñez y Gibaja e Domingos Barthe. Estas obras, segundo Silva, se utilizavam da mão de obra dos paraguaios, nominados de mensus.²⁵¹ “No finalzinho do século XIX, [...], toda a fronteira do Oeste paranaense já é dominada pelas companhias platinas que utilizam “mensus” em seus trabalhos [...]”²⁵²

²⁴⁷ SILVA, Oscar. Op., cit. p. 24.

²⁴⁸ “Ao cair do Império, em novembro de 1889, o Governo Imperial concedeu à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, subsidiária da Brazilian Railways Company, uma imensa área ainda que descontínua, de terras devolutas nacionais, no Sudoeste, Oeste e norte do Paraná, assim como as terras compreendidas nas sesmarias e posses [...]. Novas concessões de terras foram realizadas pelo Governo do Estado do Paraná, na conjuntura da Primeira República, a partir da Lei de Terras de 1892. As Leis Estaduais [...] possibilitaram a concessão de áreas de 50 mil hectares para o estabelecimentos de colônias com nacionais e estrangeiros. Entre as concessões, destacam-se: [...] – Concessão de 1905, de 50 mil hectares, a Nuñez y Gibaja, - 1907, de 251 mil hectares, à Companhia Madeiras Del Alto Paraná; - Concessão a Miguel Matte, de 1918; - Concessão de Julio Allica, de 1920” CARDOSO, Jayme Antônio. **Atlas histórico do Paraná**. 2. ed. rev. ampl. Curitiba: Livraria do Chain, 1986, p. 61-62.

²⁴⁹ A segunda década do século XX “é assinalada por várias concessões de terras, mediante venda a baixo preço, realizada pelo Governo do Estado do Paraná. A mais conseqüente foi, sem dúvida, aquela realizada em 1927 em favor da empresa Paraná Plantations Limited, com sede em Londres, sucedida pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, hoje Companhia melhoramento do Norte do Paraná”. Cardoso, J. Antônio. Op., Cit. p. 64.

²⁵⁰ SILVA, Oscar. Op., cit., p. 29.

²⁵¹ “Mensu é palavra de origem espanhola que significa mensalista, aqueles que recebem por mês”. WACHOWICZ, Ruy. Op., cit. p. 48.

²⁵² Ibidem. p. 36.

Com relação aos paraguaios²⁵³, o autor informa que estes permaneceram na região Oeste após a retirada das obrages. Sobre eles menciona que:

Com o destino que ainda hoje parece, carregaram de burros de carga da história, os obreiros ou “mensus” paraguaios se encarregam, entre outros serviços, de embalsamento de jangadas de lei e até de mão de obra na construção de estradas, como ocorreu com a estrada Toledo/Porto Mendes unicamente por eles construída²⁵⁴.

Embora, para Silva, os paraguaios também fossem “estrangeiros”, eram apontados como trabalhadores explorados pelas obrages, os quais serviram de mão de obra na extração da madeira de lei e na construção de estradas. A respeito dessa questão, o historiador paranaense Ruy Wachowicz²⁵⁵, aponta que o mensu ao ser inserido em uma obrage transformava-se em verdadeiro escravo ou servo, preso ao obragero por uma conta corrente praticamente impagável.

Com relação à presença dos ingleses no Oeste do Paraná, destaca a compra de “[...] uma vasta área de terras devolutas à margem esquerda do Rio Paraná”²⁵⁶, e, na sequência, o surgimento da “[...] Companhia de Maderas Del Alto Paraná, que, em 1907, pelo Decreto nº 6.569, de 18 de julho, é oficialmente autorizada a funcionar em território brasileiro.”²⁵⁷ Essas terras recebem o nome de Fazenda Britânia e o Porto passa a ser designado de Porto Britânia. Na sequência, o autor salienta que o objetivo dos ingleses era “extrair madeira, erva-mate e até erva-cidreira e exportar os produtos para a Argentina.”²⁵⁸

Na sequência da obra, em “palco de guerra”, o autor faz referência aos conflitos ocorridos na região Oeste do Paraná, mas centra a atenção no movimento revolucionário de 1924 e conseqüentemente na passagem da Coluna Prestes pelo Oeste, ressaltando que:

[...] na terceira década, já no século XX, brasileiros contra brasileiros, irmãos contra irmãos, escolheram o quadrilátero oestino formados

²⁵³ “São os denominados guarani modernos, descendentes dos índios aldeados pelos jesuítas, nas suas famosas reduções de Mato Grosso, Paraguai, Paraná e região missioneira. Muitos deles miscigenaram-se com as populações rurais, surgindo essa numerosa população que Darcy Ribeiro denomina de guarani modernos”. WACHOWICZ, Ruy. Op., Cit., p. 47.

²⁵⁴ SILVA, Oscar. Op., cit., p. 36.

²⁵⁵ WACHOWICZ, Ruy. Op., cit., p. 49.

²⁵⁶ SILVA, Oscar. Op., cit., p. 33.

²⁵⁷ Ibidem.

²⁵⁸ Ibidem. p. 34.

pelos rios Paraná, Iguaçu, Piquiri, e pela serra dos Medeiros como Palco de oito meses de luta entre os que propugnavam pela liberdade e pelo progresso da Pátria contra os defensores do *status quo* de um regime que ameaçava levar à falência esta mesma pátria.²⁵⁹

Chama atenção que o autor relaciona a passagem da Coluna Prestes pela região Oeste com a desintegração da obra de Dom Julio Tomas Allica. “[...] foi a atitude dos rebeldes investindo contra o despotismo do Império Allica, destruindo-lhe os ervais, fuzilando capangas de Santa Cruz e levando a própria falência essa empresa estrangeira e truculenta.”²⁶⁰ O autor não descarta a possibilidade de em Toledo e seus arredores ter ocorrido combate entre legalistas, vinculados a General Cândido Rondon, e rebeldes ligados a Miguel Costa, pois “[...] anos depois, ainda eram encontrados cartuchos de fuzil espalhados pelo terreno, e, segundo informa a Irmã Verônica Sawtczuk, até metralhadora enterrada nas imediações do hoje Incomar.”²⁶¹

Silva com o intuito de reforçar a importância do movimento revolucionário na região Oeste faz uso de uma citação da obra de Ruy Wachowicz: Obrageros, mensus e Colonos: história do Oeste do Paraná, que mostra a situação de abandono em que os governos estaduais e federais relegaram a região, a qual fora denunciada pelos revolucionários.

A presença de revolucionários paulistas e gaúchos nas regiões das barrancas do rio Paraná prestou, ao final de contas, um grande serviço para a região: revelou ao País inteiro a situação social e econômica em que se encontravam as populações da região. Os revolucionários contribuíram para esta constatação. Os oficiais legalistas também exerceram esta missão.²⁶²

O autor argumenta que, após a saída da Coluna Prestes da região Oeste do Paraná, em 1925, e mesmo com a revolução de 1930, “no campo das atividades econômicas, praticamente nada se fez [...]”.²⁶³ “[...] Mas no término desses seis anos, gaúchos do Rio Grande do Sul ainda tinham viva na mente a lição econômica de sua

²⁵⁹ SILVA, Oscar. Op., cit., p. 41.

²⁶⁰ Ibidem. p. 46.

²⁶¹ Ibidem. p. 45.

²⁶² Ibidem.

²⁶³ Ibidem. p. 51.

passagem pela região como revolucionário de Prestes e de Miguel Costa.”²⁶⁴

Silva afirma que foi pelo despertar do intuito colonizador gaúcho que a região Oeste foi retirada do “abandono”. A narrativa que segue aponta para a sagacidade do gaúcho:

[...] os gaúchos que por aqui passaram como soldados da coluna voltaram aos pagos rio-grandenses com as narinas prenhes do cheiro de terra roxa e do aroma de um sem-número de espécies vegetais de alto rendimento econômico.²⁶⁵

O autor utiliza-se de uma narrativa romantizada para convencer o leitor de que, mesmo passado seis anos, os soldados que participaram da revolução, sendo eles “gaúchos”, guardavam viva na memória as riquezas naturais presentes na região Oeste. É válido lembrar que não foram apenas “gaúchos revolucionários” que passaram pelo Oeste, mas “revolucionários” de São Paulo e demais estados, os quais aderiram à revolução. Contudo, para Silva, apenas os revolucionários do Rio Grande do sul teriam percebido o potencial econômico da região.

Para explicar como se deu a colonização do Oeste do Paraná por “gaúchos,” Silva relaciona a criação do Território do Iguaçu no ano de 1943 e a “Marcha para o Oeste,” empreendida pelo governo federal Getúlio Vargas.

A “Marcha para o Oeste”, segundo Silva, “trazia em seu bojo a noção de exploração e domínio da fronteira”²⁶⁶. Contudo, a criação da faixa de fronteira, por si só, não garantiria a legitimidade do domínio da União nas terras ribeirinhas, dado o interesse reivindicado pelo Estado como unidade federativa. Neste sentido, Silva menciona que “algo de legal ou semilegal deveria haver para que se pudesse criar e/ou aplicar na futura exploração gaúcha das terras do Paraná”²⁶⁷. Este “algo legal ou semilegal”, apontado por Silva, foi a criação do Território do Iguaçu no ano de 1943, via governo federal, com a justificativa de nacionalizar fronteiras. Entretanto, segundo Wachowicz, o objetivo principal e não confesso do governo federal era outro:

[...] abrir caminho para a expansão do capital e da colonização gaúcha. Esta Colonização seria tudo indica muito bem recebida pelos estados do Paraná e Santa Catarina. Mas o objetivo do grupo que

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ Ibidem.

²⁶⁶ Ibidem. p. 53.

²⁶⁷ Ibidem.

controlava o governo federal, chefiado pelo gaúcho Getúlio Vargas, era subtrair do controle desses estados a sua parte Oeste, para que melhor se atendessem aos interesses dos capitalistas e em consequência das companhias colonizadoras gaúchas.²⁶⁸

Silva não apresenta reflexões detalhadas sobre o ato do Governo Federal. Apenas argumenta que, como nem o governo do Território do Iguaçu, nem os governos de outras unidades, que “[...] tinham atribuições para promover o povoamento e localização de colonos em sua área de ação administrativa”²⁶⁹, o fizeram, a mesma ocorreu por iniciativa privada, não por vias oficiais ou governamentais.

Silva afirma que “indiferente às manobras políticas do grupo getuliano e do Governo do Paraná, [...] dois gaúchos de tradição [...], Alfredo Paschoal Ruaro e Albert Dalcanale, ambos de origem italiana [...]”²⁷⁰, qualificados por ele como arautos, adquiriram a Fazenda Britânia ou “Compañia de Maderas del Alto Paraná.”²⁷¹

Na sequência, Silva exalta a procedência dos colonizadores, suas ascendências e suas habilidades e experiência em colonização: “[...] Filhos ou netos de migrantes localizados no Rio Grande do Sul, alguns dos principais fundadores da Maripá já eram pessoas afeitas a serviços de colonização.”²⁷²

Chama atenção a forma como o autor aborda a chegada dos colonizadores, pioneiros, em meados da década de 1940: “[...] os pioneiros já chegavam ao Oeste, cabeças altivas, ferramentas em punho e começavam a descobrir a região para o posterior aproveitamento pela empresa de colonização.”²⁷³ O autor procura convencer o leitor da confiança e certeza que tomava conta do pioneiro. A impressão que se tem ao ler o fragmento acima é de que os colonos seriam semelhantes a soldados determinados a cumprir sua missão.

Alfredo Paschoal Ruaro é considerado pelo autor, além de emissário, um

²⁶⁸ Ibidem. p. 54.

²⁶⁹ Ibidem.

²⁷⁰ Ibidem.

²⁷¹ Assim, segundo Silva, Ruaro, Dalcanale e demais interessados reuniram-se “[...] em Porto Alegre fundando ali a Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A. Era 13 de abril de 1946 [...]”. Ibidem. p. 57.

²⁷² Silva menciona que, segundo os estudos da Indústria Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A – Maripá e de seu Plano de Colonização, a finalidade da fundação da empresa era de se dedicar à compra e venda de terras, extração, exportação e industrialização de madeira. Portanto, num primeiro momento, a empresa Maripá explorou a riqueza existente na região: a madeira. Ibidem. p. 58.

²⁷³ Ibidem. p. 61.

pioneiro, líder e comandante da missão colonizadora no Oeste do Paraná. Gaúcho de Farroupilha e jovem, já havia percorrido outras regiões do Sul do Brasil “como corretor de imóvel [...]”. Não era, pois, um neófito em compra e venda de terras e de madeira.²⁷⁴ Dessa forma Ruaro, em companhia de seu irmão Zulmiro, teriam passado a percorrer “[...] trechos do Rio Grande do Sul, arrebanhando gente para trabalhar na Fazenda Britânia: derrubar mato, construir casas, abrir estradas e cortar madeira.”²⁷⁵ Segundo Silva, Ruaro e Zulmiro foram os responsáveis pela tarefa de escolher quem faria parte do projeto de colonização. Neste ponto da narrativa, o autor indica que a escolha das pessoas que participariam do projeto de colonização teria ocorrido anterior a elaboração do Plano de Colonização, por Ondy Hélio Niederauer, em 1955.

A primeira expedição conduzida por eles, segundo Silva, partiu de São Marcos, Rio Grande do Sul, no dia 18 de fevereiro de 1946, “[...] composta de dezesseis elementos trepados na boleia e na carroceria de um caminhão Ford 42. Destino: Fazenda Britânia. Objetivo principal: fundar uma cidade.”²⁷⁶ Em 27 de março do mesmo ano, os dezesseis homens.

[...] acampavam ao lado do arroio, todos sorridentes, como vaqueanos ou bons gaúchos, mesmo sem saberem que naquela data estavam fundando Toledo, espécie de flor que o Rio Grande do Sul colocava agora na lapela do Paraná²⁷⁷.

De acordo com Silva, os primeiros colonos que chegaram às proximidades da Fazenda Britânia precisaram abrir picadas, clareiras e estradas no interior da floresta. Alguns trabalhadores que foram desistindo dessa tarefa passaram a ser classificados pelo autor não mais como bons gaúchos, mas como simples camaradas de trabalho braçal ou peões. É neste momento que o autor diferencia os pioneiros dos simples peões.

Os chamados pioneiros do seu contingente eram, em sua maioria, simples camaradas de trabalho braçal ou peões, salvo o caso de mecânicos e outros elementos envolvidos diretamente com a liderança dos serviços. Não seria racional, pois esperar dessa peonada idealístico espírito de sacrifício por uma causa que só mais

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ Ibidem.

²⁷⁶ Ibidem.

²⁷⁷ Ibidem. p. 63.

tarde viria a ser comum para todos os empenhados na tarefa da colonização.

O autor demonstra que o interesse de colonizar não era comum a todos os componentes da expedição, mas apenas pessoas ligadas diretamente ao projeto de colonização, os que seriam os “verdadeiros pioneiros”. Para Silva, nem todos teriam a capacidade de compreender a grandeza da obra colonizadora, o que justificava a desistência de algumas pessoas. “Porque eram simples camaradas ou peões, a maioria desses companheiros começou a “chiar” com os primeiros tropeços, ou as primeiras pedras encontradas no caminho do desbravamento.”²⁷⁸

Chama atenção o fato de o autor desconsiderar que a desistência de alguns colonos se deu em função de não estarem habituados a esse tipo de trabalho, bem como pelas dificuldades encontradas na região, como a carência de alimentos e a presença de animais peçonhentos. Contudo, para Silva, tais elementos serviram para desqualificar os colonos e considerá-los descomprometidos com a causa, ou mesmo como pessoas sem ambição.

Diante da desistência de muitos e tendo que aguardar novos trabalhadores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Ruaro, “[...] como auge de desespero, chegou então a apelar para a força de trabalho alienígena e utilizou paraguaios na abertura de estradas e clareiras, mais acostumadas a lide.”²⁷⁹ Veja que a decisão de utilizar a força de trabalho do paraguaio não é apresentada como uma atitude pensada ou um ato racional do pioneiro, mas como um ato de desespero.

Silva relata que, no início do ano de 1946, “[...] o que havia à margem esquerda do arroio Toledo não era muito mais do que uma espécie de acampamento de caçadores ou pescadores, embora três meses depois ali já estivessem vivendo [...] o casal Zulmiro Ruaro e esposa Virgínia [...]”²⁸⁰ O autor, ao tratar do estabelecimento da família de Zulmiro, omite a presença de outras pessoas no local dizendo apenas que se tratavam de pescadores e caçadores. Na sequência da narrativa, Silva diz que Alfredo Ruaro, pretendendo ir além de abrir estradas e clareiras, também intencionava fundar uma cidade, a qual seria a sede da empresa colonizadora. Novamente menciona a existência de casas à esquerda do arroio Toledo. Vejamos:

²⁷⁸ Ibidem. p. 64.

²⁷⁹ Ibidem. p. 65.

²⁸⁰ Ibidem.

Perto do acampamento, à margem esquerda do arroio, já havia, é certo, uma, duas ou três casinhas de madeira, com alguns peões alojados; mas isso apenas dava ao acampamento ares de arquipélago, sem nada que lembrasse povoado e muito menos cidade.²⁸¹

A cidade teria sido “fundada” à margem direita do Rio Toledo. Silva esclarece que [...] em fins de 1948, segundo Ondy Niederauer, o traçado de Toledo achava-se completamente concluído e, em 1950, a cidade estava fundada com um nome definitivo: Toledo.²⁸² O autor menciona que Alfredo Ruaro, vendo concluído o trabalho de “pioneiro”, “[...] parecia um peixe fora d’água e estava de malas arrumadas para exercer as mesmas funções de bandeirante em outras plagas paranaenses a serviço de outra empresa, no caso a Pinho e Terras. E passou o comando para o timoneiro Willy²⁸³ Barth, em 1949.”²⁸⁴ De igual maneira Silva não apresenta mais detalhes sobre a troca de comando da empresa Maripá e semelhante a Oberg e Thomas não menciona a existência de conflitos entre os diretores da Colonizadora Maripá. O novo “comandante” da empresa Maripá, Willy Barth, é considerado, pelo autor, como “colonizador nato”, o qual propôs um plano para orientar e executar a colonização. Segundo relata o autor, antes mesmo de se ter um plano de colonização, a venda das terras pela Maripá já estava ocorrendo. As terras eram ofertadas para conterrâneos do Rio Grande do Sul e de religião católica. O intuito era implantar, no Oeste do Paraná, o modelo socioeconômico, cultural e político daquele Estado. Como salienta Silva: “Esses compradores transplantariam, como transplantaram, do interior gaúcho para o Oeste paranaense núcleos homogêneos, segmentos inteiros, com a mesma vida social e econômica [...]”.²⁸⁵

Silva passa a unificar os colonos do Rio Grande do Sul como se todos tivessem os mesmos objetivos, o mesmo modo de vida e de organização social. A mudança para o Oeste do Paraná em nada mudaria suas vidas, não notariam diferenças nos habitantes da região, nos costumes, no clima, no solo, etc., enfim, não seriam influenciados e nem influenciariam nos aspectos socioeconômicos e culturais da região. Silva comunga da mesma ideia de Szilvassy, que seria possível

²⁸¹ Ibidem.

²⁸² Ibidem.

²⁸³ Willy Barth faleceu em 02 de abril de 1962. Além de ocupar a função de Diretor–chefe da Maripá, foi prefeito do Município de Toledo, entre os anos de 1960-1962, e, estava em plena campanha para suplente de Senador. Ibidem.

²⁸⁴ Ibidem.

²⁸⁵ Ibidem. p. 84.

recriar, no Oeste do Paraná o modo de vida praticado no Rio Grande do Sul.

Segundo Silva, Willy Barth foi o “colonizador, o eleito [...] implantando, como implantou, um dos mais perfeitos planos de colonização e executando-o até onde permitiu a sua própria vida.”²⁸⁶

Silva cita um fragmento da obra de Muller, a qual chama atenção para a necessidade de planejamento da colonização seguindo padrões científicos. O fragmento ressalta que, “a colonização de Toledo, a cargo da Maripá, teria de ser planejada em padrões e condições racionais”²⁸⁷. Na sequência Silva assevera que “o plano teve seu esboço encetado em 1950, justamente o ano da chegada de Ondy Niederauer, e em 1951 já proporcionava o verdadeiro início da colonização.”²⁸⁸

Santos²⁸⁹, em sua dissertação de Mestrado em História, na qual analisou as narrativas sobre o imaginário urbano do Município de Toledo a partir de fotografias, ressalva que:

O Plano foi elaborado, [...], quase três anos depois da instalação do município de Toledo, ocorrido em 1952. Ou seja, o Plano é feito num momento em que a comercialização de terras já entrara em ritmo decrescente, conforme relatórios constantes do acervo do Museu Histórico Willy Barth. Ele foi elaborado como uma prestação de contas aos órgãos governamentais do Estado – já que Toledo se emancipa três anos antes –, e também como ação publicitária nas atividades realizadas pela companhia.²⁹⁰

Em se tratando da estrutura do Plano, Silva menciona que “segundo Ondy Niederauer o plano de colonização da Maripá compreendia cinco pontos capitais,”²⁹¹ dentre eles: elemento humano, estrutura fundiária, sistema de cultura agrícola, escoamento da produção e industrialização.”²⁹² O autor reproduz em sua obra pontos centrais do Plano de Colonização, e apresenta as características descritas da

²⁸⁶ Ibidem.

²⁸⁷ Ibidem. p. 85.

²⁸⁸ Ibidem. p. 85.

²⁸⁹ “Em 1955, foi organizado [...], um Plano de Colonização da Maripá, que dá legitimidade à ideia de uma organização e controle da área, a qual subsiste até hoje em muitos círculos. O Plano foi elaborado, entretanto, quase três anos depois da instalação do Município de Toledo, ocorrido em 1952. Ou seja, o Plano é feito num momento em que a comercialização de terras já entrara em ritmo decrescente [...]”. SANTOS, Reginaldo Aparecido dos. **Narrativas urbanas: cidade, fotografia e memória, Toledo – PR (1950-1980)**. (Dissertação de Mestrado). Marechal Cândido Rondon. 2010. p. 22.

²⁹⁰ SILVA, Oscar. Op., cit., p. 85.

²⁹¹ Ibidem. p. 87.

²⁹² Ibidem.

seguinte forma:

a) Povoar densamente a fazenda com agricultores mais adaptáveis à região; b) Mão de obra esmerada, dedicada aos mesmos produtos e aclimatada às mesmas condições físicas de determinado ambiente; c) Não propagar ruidosamente a necessidade de gente, a fim de não atrair elementos aventureiros; d) Dar preferência ao agricultor nacional; e) Trazer o colono do sul, mais experiente em criação de suínos; fabricação de manteiga e queijo, cultivo de feijão, milho, batata, trigo, fumo, arroz e outros; f) Buscar os agricultores mais aconselháveis no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, descendentes de italianos e alemães, que já tinham mais de cem anos de aclimação no Brasil; g) Recrutar os agricultores através de agentes radicados nas regiões agrícolas de seus Estados; h) Só mais tarde receber o agricultor do norte do Estado, afeito ao cultivo do café e do algodão²⁹³.

O autor comunga dos ideários expostos no Plano de Colonização, no que se refere ao “elemento humano”. O elemento humano foi considerado como sendo o “primacial fator econômico”²⁹⁴ do projeto de colonização.

No que se refere à população presente em Toledo no ano de 1956, o autor organiza e classifica-a em três grupos distintos:

a) Sulistas, procedentes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Geralmente de origem italiana ou alemã; b) Paranaenses (raros), procedentes do próprio Estado do Paraná; c) Nortistas, procedentes de regiões ao Norte do Paraná, como São Paulo, Minas, Espírito Santo e todo o Nordeste²⁹⁵.

Neste ponto da narrativa, observa-se a diversidade de pessoas que se fizeram presentes no processo de colonização no Oeste do Paraná, ao contrário do que foi apresentado anteriormente pelo próprio Silva. Chama atenção a forma usada por ele para nominar e classificar as pessoas: como “sulistas”, “paranaenses” e “nortistas”. O autor unifica e diferencia as pessoas usando como parâmetro os estados e as regiões de procedência.

Para mensurar essa população, Silva faz uso de uma tabela construída por Oberg e Thomas. Porém apresenta apenas parte da tabela, mencionando a população mais expressiva no ano de 1956, em Toledo: “Rio Grande do Sul, 68,6%;

²⁹³ Ibidem. p. 88.

²⁹⁴ Ibidem.

²⁹⁵ Ibidem. p. 91.

Santa Catarina, 16,3%; Paraná (menos Toledo), 7,0%; São Paulo, 1,9%; Minas Gerais, 1,1%; Outros Estados, 1,2%; Outros Países, 3,6%.”²⁹⁶ A população denominada de “outros Estados” seria, segundo Oberg e Thomas, aquelas oriunda da Paraíba, Bahia, Pernambuco, Mato Grosso e Piauí; dos “outros Países”, seria da Alemanha, Argentina, Rússia, Itália, Polônia e Áustria.

De acordo com Silva, as próprias pessoas iam nominando-se pelo local de procedência:

Alcunhando-se eles próprios simplesmente de “italiano”, os colonos dessa origem, vindos de Sarandi e Concórdia, foram exatamente para Novo Sarandi e Nova Concórdia. [...]. O mesmo acontecia com os de origem alemã, apelidados de “alemães”, que procuraram se instalar em General Rondon e adjacências.²⁹⁷

O autor segue apresentando a população e as localidades onde foram se agrupando. Os poloneses, nomeados pelo autor como “polacos”, se estabeleceram na localidade de Vila Margarida, pertencente a Toledo. Os japoneses, mesmo em pequeno número²⁹⁸, concentraram-se na colônia Sol Nascente, também pertencente ao município de Toledo.

Silva novamente faz emergir a presença do paraguaio no processo de colonização e argumenta que eles “[...] não podiam ser considerados colonos, propriamente dito, foram, sem dúvida alguma, o elemento humano mais valioso para o trabalho braçal, derrubada da mata, abertura de estradas [...]”²⁹⁹ Neste sentido, o paraguaio, mesmo tendo sido importante como trabalhador braçal, foi excluído da sociedade do colono por ser considerado inferior. Ainda com relação ao paraguaio, Silva justifica que eles próprios “[...] segregavam-se socialmente por si”³⁰⁰ afirmando assim a exclusão dessa população.

Na sequência da obra, Silva refere à presença do luso-brasileiro e assim o define: “luso-brasileiro era todo aquele que não pertencia diretamente às correntes de origem italiana, alemã e outras já mencionadas. Geralmente era brasileiro nato e o português nato ou naturalizado. Era o chamado “[...] caboclo brasileiro” ou “pelo-

²⁹⁶ Ibidem. p. 92.

²⁹⁷ Ibidem.

²⁹⁸ Segundo Silva, os dados sobre a população descendente de japoneses foram disponibilizados pelo Museu Histórico Willy Barth. Em 1988, os descendentes de japoneses eram compostos, no município, por 95 famílias. Ibidem. p. 92.

²⁹⁹ Ibidem. p. 92

³⁰⁰ Ibidem.

duro”, só admitido como fonte de trabalho braçal.³⁰¹

A situação ocorrida com o luso-brasileiro na região Oeste do Paraná se assemelha ao ocorrido no processo de colonização a Oeste de Santa Catarina, do qual foram excluídos os brasileiros e índios e privilegiados os campesinatos de “origem”. Com relação a isso, Renk aponta que a exclusão foi demarcada pela “[...] ausência de vocação agrícola, pela falta de consciência de posse, pela ausência de acumulação de capital econômico para a compra de terras e por serem diferentes.”³⁰²

No Oeste do Paraná, ele foi diferenciado do colono ascendente de italiano e alemão pela condição econômica, pela técnica de trabalho atrasada e pela descendência. Para Oberg e Thomas, Elfes e Muller, o luso-brasileiro fazia o contraponto entre os de “origem” e os “sem origem”, nunca mencionados como parte do projeto colonizador.

Silva, ao tratar dos costumes e do modo de vida dos colonos oriundos do Rio Grande do Sul, diz ter predominado na região Oeste “[...] a maneira de viver dos pequenos fazendeiros ou proprietários rurais, de origem italiana e alemã, conservadores das tradições, de trabalho, da frugalidade e da agricultura como meio de vida.”³⁰³ O autor unifica os colonos “sulistas” a partir dos costumes e do modo de vida e, com isso, procura criar uma identidade para a região.

Mais adiante, na parte denominada “Nos Extremos da Área”, o autor procura mostrar a posição central da Fazenda Britânia e seus “babados” na fronteira Nordeste, Norte, Leste e Sul. Segundo Silva, “[...] é como se observássemos um enorme peixe chamado Colonização Maripá, com barbatanas e caudas supostas, emprestadas por outras colonizadoras e até pela ocupação espontânea do Sul do município.”³⁰⁴ A narrativa não deixa dúvidas de que a parte do estudo considerada por Silva é a Fazenda Britânia colonizada pela Maripá. Os demais povoados e distritos situado aos arredores da Fazenda seriam as áreas colonizadas de forma espontânea por outras colonizadoras, as chamadas “babados”.

Ao abordar a colonização da “fronteira Nordeste” do Paraná, o autor recua no tempo e menciona a população que teria ocupado essa área e sua procedência. Segundo Silva, “no final da década de 1930, os paulistas começaram a emergir para

³⁰¹ SILVA, Oscar. Op., cit., p. 93.

³⁰² RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004. p. 29.

³⁰³ SILVA, Oscar. Op., cit., p. 93.

³⁰⁴ Ibidem. p. 95.

o Paraná, como portadores humanos da frente da cultura do café, o chamado ouro verde da economia.”³⁰⁵ Para o autor, nem todos teriam permanecido no norte do Paraná. “Alguns, porém, apareceram fazendo do norte do Paraná apenas uma ponte de estágio no processo migratório e, mais tarde, ou rumaram para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ou seguiram à esquerda, penetrando no Oeste do Paraná³⁰⁶. O autor procura criar uma identidade para a população do norte do Paraná atrelando-a ao cultivo do café. Também delimita o espaço ocupado por essa população no Oeste do Paraná, no “extremo” da área pertencente à Fazenda Britânia. De igual forma, Elfes estabeleceu uma fronteira em relação à população oriunda do norte do Paraná, de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e do Nordeste, ao identificá-la como “cafeicultores”, integrados a outro sistema de colonização.

Segundo Silva, o extremo-norte de Toledo foi o último caminho escolhido por pessoas oriundas do norte do Paraná e de outros Estados para o cultivo do café. Vejamos:

Foi este o último caminho o preferido por grupos que vieram tentar a cultura cafeeira no Extremo-Norte de Toledo, fundando aí, tão logo chegaram, um núcleo populacional a que deram o nome de Tupanci (mãe de Deus).³⁰⁷

Se, para Szilvassy, a fronteira da sociedade riograndense se estendia até o Rio Piquiri, para Silva, a fronteira era o extremo-norte da Fazenda Britânia colonizada pela Colonizadora Norte do Paraná. A respeito desta o autor menciona que:

Comandando essa leva de migrantes aparecia, em muito boa hora, a Colonizadora Norte do Paraná, a qual viria aplicar nesta região o mesmo sistema de colonização já conhecida ao Norte da margem direita do Piquiri.³⁰⁸

A narrativa indica que a Colonizadora Norte do Paraná teria conduzido aquela população a uma colonização baseada no modelo desenvolvido no Norte do Paraná. Se Muller considerava a colonização do norte do Paraná como cerne do planejamento em Toledo, Silva cria um distanciamento entre esses dois movimentos

³⁰⁵ Ibidem.

³⁰⁶ Ibidem.

³⁰⁷ Ibidem. p. 96.

³⁰⁸ Ibidem.

e atribui aquele modelo a um outro “sistema de colonização”.

Segundo Silva, o início da colonização de Tupanci “[...] ocorreu em 1959 e foi historicamente confirmada pela abertura do aeroporto e a chegada do primeiro avião do chamado Campo Baiano.”³⁰⁹ Como veremos mais adiante, a colonização da área pertencente a Assis Chateaubriand, denominado na época de Tupanci, teve seu início no ano de 1951 pela Colonizadora Sociedade União D’Oeste LTDA., e devido a disputas agrárias envolvendo o governo do Estado do Paraná, no ano de 1958 a área passou a pertencer a Colonizadora Norte do Paraná a qual deu continuidade a colonização.

Silva menciona que a Colonizadora Norte do Paraná tinha sua sede no Norte do Estado, e teria instalado sua filial em Tupanci. A colonização foi dirigida por “[...] lideranças do porte de Oscar Silva, Adízio dos Santos (os “desbravadores”), logo acrescida com a participação de Rudy Alvarez e do Alagoano Manoel Ramos, que, mais tarde, chegaria ao cargo de prefeito do Município.”³¹⁰ O autor aponta para os sujeitos responsáveis por aquela colonização, localizada na “fronteira Nordeste” da fazenda Britânia.

Com relação à população que teria ocupado a fronteira Nordeste da área da Fazenda Britânia, Silva afirma que:

O elemento humano dessa colonização da fronteira Nordeste era bem diferente do que estava colonizando a Fazenda Britânia. Tratava-se de paulistas, mineiros e nordestinos, com maneiras, costumes e regimes de trabalho pouco parecidos com os gaúchos e catarinenses. Além disso, encontravam eles condições bastante inferiores às oferecidas aos colonizadores sulistas³¹¹.

Como vimos ao longo da obra, Silva classifica, nomeia, diferencia e unifica a população entre “gaúchos”, “catarinenses”, “paulistas”, “mineiros” e “nordestinos” a partir da procedência, do sistema colonizador e da condição econômica e do “modo de ser”.

Com relação à colonização da área de Tupanci, atualmente município de Assis Chateaubriand, Silva lança um olhar esperançoso: “mas o barco não afundaria e teria de ir em frente, transformando Tupanci em Assis Chateaubriand, logo

³⁰⁹ Ibidem.

³¹⁰ Ibidem. p. 96.

³¹¹ Ibidem.

emancipado de Toledo [...].”³¹²

Ao discorrer sobre a “emancipação” de Toledo, o autor aborda os acontecimentos que teriam marcado “[...] o progresso de Toledo e da região,”³¹³ dentre eles a emancipação político-administrativa do Município de Toledo, ocorrida, como lembra Silva, em um período em que “[...] havia um projeto para a criação de diversos municípios do Paraná. Toledo, porém, não estava incluído nesta lista”³¹⁴, sendo que Foz do Iguaçu era o único município existente no extremo Oeste do Paraná. “Após a histórica visita, Bento Munhoz convenceu-se, porém, das condições e da necessidade da emancipação política de Toledo.”³¹⁵ Como argumentou Santos³¹⁶, havia interesse de pessoas ligadas à Maripá as quais vislumbravam a continuidade de seus projetos de obtenção e reprodução de capitais com a urbanização, após a superação da fase inicial do empreendimento colonizador.

O município de Toledo foi criado em 14 de novembro de 1951, aprovado por Bento Munhoz da Rocha Neto, através da Lei nº 790, desmembrando-o de Foz do Iguaçu. Em 14 de dezembro de 1952, tomava posse o primeiro prefeito do município. Os limites do Município de Toledo compreendiam uma extensa área do Oeste do Paraná. “ao Norte, com o Município de Guaíra; a Leste, com o Município de Cascavel; ao Sul, com o Município de Foz do Iguaçu e ao Oeste, com a República do Paraguai, seguindo a linha de limite internacional.”³¹⁷ Silva ressalta que vários municípios teriam sido criados na década de 1960 e 1970 no Oeste do Paraná, ocasionando diversos desmembramentos de áreas.

[...] Assis Chateaubriand, que antes pertencia a Guaíra, passou a fazer parte da comuna toledana, aumentando consideravelmente seus domínios (deixou de pertencer a Guaíra porque não havia mais ligação territorial). Tal situação não durou muito tempo, pois em 20 de agosto de 1966, através da lei n º 5.389, esse mesmo distrito passou à categoria de município.³¹⁸

Na última parte da obra, denominada “Evolução”, o autor, ao longo das 344 páginas, aborda a evolução econômica, social, política, cultural e religiosa do município. Também aborda a evolução dos três setores da economia: primário,

³¹² Ibidem.

³¹³ Ibidem p. 107.

³¹⁴ Ibidem. p. 111.

³¹⁵ Ibidem.

³¹⁶ SANTOS, Reginaldo. Op. Cit. p. 52.

³¹⁷ SILVA, Oscar. Op., cit. p.112.

³¹⁸ Ibidem. p. 113.

secundário e terciário.

1.2 O ELEMENTO HUMANO NO DISCURSO DO “PIONEIRO” ONDY HELIO NIEDERAUER

Após quatro anos da publicação do livro **Toledo e sua História**, no decorrer da gestão do prefeito Luiz Albert de Araújo³¹⁹, Ondy H. Niederauer³²⁰ publica a obra **Toledo no Paraná: a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso**³²¹. No ano de 2004, foi lançada a sua segunda edição³²².

O afastamento de Niederauer da equipe do Projeto História, como vimos anteriormente, e a produção de uma obra tempos depois, parece ter sido uma decisão pensada e planejada por ele, sendo que deixaria de participar como coautor da produção da história local para ser autor de sua própria história na condição de testemunha. Contudo, diferencia-se da obra anterior por dar maior visibilidade ao empreendimento realizado pela Colonizadora Maripá a partir do comando de Willy Barth como diretor da empresa, e apresentar a “reforma agrária”³²³ como sinônimo de “colonização.” Também centra atenção no Plano de Colonização elaborado a

³¹⁹ Segundo Marques, “neste período Luiz Albert de Araujo, gerente aposentado do Banco do Brasil, foi lançado e eleito com o apoio do prefeito [Albino Corazza Neto] e do partido com a promessa de manutenção do Projeto [“Toledo Comunidade no Poder”]. Araújo foi prefeito do Município de Toledo de 1989 a 1992. MARQUES, Marlene. Op., cit. p. 3.

³²⁰ Niederauer nasceu em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1923. Formou-se contador em Porto Alegre, em 1944, vindo para Toledo em 1950, contratado pela Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná-Maripá para atuar na área de 36 Km ao longo do Rio Paraná, por 72 Km a leste e Oeste, que a empresa adquirira, a chamada Fazenda Britânia. Atuou na empresa até 1960, quando passou a trabalhar com escritório próprio de contabilidade e perícias, além de também trabalhar com seguros. Atuou na imprensa local no jornal O Oeste e A Voz do Oeste. Foi Professor no curso técnico no Colégio La Salle de Toledo. Foi eleito vereador na primeira legislatura, em 1953-1956. Câmara Municipal de Toledo. Presidente lamenta morte de vereador pioneiro. Disponível em: <http://www.cmt.pr.gov.br/portal/noticias/presidente-lamenta-morte-de-vereador-pioneiro>. Acesso em: 14/01/13.

³²¹ NIEDERAUER, Ondy Helio. Op., cit.

³²² “A importância de tal livro pode ser verificada pelo próprio fato de terem ocorrido duas edições: uma de 1992, lançada nas comemorações dos 40 anos de emancipação, e outra, revisada e ampliada, de 2004, quando das celebrações dos 58 anos de “fundação” do povoado de Toledo. Nesta o autor detalhou o apoio das secretarias municipais de educação e cultura, agradecimentos, contudo em ambas as edições teve o apoio da prefeitura municipal. Na edição de 1992, agradecia ainda a direção da Maripá, por ter permitido a consulta de seus documentos arquivados. A publicação de ambas as edições se deu sob encomenda em gráficas da própria cidade e estiveram à venda em livrarias de Toledo. Também é um livro bastante presente nas bibliotecas e arquivos da região, o que lhe confere grande visibilidade entre o público leitor.” LANGARO, Jiani Fernando. Op., cit. p. 128.

³²³ Segundo Langaro, a noção de latifúndio improdutivo criado por Niederauer não está relacionada a ausência de atividades agrícolas e pastoris da Companhia de Maderas del Alto Paraná, mas de empreendimentos que fossem compreendidos como algo que, de fato, promovesse o progresso da região, com atividades econômicas voltadas ao mercado, como a madeira e a agricultura de subsistência com produção de excedentes. “Niederauer caracteriza a “colonização” como um modelo de “reforma” agrária”, realizado por uma empresa privada, cujo pretensão “sucesso” seria uma prova de que o Estado é ineficiente e refém de “politicagem” e de que o mundo seria melhor caso a presença estatal fosse reduzida.” LANGARO, Jiani Fernando. Op., cit. p. 151 e 152.

partir da década de 1950, ano de sua chegada a Toledo.

Vale dizer que o intuito do nosso trabalho é analisar como Niederauer, no decorrer da obra, em especial no Plano de Colonização, nomeou a população que se fez presente na região Oeste do Paraná.

Niederauer, nas 247 páginas de sua obra, procurou abordar um período que antecedeu o descobrimento da América, passando pelo período das “obrages” no Oeste do Paraná, abordando a colonização da Fazenda Britânia, indo até a década de 1960, época em que Willy Barth foi prefeito de Toledo (1960-1962). Contudo seu trabalho se concentra na “colonização” empreendida pela Colonizadora Maripá na década de 1950 e na formação do núcleo urbano de Toledo. Fez uso de fontes escritas como documentos da época produzidos pela Maripá, obras memorialísticas que tratam sobre a região; entrevistas orais e fotografias do acervo do Museu Histórico “Willy Barth”, bem como, suas próprias lembranças. Semelhante aos estudos apresentados no primeiro capítulo deste trabalho, assim como fez Oscar Silva, Niederauer construiu uma narrativa centrada na “colonização” realizada pela Maripá na área pertencente à Fazenda Britânia, isenta de disputas e conflitos³²⁴.

A obra foi estruturada basicamente a partir dos seguintes temas: O início do Oeste, Os Estrangeiros, Os Grandes Latifúndios, A Compra da Fazenda Britânia, A Indústria Maripá, A Fundação de Toledo, O Plano de Colonização, A Emancipação do Município, A Primeira Legislatura, O Obelisco de Três Colunas e O porto Britânia.

No prefácio é possível perceber o aval do governo municipal Luiz Albert de Araújo na sua produção, por ser escrita por um sujeito considerado “pioneiro” e por divulgar o município e suas potencialidades:

Toledo e o Oeste do Paraná devem muito ao historiador e cidadão Ondy H. Niederauer. Ele foi o pioneiro da construção do desenvolvimento e da divulgação das potencialidades da região. Ondy H. Niederauer, portanto, é testemunha viva da saga do homem oestino, que transformou a mata em cidades modernas e em lavouras e criações que estão entre as mais produtivas do País. Ninguém melhor do que ele para contar essa história às novas gerações³²⁵.

³²⁴ Em se tratando de disputas agrárias ocorridas na região Oeste do Paraná, Niederauer salienta que: “A fazenda Britânia”, dentro da qual está localizada a cidade de Toledo e seus municípios não foi afetada por esses acontecimentos por ser um título definitivo e incontestado. Foi sempre uma verdadeira ilha de paz e tranquilidade.” NIDERAUER, Ondy Helio. Op., cit. p. 27.

³²⁵ Ibidem. Prefácio.

Em se tratando da “fundação” do povoado às margens do Arroio Toledo, Niederauer confere lugar aos “pioneiros”, sendo eles Zulmiro Antônio Ruaro e Alfredo Pascoal Ruaro. Ao contrário de Silva, que apenas menciona a chegada dos primeiros trabalhadores trazidos de São Marcos, Rio Grande do Sul, Niederauer apresenta a chegada dos demais trabalhadores. Quanto ao primeiro grupo, se assemelha ao citado por Silva:

Este primeiro grupo de trabalhadores chegara, como já vimos, num caminhão novo Ford, ano 1946. Tendo como [...] chefe, que passaria a administrar os trabalhos Zulmiro Antônio Ruaro. Trabalhava segundo determinações do seu irmão e Diretor da colonizadora, Alfredo Pascoal Ruaro, que aliás não veio neste caminhão [...]³²⁶

O “fundador” de Toledo, para Niederauer, é então Zulmiro Antônio Ruaro, por ter chegado primeiro ao local, e não Alfredo Ruaro, que é visto como planejador do empreendimento de colonização. Na sequência, o autor menciona a chegada do segundo grupo de trabalhadores. De acordo com o autor, “antes de se findar o mês de abril chegava na sede de Toledo [...] a segunda turma de trabalhadores, material, ferramentas e mantimento.”³²⁷ Essa turma de trabalhadores de que trata Niederauer eram apenas seis pessoas as quais tiveram seus nomes citados na obra. Ele menciona ainda que “não foi possível saber se havia outras pessoas neste grupo.”³²⁸ Essa afirmação deixa evidente quem era importante de ser lembrado dentre os trabalhadores trazidos do Sul do Brasil. Quanto ao terceiro grupo, este “chegou no dia 25 de junho de 1946 [...]”³²⁹ e seus nomes também foram evidenciados. Chama atenção que, abaixo dos nomes dos trabalhadores, o autor menciona “aproximadamente dez presidiários liberados da cadeia de Farroupilha, RS, que se haviam comprometidos a prestar serviços em Toledo, em troca de liberdade.”³³⁰

Quanto à presença de paraguaios e de poloneses, os quais foram “aproveitados” para a realização de trabalhos no início da colonização, o autor argumenta que:

Tão logo chegaram os primeiros grupos do Sul, apareceram alguns paraguaios em busca de trabalho, pois haviam sabido que aqui se

³²⁶ Ibidem. p. 51.

³²⁷ Ibidem.

³²⁸ Ibidem.

³²⁹ Ibidem.

³³⁰ Ibidem. p. 53.

iniciava uma nova obra. Chegaram com o mesmo objetivo, alguns poloneses vindos da antiga imigração polonesa em Cascavel. Todos eram aproveitados, pois precisava-se mão de obra para tudo, e o pessoal vindo do Sul, muitos deles, sempre que podiam, regressavam aos pagos, não agüentando a barra.³³¹

O trecho acima evidencia em quais circunstâncias os paraguaios e os poloneses eram admitidos para realizar o trabalho braçal. Estes não eram considerados colonos, apenas mão de obra “aproveitada” na falta dos colonos que desistiam dos trabalhos e retornava para seus lugares de procedência devido às precárias condições de alimentação, intempéries a presença de animais peçonhentos encontrados no local. Essa narrativa lembra a afirmação feita por Silva, quando Ruaro num ato de “desespero” apelou para o trabalho dos paraguaios. Niederauer argumenta que eles foram apenas “aproveitados” como mão de obra para o trabalho penoso no início da colonização.

Na parte específica da obra onde o autor trata do “elemento humano”, há uma definição sobre as pessoas que deveriam ocupar a Fazenda Britânia. Segundo Niederauer, a preferência pelo “elemento humano, a princípio, deveria recair em gente que já tivesse prática na derrubada de mato, no plantio de lavoura e habituada à policultura e criação de pequenos animais, como aves e suínos.”³³²

A narrativa implica na exclusão de pessoas que não tivessem tais aptidões. Contudo, para além dessas habilidades e experiências as pessoas deveriam ser provenientes de lugares também específicos, como mostra a narrativa a seguir: “essa preferência indicava como ideal, o agricultor do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, cujos métodos de trabalho e dedicação eram por demais conhecidos pelos acionistas da empresa.”³³³ A narrativa faz crer que, características como as indicadas enquanto “virtude inata”, só poderia ser encontrada em pessoas daquelas regiões. Dessa forma, o autor unifica as pessoas e suas aptidões. Outro ponto importante que teria pesado na escolha do colono, segundo Niederauer, no início da colonização era que este “[...] teria que ser pacífico e tranqüilo.”³³⁴ Além de um homem afeito a certo tipo de trabalho, teria também que ser de boa índole e de bom caráter.

³³¹ Ibidem. p. 55.

³³² Ibidem. p.130.

³³³ Ibidem. p. 131.

³³⁴ Ibidem.

A estratégia utilizada pelos acionistas da Maripá para encontrar pessoas com esse perfil, - dedicadas, experientes, pacíficas e oriundas do Rio Grande do Sul - teria sido divulgar as terras, através de viajantes que percorriam o Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina, os quais teriam fortes negociantes e bons clientes.

Diversos destes negociantes foram escolhidos, e foi-lhes proposto a venda de terras, (colônias, chácaras e lotes urbanos), em troca de boa comissão com a recomendação de darem preferência aos melhores agricultores, e com condições financeiras estáveis³³⁵.

Antes de realizar a venda das terras, objetivo inicial do empreendimento colonizador, os representantes deveriam conhecer a região e divulgar “[...] sem promessas enganosas ou inverídicas, sem propaganda por rádio ou jornais, podendo apenas usar folhetos, caso desejassem.”³³⁶

Niederauer argumenta que pessoas de outras regiões só teriam adentrado as terras pertencentes à Fazenda Britânia “[...] mais tarde, lá por 1953, quando das medições de terras atingiram o norte da Fazenda Britânia, [...] apareceram pessoas de Rolândia que constataram [...] que aquela região seria apropriada para o cultivo de café”³³⁷. Segundo ele, antes de 1953 não teria “aparecido” agricultores com o intuito de plantar café na área da Fazenda Britânia, e para os que “apareceram” “[...] começou, então a venda de colônias em maiores lotes [...]”³³⁸. O autor pretende reforçar a ideia de que desde a compra da Fazenda Britânia em 1946, até a década de 1950, apenas pessoas do Sul do Brasil, os “colonos selecionados”, teriam ocupado a área e desenvolvido a policultura. E só a partir de então é que pessoas oriundas do Norte do Paraná passaram a comprar terras pertencentes à Fazenda com o intuito de cultivar o café.

Segundo o autor, o café foi cultivado na parte norte da Fazenda Britânia, em grandes e pequenas lavouras, com alto investimento financeiro, até produzir as primeiras colheitas ao longo de quatro, cinco anos. “Aí chegaram as geadas que, ano sim, ano não, dizimaram todas as plantações.”³³⁹ Alguns agricultores não desistiram logo de início. “Em vão alguns tentaram o replantio”³⁴⁰ do café. Outros,

³³⁵ Ibidem.

³³⁶ Ibidem.

³³⁷ Ibidem.

³³⁸ Ibidem.

³³⁹ Ibidem.

³⁴⁰ Ibidem.

ao perceberem restar apenas touceiras secas, “[...] resolveram aproveitar financiamento do Banco do Brasil S/A. para a erradicação do café e foram vendendo suas propriedades e o sonho do café na Fazenda Britânia se acabou.”³⁴¹

O autor atrela o café à população do norte do Paraná, sugerindo a única atividade agrícola desenvolvida por eles, como fez Oberg e Thomas, Szilvassy, Elfes e Silva. Sem o café, segundo o autor, a população do Norte do Paraná perderia a referência, venderia suas terras e regressaria para sua região de origem, pois não saberia trabalhar com a polituctura.

Na sequência da narrativa, Niederauer apresenta, de forma breve, a presença de japoneses na Fazenda Britânia. Segundo ele, a primeira família chegou a Toledo no ano de 1957 “[...] na pessoa do Sr. Kenzo Takemori com família, torneiro mecânico experiente foi recebido com muita simpatia.”³⁴² Mais tarde, um grupo de japoneses oriundos do norte do Paraná solicitou a Willy Barth uma área de terras com várias colônias, pois pretendiam permanecer na região. Quanto à população de origem “polonesa”, segundo Niederauer, “[...] também manifestaram interesses em adquirir terras em uma região onde pudessem conviver em vizinhança.”³⁴³

O “elemento humano”, para Niederauer, também incluía proprietários de terras como os cafeicultores de “Rolândia”, os japoneses e os poloneses. Ao que nos parece, essas pessoas não ocuparam posições centrais no projeto colonizador, mas foram aceitas por serem proprietárias de terras. Portanto, os ideais desse projeto de “colonização”, como sinônimo de “reforma agrária”, era bastante excludente, pois se tratava de um empreendimento não destinado àquelas pessoas que não possuíam capitais para a aquisição de terras.

Para finalizar esta parte da obra, ao tratar do “elemento humano”, Niederauer faz uso de discursos de Willy Barth, proferidos em festas de igreja, ou de campanha política, quando costumava dizer:

Toledo a um grande caldeirão e dentro estão gaúchos e catarinenses vindos do sul, paulistas, mineiros, baianos e outros do norte, cearenses, pernambucanos, alagoanos e outros nordestinos. Entram no mesmo caldeirão, gente vinda da Europa e da Ásia. Mas eles não se chocam, eles se cruzam. Eu garanto a vocês que este caldeirão produzirá uma raça final muito forte, inteligente, trabalhadora e, as

³⁴¹ Ibidem.

³⁴² Ibidem. p. 132.

³⁴³ Ibidem.

mulheres serão as mais bonitas do mundo! ³⁴⁴.

A narrativa constrói uma memória positiva sobre a “colonização”, reafirmando o caráter não excludente do empreendimento implantado pela Maripá, o qual teria beneficiado diferentes sujeitos. Para Barth, não existiram embates ou conflitos entre essas pessoas, mas misturas. Vale lembrar que se tratava de discursos proferidos em campanhas políticas, momentos em que se fazia importante construir uma imagem idealizada de lugar perfeito e de pessoas amistosas, que, em vez de se estranharem, se “misturavam” em harmonia.

Se a obra de Silva objetivou elaborar uma memória pública pautada na “colonização” e no “pioneirismo” criando uma identidade para Toledo, Niederauer, por sua vez, na condição de testemunha, aponta para algumas diferenças na construção da história descrita por Silva, mas não se diferencia dele quando a questão é cristalizar essa memória a partir da figura do “pioneiro” e do período da “colonização”. O “elemento humano” em seu discurso foi unificado na figura do descendente de “italiano” e “alemão”. As demais pessoas foram excluídas do processo de colonização pelo local de procedência e pelo sistema de colonização diferente do adotado pela Maripá.

1.3 A CONSTITUIÇÃO DO “PIONEIRO NORDESTINO” NA VISÃO DE LAÉRCIO SOUTO MAIOR

Segundo Souto Maior³⁴⁵, a obra **História do Município de Assis Chateaubriand** é resultado de um trabalho coletivo que envolveu a Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand, a Secretaria de Educação e Esporte, o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Assis Chateaubriand e demais “pioneiros” e “personalidades” do local e da região Oeste do Paraná. O livro é, portanto, uma

³⁴⁴ Ibidem.

³⁴⁵ Laércio Souto maior nasceu no Estado de Pernambuco, no Nordeste brasileiro. Na ocasião da obra, exerceu a função de Secretário de Planejamento de Assis Chateaubriand. É formado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Também se dedicou ao jornalismo. MAIOR, Laércio Souto. Op., cit. Nota Preliminar.

encomenda do prefeito de Assis Chateaubriand, Luiz do Amaral³⁴⁶, o qual objetivava institucionalizar uma memória pública para Assis Chateaubriand, a partir da colonização, isenta de contradições e conflitos.

Como asseverou Márcia C. R. da Silva, em seu estudo acerca da ressignificação das memórias em disputa na região de Assis Chateaubriand, o livro de Souto Maior tem o objetivo de contar:

[...] uma das versões da história da cidade a partir de projetos vencedores, e de homens “corajosos”, tratados como “heróis”, “desbravadores”, também chamados de “pioneiros”, que em geral define os migrantes oriundos da região Norte do estado, na grande maioria, nordestinos, mas também de paulistas e mineiros³⁴⁷.

No decorrer da obra, o autor, fazendo uso de diversas fontes, apresenta acontecimentos históricos ocorridos na região Oeste do Paraná anteriores à colonização na área pertencente a Assis Chateaubriand. Contudo, menciona que é sobre a colonização da “última fronteira agrícola do Estado [...] onde hoje fica localizado o município de Assis Chateaubriand [...]”³⁴⁸ que pretende narrar. Enfatiza o período da colonização, a qual teria sido realizada pelo “pioneiro nordestino”. Destaca as ações que teriam sido realizadas na administração de Luiz do Amaral na década de 1990, enquanto um momento de progresso local e faz uma retrospectiva das administrações e ações realizadas ao longo dos trinta anos de emancipação política do município de Assis Chateaubriand. Discorre sobre as “correntes migratórias” que convergiram para o atual município no processo de colonização no

³⁴⁶ Luiz Amaral foi prefeito do Município de Assis Chateaubriand entre os anos de 1993 a 1996. “Eleito em outubro de 1992, Luiz do Amaral e seu vice, Armando Cristóvão Garcia, representantes do PMDB, assumiram a Prefeitura de Assis Chateaubriand em 1º de janeiro de 1993. Seu mandato foi marcado, entre outras coisas, pela tentativa de instituir uma identidade para Assis Chateaubriand. Suas obras de maior destaque seriam a remodelação da Avenida Tupãssi, principal avenida da cidade, onde se localizam agências bancárias e o centro comercial, o início da construção da Casa da Cultura, [...], tentativa de mudanças na base econômica do município, e no último ano de seu mandato (1996), em comemoração aos 30 anos de emancipação política da cidade, obras públicas e a solicitação da escrita do livro que contasse a “História de Assis Chateaubriand”. Estas obras marcariam a constituição de uma memória pública, bem como, a demarcação dos “espaços da memória”, construída para a cidade. Assim que tomou posse, [...] direcionou políticas no sentido de modificar as feições do município [...] de essencialmente produtor de grãos, soja e trigo, para implantar uma nova economia, gerada a partir da piscicultura”. Para a escrita da obra Amaral “convidou Laércio Souto Maior [...] que no período em questão, teria saído de Curitiba, a convite do prefeito, para assumir o cargo de assessor político.” SILVA, Márcia Cristina Rodrigues da. **Cidade “Morada Amiga” no Oeste do Paraná: memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960-2010)**. Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon. 2011. p. 27 - 39.

³⁴⁷ SILVA, Márcia Cristina Rodrigues da. Op., cit., p.13.

³⁴⁸ MAIOR, Laércio Souto. Op., cit., p. 25.

início da década de 1950. Apresenta as entrevistas realizadas com “personalidades” e “pioneiros chateaubriandenses.”³⁴⁹ Utiliza-se de mapas para situar o município de Assis Chateaubriand na América Latina, no Brasil e no Paraná, bem como, para estabelecer uma fronteira entre as duas “correntes migratórias” que teriam emergido para o Oeste do Paraná a partir da década de 1950. Também lança mão de fotografias, telegrama, escritura e leis, como forma de legitimar e dar veracidade à história contada.

A obra possui 391 páginas e está estruturada em sete partes: “A Colonização”, “A Consolidação”, “A Retomada do Desenvolvimento”, “Os Depoimentos”, “Assis Chateaubriand em Foco”, “Documentos Históricos” e “Discursos”. Como podemos perceber, a forma de estruturação do livro escrito por Souto Maior se assemelha às obras **Toledo e Sua História** e **Toledo no Paraná**, haja vista estarem vinculadas diretamente ao poder público local, objetivarem a reelaboração de uma memória pública, cristalizando determinados elementos da “colonização” e do “pioneirismo”, e destacarem o avanço para o desenvolvimento e o “progresso” de forma linear.

Luiz do Amaral, ao prefaciар a obra **História do Município de Assis Chateaubriand**, evoca a necessidade de “resgatar” a memória. Sienta que “povo que não tem memória não tem passado [...]”. Não se pode afirmar que um povo desmemoriado possua identidade própria ou mesmo algum sentimento de auto-estima.”³⁵⁰ Certamente, a memória é o principal suporte da identidade, contudo, é preciso estar atento sobre quais memórias foram privilegiadas na escrita da obra e qual é a identidade que Amaral pretendeu unificar para a população de Assis Chateaubriand. Como demonstrou Silva, “[...] a valorização de alguns “pioneiros” e de suas histórias cristalizadas na esfera pública, esconde outros grupos que

³⁴⁹ Silva em seu estudo mostrou como a prefeitura municipal de Assis Chateaubriand, mediante a divulgação através dos meios de comunicação, como a rádio e o jornal local solicitaram para que “os “pioneiros” da cidade se auto-apresentassem para fazer cadastro na casa da cultura para que pudessem participar da elaboração de um livro que contaria a história da cidade e receber uma homenagem que seria presenteada no aniversário da cidade. [...] através desse cadastro que vinha sendo feito desde 1993, foi possível descobrir os “pioneiros mais antigos” [...]”. Segundo a autora, diferente da maioria das cidades que elegeram seus “pioneiros” como Toledo e, cascavel e marechal Cândido Rondon, “na cidade de Assis Chateaubriand, houve um esforço por parte da Prefeitura Municipal para que os próprios moradores se apresentassem como tal, tendo a preocupação apenas de limitar o ano de 1966, ano da emancipação da cidade. O que não significa que todos aqueles que se apresentaram como “pioneiros” tiveram suas memórias reproduzidas ou valorizadas”. SILVA. Márcia Cristina Rodrigues da. Op., cit., p. 36 e 37.

³⁵⁰ Maior, Laércio Souto. Op., cit. Prefácio.

apresentam uma memória traumática do processo de formação da cidade [...].”³⁵¹

Para Luiz do Amaral, a obra é “[...] o melhor presente de aniversário merecidamente endereçado à obstinada população desta que fora intitulada “Mãe de Deus” e atualmente é uma “morada amiga” de todos, forasteiros e aqui residentes.”³⁵² Assim, faz do prefácio o momento oportuno, tanto para homenagear a população de Assis Chateaubriand pelo 30º aniversário do município, quanto para consolidar suas ações enquanto gestor municipal, institucionalizando uma memória coletiva a partir da versão de alguns “pioneiros”.

O prefeito tece elogios a Souto Maior, ao dizer que “utilizando prosa envolvente, o autor lança o leitor num turbilhão de acontecimentos que fizeram da mata selvagem e inóspita de antanho a cidade moderna que é hoje.”³⁵³ A obra de cunho romanesco levaria o leitor ao conhecimento de um espaço que teria sido inabitável a um presente “moderno” e glorioso. Ao nomear a população que teria participado do processo de colonização da área pertencente a Assis Chateaubriand, Luiz do Amaral menciona:

[...] os mais variados tipos humanos que vão surgindo dentre a mata, rios, deixando seus rastros no viscoso e fértil solo. Homens esses que, cada um a sua maneira, regou o seio da terra com lágrimas e suores e fizeram emergir de seu generoso ventre esta importante cidade.³⁵⁴

Amaral narra a presença das pessoas na região como se estivessem brotando da mata, dos rios e deixando suas marcas na terra. Não historiciza a existência dessa população e de seu trabalho, construindo assim “[...] um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo [...].”³⁵⁵ Constrói o momento de fundação do lugar levando ao entendimento de que nada existia na região Oeste do Paraná antes da emergência desse ser imaginário, o qual, num passe de mágica, “funda” a cidade de Assis Chateaubriand.

Na sequência da obra, em “Nota Preliminar”, Maior menciona que “a história

³⁵¹ SILVA, Márcia Cristina Rodrigues da. Op., cit., p. 20.

³⁵² Maior, Laércio Souto. Op., cit. Prefácio.

³⁵³ Ibidem. p. 25.

³⁵⁴ Ibidem.

³⁵⁵ CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 9-10.

da colonização das fronteiras agrícolas e do desbravamento das terras virgens, em todas as épocas e em todos os países, é uma história contada a rasgos de heroísmo com muito sangue, suor, e lágrimas.”³⁵⁶ Portanto, a história que Maior narra em relação à área pertencente a Assis Chateaubriand é também uma história marcada pelo conflito sobre a terra, movida por interesses econômicos e políticos³⁵⁷, a qual se assemelha as histórias já contadas.

No início da obra, Maior, de forma breve, relaciona os “episódios históricos” que teriam ocorrido na “[...] mais “esquentada” e heróica”³⁵⁸ região Oeste do Paraná. Dentre os acontecimentos³⁵⁹, está a colonização da área pertencente à Assis Chateaubriand. Segundo o autor, este importante episódio – a colonização - teria acontecido há quarenta e quatro anos, quando a floresta era composta de madeira de lei e palmito e a terra roxa, resultado da decomposição do basalto, “[...] apresentava-se aos cobiçosos olhos dos desbravadores do Vale do Rio Piquiri”³⁶⁰ como um presente divino da mãe natureza aos futuros colonizadores, sofridos pioneiros de sonhos de riqueza, poder e glória.”³⁶¹

³⁵⁶ MAIOR, Laércio Souto. Op., cit. Nota Preliminar.

³⁵⁷ Silva dedica o terceiro capítulo da dissertação de Mestrado para mostrar como as memórias ocultas chamadas por Maior de “memórias de Troncoso” da colonização, “tornaram-se fundamentais para a definição de uma campanha eleitoral no Estado do Paraná [no ano de 1990], trazendo à tona as histórias que há muito haviam sido “enterradas” sobre a atuação das empresas colonizadoras em Assis Chateaubriand. Nas eleições em questão, disputavam uma vaga para o governo do Estado do Paraná, [...] o representante do partido PMDB, Roberto Requião e José Carlos Martinez, filho de Oscar Martinez dono da Colonizadora Norte do Paraná S/A, que atuavam em Assis Chateaubriand. [...] Faltando poucos dias para o fim da propaganda eleitoral [...] foi apresentado em rede de rádio e televisão estadual por Roberto Requião [...], depoimentos que teriam sido colhido na cidade de Assis Chateaubriand, [...] a fim de mostrar o passado da família de seu rival José Carlos Martinez. Esses [depoentes] se diziam vítimas de violências por parte de jagunços a mando da empresa [...] que expulsaram e mataram posseiros na região de Assis Chateaubriand. O vídeo divulgado em âmbito estadual nos programas eleitorais da candidatura de Roberto Requião [...]. No dia 25 de novembro de 1990, [...] Roberto Requião [...] garantiu vitória sobre José Carlos Martinez. O “caso ferreirinha” como ficou conhecido, tomou conta das discussões na imprensa e na rua em todo o Estado.” SILVA, Márcia Cristina Rodrigues da. Op., cit., p. 81 e 95.

³⁵⁸ Maior, Laércio Souto. Op., cit.

³⁵⁹ Como a Revolução de 1924 (Coluna Prestes) comandado por Luiz Carlos Prestes e Izidoro Dias Lopes; a revolta camponesa dos posseiros no Município de Francisco Beltrão; o aprisionamento de alemães, italianos e japoneses nos Município de Pitanga e Manoel Ribas na ocasião da Segunda Guerra Mundial; tentativa de implantação do Movimento Revolucionário 8 de outubro contra a ditadura militar de 1964. Maior, Laércio St., p. 23, 24.

³⁶⁰ A bacia hidrográfica do rio Piquiri abrange uma área de drenagem igual a 24.156 km², localiza-se integralmente no estado do Paraná, no quadrilátero formado pelas coordenadas geográficas aproximadas de 23°38' e 25°19' de latitude sul e 51°37' e 54°07' de longitude Oeste. Tem suas nascentes na Serra do São João, na divisa dos municípios Turvo e Guarapuava, estado do Paraná, até desaguar pela margem esquerda, no rio Paraná. O rio Piquiri, principal curso de água da bacia, banha total ou parcialmente vários municípios, dentre eles Assis chateaubriand. http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/EIA_RIMA/baciapiquiri/f_IV_Caracterizacao_da_Bacia.pdf. Acesso em 06/02/12

³⁶¹ MAIOR, Laércio Souto. Op., cit., p. 25.

Maior alude que, “as melhores terras do Brasil”³⁶², localizadas à margem esquerda do Rio Piquiri, teriam sido largamente divulgadas na década de 1950, como mercadoria de grande valor econômico³⁶³, fertilidade e riqueza.

De São Paulo a Londrina, de Curitiba a Maringá, não se falava em outra coisa nos escritórios das colonizadoras, hotéis, bares, restaurantes, rodoviárias e estações ferroviárias apinhadas de fazendeiros, sitiantes, corretores de venda de terras, peões, “gatos” pistoleiros, aventureiros de toda parte do Brasil e do mundo³⁶⁴.

O autor não informa os mecanismos utilizados para a divulgação das terras, apenas menciona que esta ocorreu amplamente atingindo o Estado de São Paulo, o Norte do Paraná, como as cidades de Londrina e Maringá e a Capital do Estado do Paraná, Curitiba. A publicização dessa área teria atraído pessoas de várias regiões do país com interesses diversos. Maior nomina³⁶⁵ essas pessoas como: fazendeiros e sitiantes³⁶⁶, corretores de vendas de terras, peões³⁶⁷, gatos³⁶⁸, pistoleiros³⁶⁹ e aventureiros. Contudo, não define quem seria o “aventureiro”, embora utilize esse termo em outros momentos da obra.

Maior nomina a área pertencente a Assis Chateaubriand como “Vale do Piquiri”, o qual teria sido “invadido” por pessoas que objetivavam comprar as melhores terras da área.

Como um exército disciplinado, colunas e mais colunas de milhares de colonos invadiram o Vale do Rio Piquiri. Antes, precedendo a corrida para comprar os melhores lotes de terras, posseiros, peões e picadeiros das colonizadoras se revezavam no afã de por abaixo, a coice de machado, foice e facão e serra braçal, a opulenta floresta

³⁶² Para Souto Maior, essa teria sido uma expressão largamente utilizada para divulgar as terras da região do Vale do Piquiri.

³⁶³ CRESTANI, Leandro de Araujo. **Conflitos Agrários e Mercados de Terras Nas Fronteiras do Oeste do Paraná (1843/1960)**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – UniOeste. 2012.

³⁶⁴ MAIOR, Laércio Souto. Op., cit., p. 29.

³⁶⁵ Esses e muitos outros termos são utilizados por Maior ao longo da obra. O Autor criou um Glossário da Colonização, para o qual pesquisou, junto à população do Município de Assis Chateaubriand, termos usados pelos migrantes do Sul, Sudeste e Nordeste brasileiro “[...] que espelham a sabedoria, o ambiente físico, a índole, os usos e costumes, as relações de poder e as peculiaridades expressionais do povo migrante [...]”. Ibidem. p. 103.

³⁶⁶ Segundo Maior, sitiante são “proprietários de terras. Abastados fazendeiros”. Ibidem. p. 110.

³⁶⁷ “trabalhador sem qualificação de mão-de-obra que atua na construção civil e nas fazendas”. Ibidem. p. 109.

³⁶⁸ “Empreiteiro de trabalho rural. Intermediário entre o patrão e o peão. Agenciadores de trabalhadores rurais”. Ibidem. p. 106.

³⁶⁹ “Indivíduo ou profissional que é pago para matar”. Ibidem. p. 109.

salpicada de pés de palmito que era o primeiro sinal de terra fértil e chamariz irresistível no discurso de venda dos corretores de terras das empresas colonizadoras³⁷⁰.

Nesse fragmento, o autor mostra que a invasão teria ocorrido por posseiros, peões e pessoas ligadas à Colonizadora, nominados de picadeiros. Diferente de Oscar Silva que atribui a invasão na região Oeste por paraguaios e argentinos, Maior confere a invasão aos próprios brasileiros.

A floresta, a qual representava o maior obstáculo para a colonização, foi colocada abaixo com o uso de machados, foices e facões. A presença do palmito, ao mesmo tempo em que representava sinal de fertilidade do solo, era o elemento central que impulsionava a devastação da floresta para a colonização. O trecho abaixo indica quem seriam os invasores dessas terras.

Na vanguarda, como pelotão de frente, iam os desbravadores abrindo caminho na força do machado, foice e facão e serra braçal. Logo atrás, resfolegando, vinham os pistoleiros de aluguel ameaçando, espancando, incendiando ou, se necessário, tiroteando contra índios e posseiros, por acaso encontrados na área visada. Finalmente, fechando o processo inicial de colonização e ocupação das terras, chegavam civilizados e educados, os engenheiros, topógrafos, contabilistas e corretores de terras.³⁷¹

A narrativa sugere uma ordem nesse processo. O desbravador adentraria a mata para demarcar suas terras. Na sequência, viriam os pistoleiros para retirar de forma violenta índios e posseiros que por ventura encontravam-se na área. E, finalmente, chegavam os topógrafos, engenheiros, contabilistas e corretores de terras, denominados por Maior de “civilizados” e “educados”, e davam início “[...] a fase de comercialização e capitalização”³⁷² das terras.

Segundo o autor, as companhias colonizadoras teriam investido de forma rápida na estrutura urbana e rural, como a “[...] metragem, divisão e venda dos lotes de 5, 10, 15 e 20 alqueires paulistas paralelo [...] às vilas e cidades que serviam de base de irradiação de vendas dos lotes rurais tornando-se [...] as metrópoles interioranas dos dias de hoje”³⁷³.

³⁷⁰ Ibidem.

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² Ibidem.

³⁷³ Ibidem. p. 33 e 34.

Na sequência da obra, no capítulo intitulado “Adízio Figueiredo dos Santos”³⁷⁴: a participação dos nordestinos”, Maior passa a discorrer sobre a colonização ocorrida na área pertencente a Assis Chateaubriand, a partir da década de 1950, através da ação das empresas colonizadoras Sociedade União D’Oeste LTDA e Norte do Paraná. Adízio Figueiredo dos Santos, proprietário da Colonizadora União D’Oeste LTDA., é personificado como o “pioneiro” colonizador do “Vale do Piquiri”, o qual representa a população do “Nordeste”. Com o intuito de legitimar a importância do “nordestino” na colonização da área pertencente a Assis Chateaubriand, Maior lança mão às palavras de Euclides da Cunha sobre a população do Nordeste, objetivando enaltecer a figura do desbravador Adízio. Para Euclides da Cunha, “o nordestino é menos teatralmente heróico; é mais tenaz; é mais resistente; é mais perigoso; é mais forte; é mais duro”.³⁷⁵

Maior discorre sobre a participação dos “nordestinos” na colonização das regiões do Norte e Oeste do Paraná, bem como, nos diversos setores da economia em todo País e procura criar uma imagem para essa população: a de ser ousada, persistente, brava e trabalhadora:

Os nordestinos, um povo de heróis, sábios e guerreiros, tiveram uma grande participação na colonização das regiões Norte e Oeste do Estado do Paraná. A nível nacional desbravaram terras; plantaram e colheram milhões de toneladas de produtos agrícolas; pastorearam milhões de cabeça de gado; trabalharam como “exército” de mão-de-obra barata nos centros industriais do país. Como operários construíram edifícios, usinas, templos, estádios, pontes, palácios e mansões; governaram estados [...]: Foram presidentes da República [...]; dirigiram, como empresários, indústrias [...]; escreveram as mais importantes obras da literatura brasileira.³⁷⁶

Como demonstrou Albuquerque³⁷⁷ em seu estudo sobre a invenção do nordeste brasileiro, a construção da imagem de uma população ou de um povo não

³⁷⁴ Segundo Rompatto, “Adízio Figueiredo dos Santos, nasceu em 30 de setembro de 1918 em Aurora, Estado do Ceará. Em 1933, mudou-se com a família para o Paraná, radicando-se em Jacarezinho, trabalhando como telegrafista da Companhia SP-PR “na estrada dos ingleses”, como era chamada. Em 1939, diplomou-se em Contabilidade, quando passou a residir em Londrina. Foi funcionário do Banco Noroeste do Estado de São Paulo S/A e, posteriormente, assumiu a posição de gerente na agência localizada em Apucarana. Pouco depois, ingressava no grupo Bradesco, permanecendo durante 4 anos na gerência de sua filial em Apucarana, de onde saiu em 1951 para se aventurar como colonizador no Vale do Piquiri, Oeste do estado do Paraná”. ROMPATTO, Maurílio. Op., cit.

³⁷⁵ MAIOR, Laércio Souto. Op., cit., p. 43.

³⁷⁶ Ibidem. p. 43.

³⁷⁷ ALBUQUERQUE, Durval M. **A invenção do nordeste. E outras artes**. São Paulo: Cortez, 2001.

é algo dado, isento de interesses econômicos, sociais, políticos e culturais, mas construído historicamente. Segundo este autor, “o nordeste não é um fato inerte da natureza. Não está dado desde sempre, é uma produção imagético-discursiva fundada historicamente, assim como o “nordestino.”³⁷⁸

Maior salienta que a população do nordeste teria sido vítima de rebaixamentos, ofensas racistas e preconceituosas de várias ordens, “[...] divulgados pela imprensa nacional, com destaque para a coluna do jornalista Paulo Francis, [...] que não perde ocasião para vomitar impropérios anti-nordestinos.”³⁷⁹ Argumenta ainda a disputa dos “nordestinos” no mercado de trabalho, para os quais “[...] são relegados os baixos salários e as posições subalternas, culpados de todas as mazelas e erros acontecidos nos estados do Sul e Sudeste do País.”³⁸⁰

Contrapondo-se às visões negativas disseminadas sobre esta população, Maior ressalta que “os nordestinos, povo invencível segue em frente construindo, impávidos, com paixão e garra, a grandeza do Brasil.”³⁸¹ E que através de seu trabalho e em sua individualidade, construiria uma identidade nacional ameaçada por “falsos brasileiros” astuciosos. Na sequência, Maior reforça a ideia de que teria sido o “nordestino” o colonizador do Vale do Piquiri.

Pioneiramente, foram os nordestinos, seguidos pelos mineiros e capixabas (os “baianos cansados”), quem desbravaram a floresta subtropical, derrubando, a punho de machado, as árvores de madeira nobre existentes na região do Vale do Piquiri.³⁸²

Maior aponta com naturalidade o desbravamento da mata como uma ação positiva e heróica. Para além dos nordestinos, evidencia a participação de outros sujeitos no processo de colonização do Vale do Piquiri, como os mineiros e capixabas. O baiano não é classificado como nordestino, enquanto o capixaba é identificado de forma pejorativa como “baiano cansado”.

Na sequência, Maior aborda o período da colonização como um momento de “fundação”, e que Adízio Figueiredo dos Santos teria sido o “fundador” e “desbravador” dessa área:

³⁷⁸ Ibidem. p. 66.

³⁷⁹ MAIOR, Laércio Souto. Op., cit., p. 44.

³⁸⁰ Ibidem.

³⁸¹ Ibidem.

³⁸² Ibidem.

Tudo começou quando, com passo resoluto e cadenciado, Adízio Figueiredo dos Santos, um cearense de alta estatura e cabeça chata, atravessa a rua principal da cidade de Apucarana, Norte do Paraná [...]. Aguardando o momento de embarcar em direção à Região Oeste do Paraná, fez um rápido retrospecto da sua vida. Estava deixando a cômoda e segura posição de gerente do Banco Bradesco para se tornar um desbravador de terras. Um bandeirante moderno.³⁸³

O fato de Adízio ter deixado de ser bancário para ser desbravador é tratado pelo autor como uma vocação, um ato grandioso e não como uma escolha visando obter lucro com a venda das terras conhecidas como “as melhores terras do Brasil”.

Maior, ao explicar como teria sido a compra das terras da “Gleba Santa Cruz” por Adízio Figueiredo dos Santos, deixa transparecer a existência de um conflito entre o empresário e o Estado do Paraná:

[...] tudo começou numa ação ousada e temerária, quando comprou os direitos de propriedade da Gleba Santa Cruz dos legítimos donos detentores dos documentos comprobatórios devidamente legalizados, porém na época contestada pelo governo do Estado do Paraná, que anos depois perdeu a ação, para o intrépido nordestino definitivamente.³⁸⁴

O autor não dá detalhes sobre a contestação da compra da área pelo Governo do Estado. Mas, na sequência, indica o ano de 1952 como marco da colonização das terras da “Gleba Santa Cruz”. Adízio teria fundado a Colonizadora União do Oeste Ltda., e dado início à colonização das terras que “[...] começavam no Rio Melissa, em Nova Aurora³⁸⁵, e alcançavam o Rio Azul, no atual Município de Palotina.”³⁸⁶ Segundo ele, “Campo dos Baianos” foi a primeira estrutura urbana, montada para receber os compradores dos ambicionados lotes de “terra roxa”, e

³⁸³ Ibidem. p. 46.

³⁸⁴ Ibidem. p. 47.

³⁸⁵ “Ao iniciar a colonização da nova área, onde viria localizar-se Nova Aurora, Adízio cultivou 300 alqueires (paulistas) cuja propriedade servia de cartão de visita aos compradores de terras, além de tornar-se fazenda sede da “Sociedade Colonizadora União do Oeste Ltda. Era, portanto, a “Fazenda Tapejara” uma imensa clareira aberta em meio àquela exuberante floresta subtropical”. [...]. O ponto de intersecção, que ligava, por estrada de rodagem, esta Fazenda à antiga “Estrada dos Paraguaiois”, deu origem ao povoado, inicialmente denominado Encruzilhada Tapejara [...]. “Em fins de 1951, quando se iniciava o novo povoado, através da Lei 790, Cascavel era elevada a município, e a Encruzilhada Tapejara elevada à posição de Distrito Administrativo de Cascavel, com a denominação de Nova Aurora”. Sua emancipação política ocorreu em 25 de novembro de 1967, desmembrando-se dos municípios de Formosa do Oeste e de Cascavel [...]”. ROMPATTO, Maurílio. Op., cit., p. 25.

³⁸⁶ MAIOR, Laércio Souto. Op., cit., p. 48.

abrigo provisório para os trabalhadores, corretores e funcionários”³⁸⁷, da empresa Colonizadora.

Maior chama atenção para os dois momentos da história da colonização da área do atual município de Assis Chateaubriand: o primeiro teria sido marcado pela ação da Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda., e o segundo momento pela ação da Colonizadora Norte do Paraná.

Concluindo: a história do Município de Assis Chateaubriand se divide em duas partes ou épocas. A primeira iniciando em 17 de novembro de 1951 quando Oreste Floriano Bonatto, Iolanda B. Bonatto [...], venderam os 90 mil alqueires de terras da Gleba Santa Cruz ao cearense Adízio Figueiredo dos Santos, através da sua Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda.,[...]. A segunda parte, ou época, conta-se, historicamente, a partir do dia 28 de setembro de 1958 quando o empresário Oscar Martinez, dono da Colonizadora Norte do Paraná S/A, adquiriu os direitos da referida gleba. Por falta de estrutura e recursos financeiros para um empreendimento do porte planejado na idealização do projeto, Adízio Figueiredo dos Santos preferiu unir-se a Oscar Martinez, como Diretor-Gerente da nova empresa, 10% das ações e concluir vitoriosamente a grande tarefa³⁸⁸.

Ao discorrer sobre a origem do município de Assis Chateaubriand, o autor menciona a presença de duas correntes migratórias na região, as quais teriam sido responsáveis pelo estabelecimento de uma fronteira na colonização do Oeste do Paraná. O autor, assim como Elfes e Muller, agrupa quantitativamente a população em duas correntes migratórias, que convergem para uma mesma região, não mostrando a diversidade de fatores que impulsionam as pessoas a migrarem. Segundo ele:

Historicamente, a característica marcante da origem do município de Assis Chateaubriand foi que ali no Vale do Piquiri ocorreu o encontro das duas correntes de emigrantes que delimitaram o grande divisor de águas da colonização do Estado do Paraná ³⁸⁹.

Maior procura dar visibilidade ao influxo de pessoas que teria ocorrido na região do Vale do Piquiri. Para tal, cria a ideia de fronteira fixa, embora a fronteira seja uma criação humana, marcada pela flexibilidade e permeabilidade e conflito.

³⁸⁷ Ibidem. p. 51.

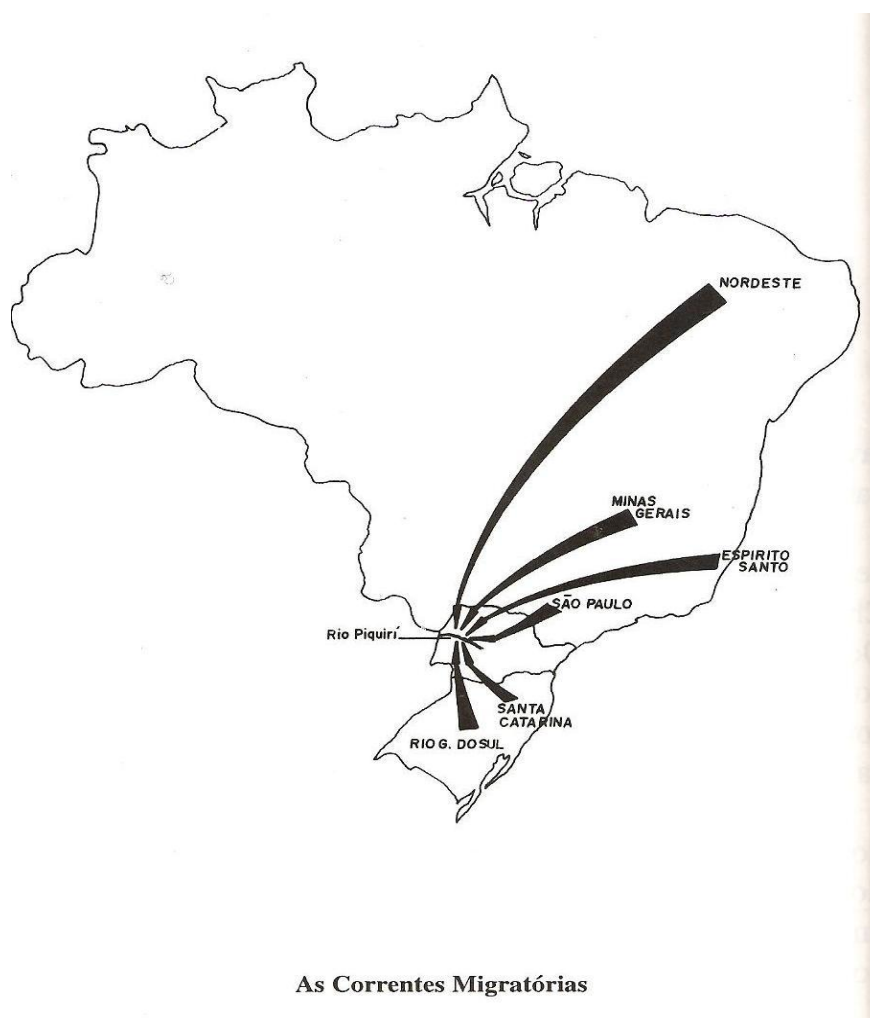
³⁸⁸ Ibidem. pp. 49, 50.

³⁸⁹ Ibidem. p. 57.

Assis Chateaubriand, na visão de Maior, passa a ser descrito como um município que limita a população vinda do Sul e a vinda do Norte que embora se encontrem não se interrelacionam.

Para o autor, duas são as correntes migratórias: “a primeira corrente, composta por nordestinos, mineiros, capixabas e paulistas, invadiu a região [...]”³⁹⁰. A outra corrente de emigrantes, que chegou em seguida, vinha do sul do Brasil e era composta por gaúchos e catarinenses”³⁹¹. Maior estabelece uma fronteira geográfica e étnica ao destacar as regiões de procedência da população.

O mapa que segue exemplifica essa questão e indica o Rio Piquiri como marco simbólico dessa divisão: Vejamos.



MAPA 8. As correntes migratórias

Fonte: MAIOR, 1996.

³⁹⁰ Ibidem.

³⁹¹ Ibidem.

O autor diferencia a população por região de procedência e pela atividade agrícola que desenvolvia. Segundo ele, os nordestinos e mineiros, os quais já haviam participado da colonização no Norte do Paraná e ajudado a formar extensas lavouras de café, tornaram-se, no Oeste do Paraná, “prósperos sitiantes”. Pertenciam, portanto, a primeira corrente migratória os nordestinos e mineiros, que eram cafeicultores.

Com relação à segunda corrente migratória, composta por gaúchos e catarinenses, Maior argumenta que “[...] ao invés de café, os sulistas começaram a plantar lavoura branca (milho, arroz e feijão), e criar porcos, frangos e gados de leite.”³⁹² Dessa forma, Maior unifica a população em grupos distintos a partir do tipo de atividade agrícola, comungando com as ideias dos autores já tratados neste trabalho.

Com relação aos esforços empreendidos pelas pessoas que se deslocaram para a região e pretenderam colonizar a área, Maior ressalta a importância de ambas as correntes migratórias no processo de colonização. “Nordestinos” e “sulistas”, com tenacidade sem igual, marcharam ao Norte e ao Sul da região, por ínvias picadas, abrindo estradas, construindo campo de aviação de terra batida e acampamentos pioneiros, embriões das futuras vilas e cidades.”³⁹³

O autor, ao tratar das migrações no Paraná, referindo-se às correntes migratórias no período da colonização, menciona as intenções políticas, econômicas e culturais que as incentivaram. Contudo, para o autor, as demandas daquele momento em torno das migrações seriam outras, colocando em questão os danos desse processo em relação à constituição de uma “identidade única” para a população paranaense.

Enquanto, na época do desbravamento e colonização das novas fronteiras agrícolas, as correntes migratórias eram consideradas pelas autoridades paranaenses benéficas, pois ajudavam a superar antigas diferenças regionais e eliminavam o isolamento em compartimentos estanques [...], neste final de século as demandas políticas, culturais e econômicas do Paraná são outras.³⁹⁴

Para Maior, as discussões em torno da localização e da influência exercida

³⁹² Ibidem.

³⁹³ Ibidem. p. 59.

³⁹⁴ Ibidem.

nas diversas regiões do Paraná pelas correntes migratórias demandam novas discussões e análises, tendo em vista “[...] o prejuízo para a conquista definitiva de uma identidade cultural única exercida neste final de século pela existência de três regiões distintas e compartimentadas”³⁹⁵.

O autor comunga das ideias de Severino Nunes de Araujo³⁹⁶, o qual propõe a “[...] integração antepondo uma cultura única, paranista, a atual atomização cultural dos “três Paranas”³⁹⁷. Segundo Araujo, falta vontade política para que a integração aconteça. Neste sentido, “[...] lamenta o fato de a classe política paranaense não ter uma visão global do desenvolvimento do Estado [...]”³⁹⁸. Araujo ainda reforça: “as diferenças entre essas três regiões são imensas e é preciso vontade política e mobilização de toda a sociedade para haver uma unificação e a criação de uma identidade estadual [...]”³⁹⁹.

É evidente o posicionamento do autor ao reforçar a unificação identitária da população do Paraná, mesmo diante da heterogeneidade populacional que compõe o Estado. Segundo Maior, “[...] temos um problema sério: a falta de uma identidade regional, mesmo que não se trate de questões exclusivamente nossas.”⁴⁰⁰

No decorrer da obra, Maior retoma o assunto sobre o processo de colonização referente a área pertencente a Assis Chateaubriand, e menciona a ação da colonizadora Norte do Paraná a qual teria sido efetuada pelo empresário Oscar Martinez. Segundo o autor, o modelo da colonização desenvolvido naquela área teria sido baseado no modelo de colonização empreendido pelos ingleses no Norte do Paraná.⁴⁰¹

³⁹⁵ Ibidem. p. 60.

³⁹⁶ Segundo Maior, Severino Nunes de Araújo, Secretário do PDT paranaense, publicou no Jornal Folha de Londrina, em 21 de outubro de 1996, que “[...] o Paraná está hoje dividido em três regiões bem distintas e a atuação política de nossos representantes, não só os deputados, mas também alguns secretários de Estado reforçam essa divisão. [...] o Paraná é dividido em três: Paraná Sul, Paraná Paulista (Norte) e Paraná Gaúcho (Oeste e Sudoeste).” MAIOR, Laércio Souto. Op., cit., p. 60.

³⁹⁷ Ibidem.

³⁹⁸ Ibidem.

³⁹⁹ Ibidem. p. 61.

⁴⁰⁰ Ibidem.

⁴⁰¹ Em 1925, o Norte do Paraná teria sido escolhido por Lord Lovat (Simon Frase), representante do grupo inglês, para iniciar seus empreendimentos no Brasil. Organizam em Londres a Brazil Plantations Syndicate Ltda. e sua subsidiária no Brasil, a Cia. De Terras Norte do Paraná. Em 1944, o controle acionário da Companhia passou para as mãos de brasileiros devido à exigência do Governo, sendo substituída pela Companhia de Melhoramento Norte do Paraná. Ver a respeito: Companhia de Terras Norte do Paraná, Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná, publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramento Norte do Paraná, São Paulo, Ave Maria, 1977. Padis, Pedro Calil, **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**, São Paulo: Hucitec, Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

Oscar Martinez e seu grupo organizaram a Colonizadora Norte do Paraná S/A que repetiu na região Oeste do Paraná, em escala menor, o sucesso dos empresários ingleses da “Paraná Plantation” e dos paulistas que adquiriram dos britânicos a famosa companhia de terras que desbravou e colonizou o Norte do Paraná⁴⁰².

O autor, ao estimar o desempenho da Colonizadora Norte do Paraná S/A na história da colonização da área pertencente a Assis Chateaubriand, salienta “[...] que o saldo é favorável e positivo. Ressalta-se que a maior contribuição da companhia foi ter construído uma cidade projetada [...]”⁴⁰³.

Ao se referir às ações da Colonizadora no meio rural, ressalta que a empresa “[...] implantou uma reforma agrária capitalista evitando a existência de grandes latifúndios que inviabilizariam, com certeza, o desenvolvimento do município de Assis Chateaubriand por muitos anos.”⁴⁰⁴ Esse discurso se assemelha ao proferido por Ondy H. Niederauer, já mencionado anteriormente neste trabalho, quando caracterizou a “colonização” empreendida pela Maripá como um modelo de “reforma agrária”. De igual maneira, Maior menciona que a Colonizadora Norte do Paraná também teria implantado na área pertencente a Assis Chateaubriand uma “reforma agrária capitalista”. Como afirma Gonçalves⁴⁰⁵, a colonização ocorrida no Norte do Paraná foi identificada como um processo de implementação de uma reforma agrária gestada a partir das décadas de 1950 e 1960 nos moldes dos ideários liberais. Dessa forma, políticos brasileiros conservadores apresentavam projetos de colonização privados como alternativa de reforma agrária. Ou seja, a “[...] colonização liberal seria o melhor antídoto contra as propostas de reforma agrária advindas dos socialistas e comunistas.”⁴⁰⁶

Na sequência da obra, o autor organiza, de forma cronológica, a história do município de Assis Chateaubriand. Segundo ele, “a área territorial do município de Assis Chateaubriand, [...] em 1957, era denominada de Distrito Administrativo de Memória, do município de Guaíra.”⁴⁰⁷ Na década de 1960 o autor trata da criação do Patrimônio de Tupãssi, cujo início deu-se em 15 de dezembro de 1960, pertencendo

⁴⁰² MAIOR, Laércio Souto. Op., cit., p. 14.

⁴⁰³ Ibidem. p. 117.

⁴⁰⁴ Segundo Maior, “99% das propriedades rurais vendidas pela Colonizadora Norte do Paraná S/A têm área inferior a cinquenta hectares”. Ibidem, p. 118.

⁴⁰⁵ GONÇALVES, José Henrique Rollo. A “Mística do Pioneirismo”, antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma Agrária e o norte do Paraná nos anos 50 a e 60. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, UEPG, v. 2, n.1, p. 147, 1997.

⁴⁰⁶ Ibidem. p. 147.

⁴⁰⁷ MAIOR, Laércio Souto. Op. cit., p. 335.

inicialmente a Guaíra e, passando posteriormente, a Distrito Judiciário, através da Lei 4.343, de 1961. Essa nova denominação teria sido oficializada pela lei 4.582, de 1962, publicada do DOE em 30 de dezembro de 1962.⁴⁰⁸

O autor apresenta a Lei 5.389, de 27 de agosto de 1966, a qual elevou o Distrito Administrativo de Assis Chateaubriand à categoria de Município⁴⁰⁹. Chama atenção que Maior não menciona a existência da Lei 367, de 20 de abril de 1965, a qual criou o Distrito de Assis Chateaubriand no Município de Toledo.

Na sequência da obra, Maior apresenta uma tabela com dados estatísticos referente a primeira corrente migratória, a qual denominou de “etnia”, embora estivesse tratando da população oriunda das regiões do sudeste e do nordeste.

Tabela 3. Etnia

Nordestinos	35%
Paulistas	20%
Mineiros	05%
Paranaenses	20%
Outros	05%
Total	90%

Fonte: MAIOR, 1996.

Na segunda tabela denominada “estrangeiros”, o autor se refere a outras nacionalidades que se fizeram presentes na colonização de Assis Chateaubriand. Vejamos:

Tabela 4. Estrangeiros

Japoneses	05%
Italianos	2,5%
Alemães	02%
Outros	05%
Total	10%

Fonte: IPPAC – Instituto de Planejamento de Assis Chateaubriand, Cartório de Registro, IPARDES e IBGE. In: MAIOR, 1992.

⁴⁰⁸ Ibidem.

⁴⁰⁹ “A Lei nº 5.389, de autoria do deputado estadual Egon Pudell, que eleva à categoria de Município o Distrito Administrativo e Judiciário de Assis Chateaubriand, no município de Toledo”. Ibidem.

Vale pontuar que o autor não apresenta dados estatísticos referentes à segunda corrente migratória, formada por pessoas oriundas dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A análise da obra de Souto Maior permitiu perceber o esforço empreendido pelo poder público local, na tentativa de obscurecer as memórias das tensões e conflitos engendradas a partir da colonização da área de Assis Chateaubriand, criando uma história harmoniosa. O autor procura evidenciar o pioneiro nordestino como principal ator da colonização da referida área.

1.4 MEMÓRIAS EM DISPUTA: UM APELO À OUTRA HISTÓRIA

Ao selecionar as pessoas que fariam parte desta pesquisa, elegemos dentre elas as narrativas de Avelino Campagnolo, por ter sido prefeito do município de Toledo entre os anos de 1964 a 1969, quando o distrito⁴¹⁰ de Assis Chateaubriand pertencia àquele município. Campagnolo concedeu a entrevista no ano de 2011, em seu consultório médico, em um domingo pela manhã, entre uma consulta e outra. Avelino Campagnolo nasceu em 30 de maio de 1926, em Concórdia, Santa Catarina. Mudou-se para Toledo no ano de 1947. Formado em medicina, adquiriu o antigo hospital da Maripá e, em seguida deu-lhe o nome de Hospital Dr. Campagnolo, onde atua até hoje.⁴¹¹ Foi eleito prefeito do município de Toledo em dezembro de 1964 e, em 1967, buscou, junto a DENTEL – Departamento Nacional de Telecomunicações, a estruturação de uma emissora denominada Rádio Guaçu de Toledo, da qual é gerente-proprietário e, até hoje, comanda um programa semanal.⁴¹²

Durante sua narrativa, Campagnolo, reiteradas vezes, chamou a atenção para a importância da história que estava narrando e como uma “verdade” que ainda estaria por ser escrita.

Compartilhamos com Khoury quando diz que “o trabalho com fontes orais é um encontro entre pessoas dispostas a dialogar sobre questões que interessam a

⁴¹⁰ O distrito administrativo de Assis Chateaubriand foi criado através da Lei n.º 367, em 20 de abril de 1965.

⁴¹¹ Avelino Campagnolo é natural de Concórdia Santa Catarina. Nasceu em 30/05/1926. Entrevista realizada no município de Toledo, em 02/10/2011.

⁴¹² CAMPAGNOLO, Avelino.

ambas, embora de maneiras diferentes.”⁴¹³ Campagnolo, seguro de si, praticamente conduziu a entrevista. Demonstrava ter um discurso pronto sobre a colonização da região de Assis Chateaubriand. Poucas indagações foram feitas a ele, e, para cada uma delas, após uma breve resposta, dava continuidade à história que queria contar.

Ao ser instigado a rememorar a história de Assis Chateaubriand e Bragantina, de forma incisiva, se posicionou dizendo: “eu quero explicar que tudo o que eu falar, tem fundo de profundo conhecimento da região. Não estamos aqui forjando, inventando e nada, vivemos a história de toda esta vasta região do Piquiri abaixo.”⁴¹⁴ Ficou evidente que Campagnolo reivindica o direito de poder contar essa história. Ao chamar a atenção para a veracidade da sua história, questiona as histórias já contadas sobre Toledo o Oeste do Paraná, as quais não seriam verdadeiras, mas “inventadas” e ou “forjadas”. Campagnolo estaria tecendo críticas às obras “Toledo e sua História” e “Toledo no Paraná”, e delegando para si o direito de contar a história que seria “verdadeira”, por ter vivido a mesma e por sentir-se o “guardião” dessa história.

Um dos traços marcantes da narrativa de Campagnolo é o sentido que atribui à história que pretende contar, sendo diferente das histórias já escritas. Segundo ele, “não é essa literatura superficial bonitinha com português verdadeiramente limpo e bonito, gostoso da leitura, geralmente a tristeza que ninguém quer traduzir.”⁴¹⁵ Campagnolo reivindica, assim, uma “outra história”, a história das lutas e tensões que vivenciou ora enquanto prefeito, ora enquanto médico na região. Ao se nominar diz: “eu era simplesmente médico, [...] em que frequentissimamente era solicitado [...] a abrir covas de pessoas que haviam sido mortas enterradas ali, e desenterrar, e fazer a autópsia no mato mesmo, no sertão.”⁴¹⁶ Essa narrativa evoca, por um lado, a existência de conflitos, os quais não teriam sido tratados pela literatura “bonitinha” que Campagnolo critica. Campagnolo, através da narrativa, chama a atenção para si, identificando-se como médico ao narrar seus feitos, conferindo e preservando seu lugar na história.

Campagnolo afirma que “foram escritas histórias aqui dentro de Toledo, duas

⁴¹³ KHOURY, Yara Aun. “O historiador, as fontes orais e a escrita da história”. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 24.

⁴¹⁴ CAMPAGNOLO, Avelino.

⁴¹⁵ Ibidem.

⁴¹⁶ Ibidem.

histórias básicas.”⁴¹⁷ Ao falar sobre essas histórias, não leva em consideração a temporalidade da escrita das obras, apenas desenvolve suas considerações a respeito delas. Com relação à obra de Niederauer, Campagnolo, afirma:

Então, uma história escrita de Niederauer, Toledo, no Paraná, uma história bem escrita, escreve até bem, e tal. O que ele escreveu? Um livro de cento e tantas páginas. A história da empresa Colonizadora Rio Paraná Sociedade Anônima chamada Maripá. E era o Executivo da Maripá, o Contador Geral Executivo que comandava ali. O apelido dele era “Rato Branco” porque ele era alemão, porque eles foram sempre ditadores e então ele escreveu essas histórias. Mas escreveu a história segundo a empresa: como que ela abriu estradinha, ajuda escolinha lá, o padre que ele nomeou a empresa, as divisas. Mas como é que o povo vivia a história? Não foi escrita!⁴¹⁸

Campagnolo critica o conteúdo da obra por acreditar que ela não representa a história vivida pela população de Toledo, e sim a história da colonizadora Maripá. Segundo ele, a obra trata da empresa, de como ela estruturou os espaços de sociabilidade, como escola e igreja; proporcionou infraestrutura como estradas, divisas, e não sobre as pessoas que participaram, viveram essa história. Resta perguntar: qual história Campagnolo gostaria que fosse contada?

Como lembra Woodward⁴¹⁹, os conflitos identitários surgem em um momento específico embora existam há muito tempo. Os conflitos identitários⁴²⁰ ocorridos na região Oeste do Paraná entre descendentes de “italianos” e “alemães” existem desde o período da colonização, contudo (re)emergiu para Campagnolo no momento da entrevista. O fato de Campagnolo nominar Niederauer de “alemão” é dizer que ele é diferente, que ele não é “italiano”. Contudo a diferença foi atribuída simbolicamente quando diz que Niederauer é “rato branco” e “ditador”. A identidade é, portanto, relacional e simbólica.

⁴¹⁷ Ibidem.

⁴¹⁸ Ibidem.

⁴¹⁹ WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença. Op., cit., p. 11.

⁴²⁰ Segundo Wachowicz, “nos primeiros anos da Maripá, enquanto predominava a orientação imprimida por Ruaro, os colonos que chegavam eram em maior parte de origem italiana, e alemães católicos. A propaganda, embora incipiente, era feita predominantemente nos municípios de colonização italiana, embora tivessem vindo também muitos colonos de procedência alemã. Mas, com a ascensão à chefia da Maripá do chamado grupo alemão, houve mudança substancial nas políticas de recrutamento. Por isso, a cidade de Toledo ficou uma mistura de italianos e alemães. Nos outros núcleos, colonizados com a ascensão de Willy Barth à chefia da empresa, a porcentagem de elementos de origem alemã, foi bem superior. [...] Essa política étnico-cultural-religiosa aplicada pela Maripá foi arquitetada por Willy Barth. Ele alterou a política inicial seguida por Ruaro e que se reflete na composição étnica e religiosa apresentada até hoje por Toledo”. WACHOWICZ, Ruy. Op., cit., pp. 178-179.

É válido pontuar que esse conflito identitário foi silenciado pela própria historiografia local, e as memórias preservadas são aquelas isentas de conflitos e contradições. Como lembra Pollak, a memória é seletiva e, nesse trabalho de seleção, “nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.”⁴²¹ Em se tratando de memória pública, o trabalho seletivo nos parece ser ainda maior, pois esta deve representar uma totalidade.

Com relação à obra de Oscar Silva, a narrativa de Campagnolo indica a disputa pela memória pública da colonização da região Oeste do Paraná.

Daí veio um cabeça chata, lá de Alagoas, Oscar Silva, escreveu outra história. Este faccioso, um autodidata, e no tempo do Prefeito Corazza aqui. O Corazza deu uma salinha, “birro”, e duas secretárias e disse você vai escrever a história de Toledo, [inaudível]. Alagoano, foi cassado pela revolução, era Fiscal Federal e foi cassado e escreveu, escreveu, a história segundo Corazza, prefeito, político um cara de bem. Mas quer dizer, obedeceu a diretriz de lá. Toledo conhecia no mapa, não tem ligação nenhuma com o povo. Ali, Nova Concórdia, quem é que estava lá, a mãe, o pai, o tio, o vô...A Lola, porque que chama Lola [Cerro da Lola]. Não tem nada, não tem liga, assim. Então ele escreveu aquele livro o primeiro, agora o segundo [inaudível] eu acredito, dentro do livro tá recheado contra mim, eu gosto. Se quiser me ver feliz é falar de mim, eu sou gamado nisso. [...] Então a verdadeira história ainda falta escrever.⁴²²

Na escuta da fala de Campagnolo, evidencia-se a reivindicação de uma história contada por quem a viveu, por quem acredita ser um “guardião da memória”. Para Campagnolo, Oscar Silva teria escrito uma história encomendada pelo prefeito Albino Corazza Neto, logo não poderia ser autêntica.

O que se percebe na narrativa não é uma crítica propriamente dita sobre o conteúdo da obra, embora diga que Oscar Silva obedeceu às diretrizes traçadas por Corazza, mas sobre quem a escreveu. Quem é Oscar Silva segundo Campagnolo? Para Campagnolo não é “italiano” tampouco “alemão”. É um alagoano, “cabeça chata”, que não conhecia Toledo a não ser através do mapa. É considerado um de “fora”, o qual não participou do processo de colonização por pertencer a outro “sistema de colonização”, logo não teria autoridade para escrever sobre a história de Toledo.

Ao chamar a atenção sobre quem deveria ser ouvido para contar uma

⁴²¹ POLLAK, Michel. Op., cit. p. 4 e 5.

⁴²² CAMPAGNOLLO, Avelino.

“história verdadeira”, Campagnolo menciona o nome de localidades como Cerro da Lola, Nova Concórdia, com as quais tem vínculo de pertencimento. Segundo ele, seu pai, Santo Campagnolo, fez uma pequena colonização nessa área e teria “fundado” tais localidades. Inclusive menciona que a “rua principal do distrito de Nova Concórdia tem o nome do “fundador, Santo Campagnolo, meu pai”⁴²³, descendente de italiano e “pioneiro” do local.

É oportuno citar Hall ao dizer que “as práticas de representação implicam sempre em posições de onde se fala e se escreve-as posições de enunciação.”⁴²⁴ Campagnolo, sendo descendente de italiano, reivindica a si como um de “dentro”, considera-se um “pioneiro” da colonização de Toledo e região, só que está se sentindo um de “fora” da própria história, por isso diz que a história “verdadeira” ainda não teria sido escrita.

Campagnolo demonstra a mesma preocupação ao se referir à história de Assis Chateaubriand. Lembrando que ele, quando prefeito do município de Toledo, criou o distrito de Bragantina, área de jurisdição de Toledo até o ano de 1966. No momento da entrevista, aconselhou-me a buscar dados e informações junto à população local. Contudo a escolha das pessoas não é aleatória, há uma intencionalidade em suas indicações:

Oh, deveria evidentemente se buscar desses elementos tipo o Barrada. Me lembro muito bem dele que era meu amigo, e de outros aí que a turma vai recitar. Pois é, ali teve o episódio X pra abrir aquela estrada, caiu aquela árvore e matou o filho de fulano de tal, o cemitério....(resmungos). Aqueles dados assim que pessoas dali podem te dar⁴²⁵.

Campagnolo indica quais pessoas deveriam ser ouvidas sendo estas seus “amigos”, os quais contariam histórias que, para ele, seriam importantes de serem lembradas. É como se estivesse indicando por quais pessoas e fatos a história devesse ser lembrada. Ou seja, pessoas autorizadas, segundo ele, a contar como ocorreu esse processo.

Ao ser levado a lembrar sobre a colonização da região de Assis Chateaubriand e do distrito de Bragantina, Campagnolo prontamente responde:

⁴²³ Ibidem.

⁴²⁴ HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do patrimônio histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 1, 1996.

⁴²⁵ CAMPAGNOLO, Avelino.

Aqui então eu vi o desenvolvimento, os primeiros passos de toda essa região, não só Assis, Bragantina, Tupãssi, Rondon, Palotina, Terra Roxa, Santa Rosa, toda essa vasta região aqui, eu vi o engatinhamento do desenvolvimento e da colonização.⁴²⁶

Neste trecho é evidente que Campagnolo confere a si próprio o direito de narrar por ter “visto” o desenvolvimento e a colonização de uma região extremamente extensa. Com isso, reforça a ideia de origem, de “fundação”, como se antes de sua chegada ao local nada existisse, não passando de um espaço inacessível ao desenvolvimento. No decorrer da narrativa, Campagnolo acrescenta o que viu:

Esta região ali teve seu desenvolvimento fundamental no final de [19]50, começo de [19]60. Problemas fundamentalmente na fase inicial, acidentes, aquela luta inicial da colonização de Assis, onde houve o problema mais grave que foram os jagunços, os posseiros dentro da área, a intervenção da companhia colonizadora que comprou essa área de terceiros e pretendeu colonizar, e ela estava invadida de inúmeras centenas de famílias aí. Invadida porque eles não tinham documentos, não tinham nada, não tinham nem autorização nenhuma de posse e então houve ali neste lance todo da retirada desses posseiros e da penetração da empresa e do traceamento do lote. Foi uma guerra comparada ao Vietnã, sempre digo⁴²⁷.

Campagnolo delimita a década de 1950 como marco de desenvolvimento da região de Assis Chateaubriand, após a chegada da Colonizadora. Contudo indica a existência de pessoas na área, antes da chegada da empresa. Ele as denomina de “invasores” pelo fato de não possuírem o título de compra das terras. A narrativa faz emergir os conflitos agrários na região, comparados à “guerra do Vietnã”. Campagnolo não nomina qual empresa teria colonizado a área, porém menciona que aquelas terras já teriam tido outros “donos”, ao dizer que a Companhia Colonizadora teria comprado de “terceiros”, e que após a compra, pretendeu colonizá-las. Como a memória é constituída também de silêncios, Campagnolo não aprofundou o assunto.

Com relação aos conflitos agrários ocorridos na área pertencente a Assis Chateaubriand, Crestani⁴²⁸, em seu estudo de caso sobre a “Gleba Santa Cruz”,

⁴²⁶ Ibidem.

⁴²⁷ Ibidem.

⁴²⁸ CRESTANI, Leandro de Araújo. **Conflitos agrários e mercado de terras nas fronteiras do Oeste do Paraná (1843/1960)**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da – UNIOESTE. Toledo, 2012.

mostra tais conflitos e as disputas entre a colonizadora União D'Oeste Ltda. e o Estado do Paraná⁴²⁹, no ano de 1954, pela posse das terras à margem esquerda do Rio Piquiri. Também, o autor faz uma reconstituição sobre a “origem” daquelas terras remontando ao Brasil Império, até chegar às mãos da empresa União D'Oeste Ltda., e o início da disputa entre a empresa e o Estado do Paraná. Neste estudo, o autor ressalta que há um “vazio na escrita sobre os conflitos agrários no Oeste do Paraná.”⁴³⁰

Ao falar da presença do “jagunço” no conflito pela terra, Campagnolo deixa transparecer que o problema no processo da colonização dessa área estava centrado na presença do posseiro e no intuito da Colonizadora em retirá-los daquelas terras. Segundo ele, “ali a companhia entrou pra valer e foram retirando os posseiros, acertando com uns, e tocando com outros ali.”⁴³¹ A narrativa de Campagnolo gera dúvidas quanto ao seu posicionamento favorável ou não à ação dos “jagunços” na expulsão dos “posseiros” e da legalidade da compra da área pela colonizadora.

Campagnolo chama atenção para a existência de conflitos entre a colonizadora, os colonos e posseiros, com a intervenção de jagunços a mando da empresa. Há um silenciamento por parte de Campagnolo a respeito da compra daquela área. O entrevistado não dá maiores explicações, deixando novamente uma indagação no ar:

Eles compraram lá [área de Assis] não sei de quem, do patrimônio, união, coisa desse tipo. Compraram, registraram e jogaram pistoleiro em cima e foram limpando a área, o que desceu Piquiri abaixo com a corda no pescoço uma perna amarrada na corda, você nem queira saber.⁴³²

Na obra de Oscar Silva, os “invasores” eram os paraguaios e demais “estrangeiros” que exploravam a região Oeste do Paraná. Para Campagnolo,

⁴²⁹ “As relações conflituosas entre a Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda., e o Estado do Paraná geraram, confrontos e conflitos contra os colonos, posseiros e grileiros, sobre a posse da terra na região Oeste do Estado. A Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda. era formada por um grupo (hegemônico), utilizando a articulação do poder local para manter-se no domínio. Valeu-se também de jagunços e pistoleiros contra os colonos, posseiros e grileiros. Nesta fronteira de movimento, a violência é compreendida como processo econômico de ocupação da terra. Os colonos, posseiros e grileiros migravam para esta fronteira em busca de terras para se estabelecerem e prover sua subsistência. Esses colonos reivindicavam a terra com base na ocupação, sendo, em certos casos por meio de suas reclamações, quase sempre contestadas pelos proprietários locais, ou por empresários mais ou menos distantes dessas localidades”. CRESTANI, Leandro de Araújo. Op., cit. p. 18-19.

⁴³⁰ Ibidem, p. 10.

⁴³¹ CAMPAGNOLO, Avelino.

⁴³² Ibidem.

invasores são as pessoas que não tinham o título da terra expedido pelo Estado ou da própria colonizadora, logo não tinham o direito de permanecer nelas. A narrativa evoca a atenção para a violência cometida contra os chamados “invasores”, com o uso da força e do terror.

Campagnolo deixa claro a qual área está se referindo ao falar sobre os conflitos agrários quando menciona que “essa foi a radiografia da colonização da região de Assis, Tupanci, Bragantina, Cinco Mil, parte de Palotina. E dessa região toda, parte de Cafelândia também.”⁴³³ Há o estabelecimento de uma fronteira em sua narrativa, entre uma área que passou por conflitos agrários, logo não teria sido planejada, e as demais áreas, no caso Toledo. Da mesma maneira fizeram Elfes e Muller, os quais criaram fronteiras para diferenciar a população, pelo local de procedência e pelo sistema de colonização, “planejado” ou “desordenado.” Campagnolo, dando sequência à narrativa, argumenta que:

E em cima desse turbilhão, desse panelão fervendo que era essa região, assassinatos frequentes, eu atendia aqui, toda semana pessoas desfiguradas, digo retalhadas, cortadas. Fugindo através do mato dos espinhos de arranha-gato, e perseguidas por aqueles que estavam encarregados de tirar esses posseiros [jagunços]. Fugiam, uns morriam, outros vinham aqui. Tinham pessoa que só tinham as vistas, o resto tudo retalhado, pedaços de roupa no corpo, então ninguém viveu esta história como eu vivi⁴³⁴. [grifo nosso]

Campagnolo faz emergir a parte oculta e dolorosa da história da expansão da fronteira agrícola do Oeste do Paraná, para além da área pertencente a Assis Chateaubriand, permeada por conflitos, assassinatos, ameaças, extorsões, medo, humilhações vividas pelas pessoas que estavam submetidas ao poder de mando das empresas colonizadoras, histórias geralmente, silenciada pela historiografia⁴³⁵. Por outro lado, ele faz desse momento a ocasião oportuna para construir sua própria identidade de “pioneiro”, médico e político, ao recriar o sentido da imagem de si, para si e para os outros.

Meu Deus do céu, eu sem entender nada de política, nem sabia quanto partido tinha [partido político]. O hospital aqui cheio e eu

⁴³³ Ibidem.

⁴³⁴ Ibidem.

⁴³⁵ Campagnolo se refere basicamente as obras “Toledo e Sua História” organizada por Oscar Silva e “Toledo no Paraná” escrita por Ondy Hélio Niederauer.

sozinho, [...]. Atendia, operava todo dia, e administrar um município desses, o cara era loco, não vencia não. E eu era uma máquina. [...]. Eu era um fenômeno, tinha 5 quilos menos do que hoje. Então isso não mata ninguém. Então esta foi uma peleja e uma gratificação e uma gratidão imensa⁴³⁶.

Nesse sentido se faz oportuno citar Pollak, quando diz que:

[...] a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.⁴³⁷

Em se tratando da população que ocupou a área do atual município de Assis Chateaubriand, Campagnolo menciona suas procedências polarizadas entre “Sul” e “Norte”. Unificando essa população, menciona, de que forma elas se organizavam com relação à construção de moradias, à derrubada da mata e ao cultivo da terra.

Gente que vieram na maioria, da região sul do País, Rio Grande [do Sul], Santa Catarina, e outros do Norte. [...] Entraram ali, entraram num pedaço de terra montaram o barraco deles e fizeram rancho e tal. Inicialmente, colocaram a família, começaram a derrubar mato, desmatar, plantar, e tal. Encravada em cima de um solo tão fértil, tão rico, arriscavam a vida, morriam, mais não saiam de cima.⁴³⁸

Campagnolo classifica a população que teria ocupado a área pertencente à Assis Chateaubriand em dois grupos: a população procedente do sul e do norte do Brasil. Argumenta que teria predominado no local a população do sul do Brasil. Também evidencia o motivo comum que as teria mobilizado: a terra. Diferente dos discursos apresentados por Szilvassy, Elfes e Muller, os colonos do sul do Brasil também buscaram oportunidades para além da colonização empreendida pela Maripá, ou seja, em outros “sistemas de colonização”. Essa narrativa mostra que as fronteiras são fluidas e que a fixidez está apenas nos discursos.

Nessa passagem, ao tratar sobre o período inicial da derrubada da mata, da construção das casas, Campagnolo não faz distinção entre as pessoas com relação

⁴³⁶ Ibidem.

⁴³⁷ POLLAK, Michael. Op., Cit. p. 5.

⁴³⁸ CAMPAGNOLO, Avelino.

à condição econômica ou à identificação com a terra. Limita-se, de modo geral, à importância que atribuíam à terra, a sua riqueza e fertilidade.

Contudo, na sequência da narrativa, Campagnolo faz outras considerações sobre a população e a formação do local. Vejamos:

Daí começou a vir a leva de nordestinos. Quer dizer, houve um caldeamento, e esse caldeamento em grande parte, criou expectativa, teve lance de criatividade, de progresso, cada um no seu setor, cada um querendo superar o outro. Então essa etnia ali favoreceu o que é hoje a grandeza de Assis. E aqueles iniciais, aí os primeiros que vieram que é o estilo e a filosofia do nordestino, nordestino incluindo paulistas era desbravador derrubar, queimar, limpar, e plantar. E a casa, a família, não tava em primeiro lugar tava em segundo plano. Ao contrário do sulino, primeiro era a família, abrigava a família, depois começava a derrubar. É uma filosofia bem, bem diferente⁴³⁹.

O entrevistado afirma ter havido “mistura” entre aquela população e avalia esse acontecimento como algo positivo, o que teria gerado “expectativa de progresso”. Confere o lugar de “pioneiro” aos desbravadores “nordestinos”, pois realizaram o trabalho pesado do início da colonização. Contudo diferencia os “sulinos” dos “nordestinos”. Os “nordestinos”, embora fossem “pioneiros”, não atribuíam o mesmo valor à família como os “sulinos”. Estes, ao chegar ao espaço para colonizar, primeiro construíam sua casa e abrigavam a família, para, só depois, iniciar o trabalho da derrubada da mata, o cultivo da lavoura, etc. Ao contrário do “nordestino” para o qual a família ficava em segundo plano. A narrativa de Campagnolo se assemelha à de Szilvassy ao diferenciar o “riograndense” do “nortista”. Para ele, o “riograndense” “é mais construtivo”, investe em uma casa estável após sua empresa agropecuária estar “bem fundada”; ao contrário do “nortista” que não investe em melhorias de suas propriedades, e “gasta todo o dinheiro em bares e lojas”. Evidencia-se, nas narrativas, a construção da diferença entre grupos e a sobreposição de um grupo sobre o outro.

Campagnolo, ainda fazendo menção ao fluxo de pessoas que se fizeram presentes na área de Assis Chateaubriand, entendendo esse processo como um “caldeamento”, estabelece diferenças entre a colonização de Toledo e Assis Chateaubriand. Segundo ele:

⁴³⁹ Ibidem.

O caldeamento foi positivo. Teve seu lance negativo principalmente no setor do meio ambiente, porque destruíram rapidamente toda a floresta. Este foi um fator negativo, não houve reserva e não deixaram nada [...]. Mais quanto ao progresso foi altamente positivo, essa é a imagem que se tem do conjunto. Logo, Toledo foi a passos firmes pisando no chão, sabendo o que ia fazer⁴⁴⁰.

Campagnolo reitera o fato do “caldeamento” ter gerado “progresso”, mas diferencia o planejamento ocorrido entre as duas áreas. Para ele, o aspecto negativo da colonização de Assis está relacionado ao meio ambiente, setor mais afetado “porque destruíram rapidamente toda a floresta”, enquanto que Toledo, segundo ele, “foi a passos firmes”. Campagnolo certamente usa a colonização realizada em Toledo pela Maripá como exemplo de planejamento e sucesso, comungando com as memórias oficiais já apresentadas, assim como Oberg e Thomas, Szilvassy, Elfes e Muller, Silva e Niederauer. Também, Campagnolo procura fazer uma crítica ao desmatamento intensivo na área de Assis Chateaubriand, onde os agricultores eram entendidos como elementos ativos no desmatamento. Se, no período “colonizatório”, desmatar era sinônimo de “progresso”, ao se referir à população e “colonização” de Assis Chateaubriand, desmatar significa um ato de “destruição”. Suas memórias criam identidades para aquela população como pessoas “sem consciência” ecológica.

As lembranças de Campagnolo sobre fatos e acontecimentos públicos se colocaram em movimento durante a entrevista. Como lembra Pollak “[...] se fizermos entrevistas com personagens públicas a vida familiar, a vida privada vai quase desaparecer do relato. Iremos nos deparar com a reconstrução política da biografia, e as datas públicas quase que se tornam datas privadas.”⁴⁴¹ Em se tratando de data, Campagnolo rememorou o dia da emancipação política de Assis Chateaubriand e relatou com minúcias a situação ocorrida na ocasião.

Daí aconteceu até um fato que tá dentro ali da história da Bragantina, do dia da emancipação. Foi no mês de junho/julho de [19]65, [19]66. Eu estava no Palácio Iguaçu, lá em Curitiba, junto com o Governador que era o Paulo Pimentel. E saímos de lá pelas nove horas da manhã para vir aqui ao meio dia, em Assis, assinar o termo da homologação da criação do município de Assis. E lá no palácio. Tá, cheguei lá, e tava tudo prontinho lá o mapa ali, a divisa ali, e tal. Qual não foi, lá a empresa Norte do Paraná, [Colonizadora Norte do

⁴⁴⁰ CAMPAGNOLO. Avelino.

⁴⁴¹ POLLAK, Michael. Op., Cit. p. 04.

Paraná] uma empresa evidentemente de um poder em todos os sentidos principalmente econômico, segundo político, social, em âmbito federal, tinha uma força inigualável. E quando cheguei ao “birro” [gabinete] do Governador, Paulo Pimentel sentado. Quero ver o mapa. Ah, tá aqui o mapa. Tá, muito bem. Olhei o mapa. Não! Para aí, não, parô aí. Governador, não vai dar não, olha aí, pode fechar, não, onde é que está essa divisa aqui? Sabe onde que estava a divisa? No campo de aviação aqui [Toledo], na cabeceira de lá passava a divisa de Assis Chateaubriand. Mas quebrei o pau lá na hora, quebrei o pau na hora, e o mapa tava feito e o Decreto assinado, então mais quebrei o pau ali e tal. E aí arredamos a divisa que ficou lá em Ouro Preto [distrito de Toledo]. E passa ali e vai pro Cinco Mil. Eu que quebrei o sarrafo ali e a divisa passo lá. Então era guerra de todo sentido⁴⁴². [grifos nossos]

O fragmento acima leva a crer que houve tensões e conflitos na demarcação dos limites geográficos entre Toledo e Assis Chateaubriand no processo de desmembramento do segundo. Mais precisamente, a narrativa evidencia uma disputa pelo poder entre políticos e empresários, não nos termos de um conflito agrário sobre o qual ele discorre, mas de conflitos por limites geográficos. É válido ressaltar que esse episódio não foi tratado pelas obras analisadas no decorrer desse trabalho. Campagnolo se coloca como quem lutou sozinho pelo recuo da divisa de Toledo, quando diz: “eu quebrei o sarrafo”. As lembranças estão fortemente vinculadas ao lugar da construção dos sentidos de sua experiência no tempo histórico, enquanto protagonista.

Campagnolo também relatou a ocasião em que teria sido procurado por uma equipe da Casa da Cultura de Assis Chateaubriand para prestar uma entrevista em comemoração aos 45 anos da cidade. Em tom de desabado, disse que “distorceram a realidade, e isso me deixou muito triste. Disseram entre outras coisas, [...] que eu era contra a emancipação da cidade de Assis chateaubriand”⁴⁴³. Campagnolo, indignado com tal afirmação, de forma contundente, afirmou:

Que aberração, que absurdo. Eu fui o que mais lutei pra me ver livre daquele pedaço de terra lá. Aquilo lá era o maior cravo que eu tinha na administração. Aquilo só me dava problema, era escola que não funcionava, professor não atendia lá, eram reclamações dos pais, era estrada, era igreja, era praça, era rua, era água, era montar o campo de futebol. É só pepino, só coisa difícil. E então, quando projetou emancipar, meu Deus do céu! Fui eu lá e tava na frente deles todos,

⁴⁴² Ibidem.

⁴⁴³ CAMPAGNOLO, Avelino.

jogando fora aquilo lá⁴⁴⁴.

Essa narrativa evidencia uma mudança de olhar de Campagnolo sobre Assis Chateaubriand. Não mais um “discurso pronto” sobre o progresso de Assis, sobre a fertilidade da terra, sobre sua gente trabalhadora. Agora um olhar negativo sobre aquele espaço e as pessoas, quando diz que “aquilo lá era o maior cravo que eu tinha na administração”. O que fez com que a narrativa mudasse de foco? O que levou Campagnolo a lutar pela ampliação da divisa do município de Toledo e não pela administração daquele espaço? As pessoas foram descartadas? Por que nada dava certo lá? Estava se referindo às pessoas, à má administração, aos conflitos agrários ou ao modelo de colonização adotado?

Campagnolo, ao mencionar que teria patrocinado a emancipação do município de Assis Chateaubriand, reforça a ideia da separação entre a população estabelecendo uma fronteira entre elas.

As memórias de Campagnolo sobre a população de Assis Chateaubriand são memórias de conflitos dos quais fez parte enquanto médico e político, mas dos quais não se sente parte como sujeito do local. Em suas narrativas, diferencia a população pelos locais de procedência, nominando-os como “sulinos” e “nortistas”. Em alguns momentos, menciona ter havido “caldeamento”; em outros cria distanciamentos entre as pessoas. As narrativas de Campagnolo mostram, sobretudo, que a história não é uma via de mão única, e que também nunca se conclui. É um processo constante entre rupturas e continuidades.

No capítulo que segue, analisaremos as memórias de alguns moradores que participaram da colonização da região de Assis Chateaubriand, no distrito de Bragantina. O intuito é perceber como esses sujeitos ao falar do significado da colonização constroem identidades, diferenças e solidariedades entre a população do local.

⁴⁴⁴ Ibidem.

CAPÍTULO III

MEMÓRIAS DIVERSAS DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANTINA

Neste capítulo, analisamos as memórias de alguns moradores do atual distrito de Bragantina. O intuito é perceber como no ato de narrar suas trajetórias de vida, esses sujeitos rememoram os motivos que os impulsionaram a migrar para a região, a luta pela terra, as experiências compartilhadas, os estranhamentos, diferenciações e a diversidade populacional encontrada no local. Trata-se de compreender a trama de motivações e significados que estes sujeitos atribuem às suas experiências daquele período. Como lembra Portelli, “a história oral e as memórias, pois, não oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias.”⁴⁴⁵

A História Oral possibilitou abrir caminhos para historicizar os significados e as dinâmicas sociais das pessoas e do local, até então obscurecidas pela historiografia e memória hegemônica regional e local.

Através das narrativas, buscamos deslaçar os fios dessas memórias e trazê-las para o presente a fim de compreender como os sujeitos se posicionam, atribuem classificações e estabelecem diferenças ao falar de si e de outros sujeitos que de igual forma participaram do processo da colonização. As narrativas também possibilitaram um panorama da formação do local, seja pelos entrevistados terem ocupado diferentes posições sociais, terem desempenhado diferentes atividades e serem portadores de diferentes bagagens sociais e culturais.

Ouvir as narrativas de alguns moradores do distrito de Bragantina é uma tarefa instigante para o pesquisador que se propõe a conhecer o processo histórico da região e do local, e os significados atribuídos à população que colonizou esse espaço. Contudo, para além de ouvir, é preciso perceber a relação entre “os fatos narrados e significações construídas, que vão além das próprias entrevistas. Eles se forjam nas relações sociais vividas e também incidem sobre elas.”⁴⁴⁶

⁴⁴⁵ PORTELLI, Alessandro. “**A Filosofia e os fatos**: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. In: Tempo. Rio de Janeiro, v. 1, p. 72, 1992.

⁴⁴⁶ KHOURY, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeitos na história.” In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de; Khoury, Yara Aun (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004, p. 122.

Apresentamos na sequência as narrativas de Iolanda Gonçalves de Lima, Izaltino José Pesarini, Ezequiel F. de Oliveira, Zeferino Quaresma de Matos e Miguel Giordani. As narrativas dessas pessoas foram escolhidas pela riqueza de elementos rememorados que permitem perceber as interpretações sobre si, sobre os “outros”, bem como sobre as relações de solidariedade entre pessoas oriundas de diferentes partes do Brasil.

1.1 MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E SUJEITOS COLETIVOS: IDENTIDADES, DIFERENÇAS E SOLIDARIEDADES

Filha de pequenos agricultores, a senhora Iolanda Gonçalves de Lima,⁴⁴⁷ migrou com o marido e os três filhos para o meio rural nas proximidades do atual distrito de Bragantina, em princípios da década de 1960. Em meio às lembranças, narrou sobre sua itinerância iniciada ainda quando criança, onde se mudou com os pais de Santa Catarina para Pato Branco, Sudoeste do Paraná. Lá se casou, e tempo depois, regressou com o marido para Chapecó e novamente voltou para Pato Branco. Menciona que foi por insistência do marido que vendeu para enfrentar o “matão” no Oeste do Paraná.

Nóis viemo, fiquemo uns meses lá onde meus pais morava, em Pato Branco, [...] porque nós tinha um pedaço de terra lá. Daí vendemo, daí tivemos que se metê naquele matão. Mas eu falava assim, pro meu marido, óh – Eu vô pra lá, nesse mato, com fé em Deus que eu vô morrê e sê enterrada lá⁴⁴⁸.

A senhora Iolanda, ao rememorar sua mudança para a região Oeste, não demonstrou pesar ou descontentamento. Estava decidida a transformá-la em sua morada definitiva enfrentando o “matão”.

Iolanda narra às dificuldades enfrentadas na viagem de Pato Branco a Toledo. Segundo ela: “viemo de ônibus três dias, menina, pra nós chegá ali em Toledo, três dia, naquele ônibus, veio, caindo os pedaço.”⁴⁴⁹ Quanto ao trajeto percorrido de Toledo até a sua propriedade, Iolanda rememora aquilo que, para ela,

⁴⁴⁷ Iolanda Gonçalves de Lima. Natural de Timbó, Santa Catarina, nascida em 12/01/1921. Entrevista concedida à Marilda Marques, no distrito de Bragantina, em 17/01/2012.

⁴⁴⁸ Ibidem.

⁴⁴⁹ Ibidem.

era mais significativo: a presença de pessoas residentes no local oriundas de outras regiões, como os “paulistas”, e um pequeno comércio. “Aí já tinha os Carrero. Os paulistas que moravam aqui. Tinha o comercinho de Tupãssi, que tinha uma farmácia lá, mas era tudo os carrero de ir a cavalo”⁴⁵⁰. Ao que parece, a propriedade de Iolanda era de difícil acesso, não existindo estradas que facilitassem o acesso até a propriedade. Também, demonstra que o comércio existente nas proximidades de sua propriedade era ainda inexpressivo.

Quanto às impressões que teve ao chegar a sua propriedade, argumentou ter ficado triste, mas, ao pensar que sua família estaria toda reunida ali, passou a se conformar, embora estivesse preocupada com a saúde dos filhos. “Ah, eu fiquei triste. Mas em pensá: o meu marido tá aqui, os meus fio tão tudo aqui. Deus vai iluminá que não fique ninguém doente”⁴⁵¹. Para Iolanda, o lugar de pertencimento seria o lugar em que a família estivesse alicerçada e a fé na espera de dias melhores fazia com que ela não desistisse da luta.

Em seus relatos, Iolanda não soube precisar o ano em que se mudou para a região. Acredita que tenha sido por volta de 1959, 1960. Essa imprecisão decorre do fato de seu marido e o filho mais velho terem vindo primeiro e, somente após um ano, ela e o restante da família se mudarem. A esse respeito, ela argumenta: “depois que já tinha começado aqui, que já fazia um ano que o véio tinha vindo já tinha arrumado, já tinha vaca de leite, que a gente não era acostumado a ficá sem vaca de leite. Então eu vim com os dois mais novo.”⁴⁵² A narrativa mostra que havia uma preocupação por parte do marido em proporcionar a ela e aos filhos mais novas condições mínimas de subsistência no local.

Na sequência da narrativa, a senhora Iolanda vai demonstrando a identificação que tinha com a terra:

Aí nós tinha um poco de dinheiro, eu falava comprá terra. Porque eu tinha um medo de ficá sem terra. Porque era um costume, meu pai tinha terra, criô nós assim. Então, parece que se ficá sem terra, parecia que a gente ia morrê.⁴⁵³

As lembranças da senhora Iolanda vão delineando as suas identidades assim

⁴⁵⁰ Ibidem.

⁴⁵¹ Ibidem.

⁴⁵² Ibidem.

⁴⁵³ Ibidem.

como as culturas presentes no local, entendendo aqui cultura como “um processo social que cria “modos de vida” específicos e diferentes”. A terra tem um valor inestimável para ela, a ponto de dizer que, sem a terra, a sensação era de “morte”. Diante do desejo de comprar terras e já tendo recurso para isso, Iolanda relembra que foi o esposo quem soube da existência das terras no Oeste do Paraná, por ter sido tropeiro e conhecer a região: “[...] o meu véio ele viajava muito. Ele, em tropa de buscá criação, de vendê e levá pra Santa Catarina [...]”.⁴⁵⁴

Ao ser levada a rememorar de quem teria comprado as terras, ela menciona que “comprô, dum que eles tinham o rancho ali, e esse homem, eu não sei lembrá o que que aconteceu, que ele quis vendê ali”.⁴⁵⁵ Iolanda evoca o esquecimento ao falar da situação da compra das terras, contudo, menciona que, somente após o falecimento do marido, é que a documentação referente à propriedade das mesmas foi regularizada.

Depois que o meu véio morreu que nós fizemo as escritura, daí já tinha cartório em Palmitolândia, já tinha o começo de Palmitolândia. É, eu tinha tudo os documento que a gente pago, só que não sei como é que foi [...], direito a gente não sabe, sei que foi daí que as escrituras foram feitas tudo depois⁴⁵⁶.

Percebe-se que as terras não foram compradas do Estado ou de alguma empresa de colonização, mas de uma pessoa que já morava no local e que, provavelmente, teria apenas a “posse da terra”. Logo, as terras referiam-se a uma “posse” a qual só teria sido regularizada na década de 1970, com a chegada do escritório da Colonizadora em Palmitolândia, uma vila próxima de sua propriedade.

Ao ser instigada a rememorar sobre os conflitos agrários ocorridos na área pertencente a Assis Chateaubriand, Iolanda menciona a presença de posseiros e o que teria ocorrido com eles: “meu Deus do céu. Uma vez tinha uns posseiro, pra banda de Tupãssi aí, eu nem sei contá dos moradores pra lá. Porque daí vinha aqueles policial de fora, queimavam o rancho daquela gente”⁴⁵⁷. Para Iolanda, a figura do posseiro não estava relacionada ao fato deste não possuir o título das terras, mas ao conflito agrário. As lembranças da senhora Iolanda dão margem à

⁴⁵⁴ Ibidem.

⁴⁵⁵ Ibidem.

⁴⁵⁶ Ibidem.

⁴⁵⁷ Ibidem.

historicização dos conflitos agrários ocorridos naquela área e a violência que teria sido praticada contra trabalhadores rurais que, por não possuírem o título da terra, eram comumente chamados de posseiros.

Segundo Boritza, durante o período em que a Colonizadora e o Estado disputavam e faziam acordos pelas terras pertencentes à área de Assis Chateaubriand, a qual englobava o povoado de Tupãssi, houve a ocupação da área por colonos, denominados na época de posseiros, os quais foram expulsos por jagunços a mando da Colonizadora. “As vítimas tiveram suas terras invadidas e recebiam ameaça de morte. Os jagunços [...] expulsaram posseiros, seqüestraram suas mulheres e intimidaram suas crianças nas terras litigiosas” ⁴⁵⁸.

Contudo, mesmo demonstrando ter sentido medo da violência, em nenhum momento da narrativa considerou estar na mesma condição que eles, de posseiro:

Eu tinha medo, uma vez chegaram uns estranhos lá, e os menino tavam na roça. [...]. Mas, eu, nossa, o meu coração fico na boca com aquela notícia de coisa ruim que faziam pra Assis [Chateaubriand], pra toda a parte, quando começaram. Que vem de fora, qué massacrá o outro coitado que tá ali vivendo, né. E a gente tinha medo daquilo, meu Deus do céu. ⁴⁵⁹

A narrativa que segue mostra a experiência de vida que a senhora Iolanda compartilhou com pessoas oriundas de outras regiões do Brasil. Diferentemente das publicações que deram visibilidade e identificaram positivamente a população oriunda do Sul do Brasil, por um lado, e a população do Nordeste por outro, as narrativas de Iolanda nos levam a refletir sobre as relações estabelecidas entre as pessoas engendradas em meio a conflitos agrários e diferenças socioculturais ⁴⁶⁰.

Eu custei a me acostumá com o jeito do povo, com o jeito do povo falá, do jeito do nome das coisas. Veio morá uns baiano com nós, meu Deus, mas que gente boa, aquela gente, aquelas mulher me ajudavam tanto, a fazê pão no forno. E a gente trabaia. Daí meu

⁴⁵⁸ BORITZA, Rita. Op., cit. p. 12.

⁴⁵⁹ Iolanda Gonçalves de Lima.

⁴⁶⁰ Backes, em sua Dissertação de Mestrado, ao problematizar experiências vividas nas dinâmicas socioculturais das lavouras de hortelã, no município de Mercedes, no Oeste do Paraná, mostra a presença de pessoas de diversas regiões do Brasil neste espaço, assim como uma realidade mais complexa em relação àquela contada pela literatura memorialista. Segundo ele, “[...] a chegada de diferentes sujeitos, de lugares e tempos diversos, diferenças e conflitos socioculturais tornaram-se latentes [...]”. BACKES, Gilson. **As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira: memórias, trajetórias e estranhamentos em Mercedes (Oeste do Paraná 1960-2009)**. Dissertação de mestrado. Marechal Cândido Rondon. 2009. Introdução.

véio arrumô um pedaço de terra pra eles plantá. No tempo que veio, tava começando Assis.⁴⁶¹

Para a senhora Iolanda, os costumes de sua família e das demais pessoas moradoras do local eram diferentes, de tal forma que ela precisou de tempo para se acostumar. No entanto, não é a dificuldade de adaptação que ela destaca nessa narrativa, e sim a qualidade das pessoas que trabalhavam em sua propriedade, as quais ela classifica como baianos, os qualificando como “gente boa”. Se num primeiro momento houve estranhamento, no decorrer da convivência passou a existir identificação entre ela e as mulheres denominadas de baianas. O trabalho passa a ser um elemento de identificação entre a senhora Iolanda e as pessoas de diferentes regiões com as quais conviveu.

Iolanda rememora como era a sua moradia na época a qual denomina de “ranchão”. “Era uma casa de tabuão, assim de madeira, rancho. Catarinense chama rancho, né. Era aquele ranchão comprido”⁴⁶².

As diferenças no “modo de falar” apresentavam-se para usos e costumes naquele período. Iolanda rememora um episódio quando as diferenças regionais se fizeram presentes. Segundo ela, naquela época, era comum sua família fazer uso de remédios caseiros, “a gente usava aqueles remédio caseiro, tanta coisa, homeopatia. Tinha tudo que é espécie, né, não tinha farmácia, era tudo mais difícil”.⁴⁶³ Num dado momento, foi procurada por uma vizinha que estava com o filho doente, e buscava por um remédio de nome “óleo de além”. Iolanda diz ter estranhado, pois conhecia como “graxa provática”. A narrativa que segue ilustra essas diferenças e os significados atribuídos por Iolanda. Vejamos:

Pros mineiro era óleo de além, eles falavam – Óia, será que a gente arruma óleo de além. Daí eu digo – Nós tem aí, mas é graxa provática, era um óleo bem grosso, assim, bem escurinho assim. Óleo de além. Era difícil de compreendê eles. Aí eu mostrei, ela disse – É esse memo. Mais pra nós é conhecido por esse nome. Mais na bula tava graxa provática e eles falavam óleo de além. – Ela tinha um menino pequeno, tava com uma tosse, aí eu digo – Esse é bom, porque quando nós morava em Santa Catarina curava a tosse comprido naquele óleo.⁴⁶⁴

⁴⁶¹ Iolanda Gonçalves de Lima.

⁴⁶² Ibidem.

⁴⁶³ Ibidem.

⁴⁶⁴ Ibidem.

A narrativa leva à compreensão da existência de um campo de estranhamentos e solidariedades entre vizinhos no local. Iolanda toma conhecimento de que o remédio que ela conhecia de longa data, desde Santa Catarina, por um nome, em Minas Gerais era denominado por outro. Vale ressaltar que os estranhamentos não deixaram de possibilitar a ajuda mútua e a solidariedade entre vizinhas. “Não é que o menino uso o tal de óleo de além e curou a tosse!”⁴⁶⁵ Segundo Oliveira⁴⁶⁶, a medicina tradicional ou popular fortalece “as relações sociais entre as pessoas, já que se pressupõe ajuda e solidariedade. Além disso, ela é uma medicina barata, próxima e acessível”.

Na continuidade da narrativa, Iolanda vai definindo outras práticas culturais diferentes das suas, agora relacionadas às maneiras de preparar os alimentos. Segundo ela:

Era diferença, o jeito de fazê a comida. É muito diferente do povo do norte. Depois eles se acostumaram com o jeito da gente. Eu digo – Vocês tem que fazê do meu jeito pra vocês viverem as baiana. Aí fazia as comidas deles e depois a gente foi acostumando, era boa.⁴⁶⁷

Iolanda nomeia as pessoas como “povo do norte”, demarcando, assim, os sujeitos e suas práticas como diferentes das suas. Também constrói, no ato de narrar, uma fronteira entre diferentes grupos. Para Poutignat e Streiff-Fenart, “as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade [...]. Ela só pode ser concebida senão na fronteira do ‘Nós’, em contato ou confrontação, ou por contraste com ‘Eles’.”⁴⁶⁸ Embora Iolanda relate que foram se acostumando um com o jeito do outro, acreditava que, pelas condições que ocupavam, de empregados em sua propriedade, eles é que deveriam se submeter ao seu jeito, as suas maneiras e costumes para viver bem.

Na continuidade de seu relato, Iolanda mostra as diferenças no preparo da pamonha entre os “catarinenses” e o “povo do norte”. Veja que o Estado de Santa Catarina é para Iolanda uma referência ao falar de seus usos e costumes, enquanto

⁴⁶⁵ Ibidem.

⁴⁶⁶ OLIVEIRA, E. R. O que é medicina popular. São Paulo: Brasiliense, 1984. In: WESSLING, Leonilda. **O patrimônio fitoterápico em Blumenau (SC)**. História, Práticas Culturais e Identidade: Abordagens e perspectivas teórico-metodológicas. Org. Geni R. Duarte; Méri, Frotscher; Robson Laverdi. Cascavel: Edunioeste, 2008. p.168.

⁴⁶⁷ Iolanda Gonçalves de Lima.

⁴⁶⁸ POUTIGNAT, Fhlippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 152.

que as demais pessoas são identificadas de maneira genérica a partir de uma região. Faz elogios a eles no que se refere ao cuidado em preparar os alimentos, ao seu capricho. Contudo, imprime seu olhar sobre a condição socioeconômica dos mesmos, definindo-os como pobres.

Nóis conhecia pamonha, pamonha catarinense. Mas, elas faziam muito salgado e misturado carne-moída no meio e fazia ela bem temperadinha. E pra nós pamonha tem que sê doce, com queijo, com côco. A nossa pamonha, pamonha de catarinense era assim. Às vezes, a gente provava e achava bom, porque eles eram muito caprichoso, fazia as coisas, né. Tinha tudo limpinho. Sempre digo sê pobre não é defeito. Mais pobre do que aquela gente.⁴⁶⁹

Reiteradas vezes menciona ter sido difícil a adaptação no local, embora tentasse compreender que “cada lugar é uma diferença do povo vivê. Mas, eu custei de acostumá do jeito de falá, as coisa, interpretava outra coisa, às vezes”.⁴⁷⁰ No fragmento abaixo, Iolanda exprime os modos utilizados pelas mulheres para conservar seus hábitos no dia-a-dia no cuidado com suas mobílias. Vejamos:

Essa gente que morava um poco de tempo com nós ali, as mulher pobre, mas caprichosa. Meu Deus, aquelas panelinha de ferro, mas dava pra gente se enxergá por fora. E não era com bombril, [...]. Elas juntava areia lá da beira do rio, penerava, ponhava num pote, ponhava o sabão ali, pegava uma cabeça, daquela palha de milho, daquela palha grossa, elas lavavam loja só no rio. Levavam aquelas bacia tudo cheia, aquelas panelinha amassada de tanto fazê coisa boa.

Segundo a senhora Iolanda, a agricultura praticada por sua família na região de Assis Chateaubriand, naquele período, era diversificada e a produção destinava-se às despesas da família e para a criação de animais. Relata que iniciaram com “[...] pasto e um pedaço de lavoura de fumo, mandioca, milho, batata-doce, feijão, arroz pra despesa e pra mantê a criação. Quando eu vim já tinha uma vaca, já tinha galinha, já tinha batata-doce plantada, já tinha mandioca.”⁴⁷¹

Iolanda, através de suas lembranças, vai desenhando a paisagem social. Passa a identificar o lugar de procedência de algumas pessoas de forma menos

⁴⁶⁹ Iolanda Gonçalves de Lima.

⁴⁷⁰ Ibidem.

⁴⁷¹ Ibidem.

genérica. Observa que as pessoas que ali residiam, como os “paulistas”, cultivavam para a subsistência além do café, outras plantas, como a banana.

Quando nós chegemo os paulista moravam ali, já tinham roça ali, já tinha pé de café, bananal plantado, já tinha... já tinha tudo. Eles traziam aqueles cachos de banana pra nós. E daí já peguemo um e levava pra plantá. Já no outro ano nós tinha aquele farturão de banana, meu Deus!⁴⁷²

Dessa forma, as impressões sobre o local eram positivas para Iolanda. Pode-se perceber, também, que não se tratava de um lugar onde a produção era exclusivamente o café, como afirmam os pesquisadores europeus e os memorialistas, citados anteriormente. Outras plantas eram cultivadas e até trocadas entre os vizinhos, como a bananeira, a qual garantiu um “farturão” para a família da senhora Iolanda.

Outros significados vão sendo delineados através das memórias da senhora Iolanda, como relações de amizade construídas no lugar. O relato que segue mostra como procedeu um morador, identificado por Iolanda pela nacionalidade, ao saber da chegada de sua família ao local.

Aí tinha [...] uns polaco e quando souberam que tinha chegado uma família aqui, vieram passear, troxeram um casal de galinha de presente, menina. Aí nós batizemos um menino deles. Depois foram embora.⁴⁷³

Essa prática era uma forma de estreitar os laços de amizade entre vizinhos, bem como estabelecer uma rede de solidariedade entre eles. Uma imagem do vivido foi reconstruída pela senhora Iolanda a partir de uma perspectiva pessoal e relacional com aquele ambiente, quando diz que: “antigamente, aqui quando [...] um novato que não tinha as galinhas pra começá, uma leitoa, aquele que tinha mais [levava e dava ao recém-chegado] pra começá. O povo catarinense também tinha esse costume.”⁴⁷⁴ Iolanda chama atenção para o fato de este não ser um costume apenas do “polaco”, mas também, dos “catarinenses”. Há uma identificação com o costume do “outro” ao mesmo tempo em que unifica “o povo catarinense” a partir

⁴⁷² Ibidem.

⁴⁷³ Ibidem.

⁴⁷⁴ Ibidem.

dessa prática. De forma nostálgica, Iolanda diz: “mas eu nunca me esqueço aquelas galinhas deles, o tamanho daquelas galinhas, pescoço pelado”.⁴⁷⁵ São lembranças que permanecem vivas na memória de Iolanda.

O estranhamento constitui um marco na memória da senhora Iolanda, que o manifesta ao dizer que veio conhecer pessoas do “norte” aqui na região Oeste do Paraná. “Aqui. Santa Catarina, uns lugar que nós vivemo, Chapecó, não tinha esse pessoal do norte, era só do Rio Grande, catarinense”.⁴⁷⁶ A constituição da identidade é relacional. Ela não se dá no vazio, mas a partir de relações com aqueles considerados diferentes.

As lembranças de Iolanda são relacionadas a uma vida de trabalho, o que não representava sofrimento ou algo penoso, mas um meio de garantir uma vida confortável e estável para a família.

Nossa, a vida inteira a gente trabaiava. Só que não trabaiava assim, dizê – Não tem as coisa. Tudo grossero, mas como no caso, quando a gente fez a primera casa – Ai, que bunita! Ai que beleza. Aí já colocamo uma toalha, aí já tinha uma mesa pras coisa tudo, né. Tiraram madeira, fazia de madeira, né, tudo de madeira. Mas, óia, era uma beleza⁴⁷⁷.

Através da narrativa, é possível perceber que, ao falar do trabalho, Iolanda vai definindo a sua condição socioeconômica no local: era proprietária de terras. Por isso menciona que trabalhava sim, mas não por que não tinha alimento, moradia, e sim porque almejava estruturar melhor a moradia e mobiliar a casa. Faz menção à primeira casa construída com a madeira retirada da mata de sua propriedade, à mesa e à toalha de mesa que adquiriu, demonstrando satisfação com aquela conquista. Assim, Iolanda diferencia o trabalho por necessidade para garantir a alimentação diária e a moradia, do trabalho para estruturar o ambiente familiar e adquirir outros benefícios.

Iolanda foi definindo as condições socioeconômicas das pessoas que trabalhavam em sua propriedade, oriundas do Estado do Espírito Santo, nominados por ela de “capixabas”. Relembra como eles ficavam impressionados ao ver a fatura que ela tinha na propriedade e que, segundo eles, ela estaria vivendo no “céu em

⁴⁷⁵ Ibidem.

⁴⁷⁶ Ibidem.

⁴⁷⁷ Ibidem.

vida”. Essa afirmativa nos leva a crer que as condições em que viviam aquelas pessoas eram difíceis em comparação às vividas por Iolanda.

Aquela gente vieram, aqueles capixabas, aqui vieram morá com nós aqui. Ai dizia: Mais a senhora no céu em vida, que coisa mais linda! Aquelas mulher... quando matava... que toda a vida o meu véio matava criação, assim, pra despesa, fazia aquele monte de salame e tempo frio a gente defumava tudo no fogo, nos barraco. Toda a vida nós tinha um barraco lá pra fazê fogo. Vinha bastante gente, tô bastante gente trabiando assim, né. Então... mas aquela gente, nossa... aquelas mulher sabiam aproveitá dum porco, dum carnero que matasse. Que depois nós comecemos de criá carnero. Tudo. carnero, assim elas faziam buchada, mais que coisa mais bom. O coração, tudo fazia.⁴⁷⁸

Novamente Iolanda atribui significado aos trabalhos e aptidões das mulheres com quem conviveu ao se mudar para a região Oeste do Paraná. Menciona que elas sabiam aproveitar tudo que era possível quando um animal era abatido para consumo, como o preparo da buchada e do coração. Ao que tudo indica, esse não era um costume praticado por Iolanda, mas, ao conhecê-lo, diz ter achado bom. Na ocasião do relato, contou que até sabão de amendoim elas faziam, coisa que não conhecia. “Elas aproveitavam até fazê sabão. Sabão de amendoim, menina, eu nunca tinha ouvido falá em Santa Catarina, fazê sabão de amendoim.”⁴⁷⁹

Finalizando a entrevista, Iolanda fez um comentário interessante. Disse que “sempre os menino [filhos] diz – Mãe, o que passô, passô. Não se fala mais naquilo, vamo vê pra frente.”⁴⁸⁰ Percebe-se que rememorar o passado é uma prática que se faz constante na vida da senhora Iolanda, mas, para seus filhos, essas lembranças não devem ser remexidas, devem ficar no passado, importando apenas o futuro. Talvez, para os filhos de Iolanda esquecer seja uma maneira de preservá-la das lembranças as quais lhe deixam entristecida, como o falecimento do marido.

As narrativas de Iolanda permitiram a percepção das fronteiras entre a população “catarinense” e o “povo do norte”, bem como, o estabelecimento de diferenças culturais, e, sobretudo, socioeconômicas. Seus relatos enfatizam a existência de inter-relacionamento, solidariedade e troca de experiência entre pessoas com costumes e procedências diversas, mas lhe confere a condição de

⁴⁷⁸ Ibidem.

⁴⁷⁹ Ibidem.

⁴⁸⁰ Ibidem.

“estabelecida” no local.

Outra narrativa que se apresenta carregada desses sentidos é a do senhor Izaltino Roberto Pesarini,⁴⁸¹ 78 anos de idade, viúvo e agricultor aposentado. A entrevista foi realizada em sua residência, situada no meio rural, próximo ao distrito de Bragantina. Seu relato remete-nos ao tempo em que trabalhava nas lavouras de café, primeiro no Estado de São Paulo e depois no Norte do Paraná, no município de Guaraci. “De Guaraci, eu só enfrentei sertão! O pai comprô um sítio lá e eu foi receber a primeira safra de café, mais ainda tinha bastante mato. Lá em São Paulo sempre café, sempre café. Ai, ele comprô esse pedaço pra nós aí”.

As lembranças do senhor Izaltino não são lineares. Deslocam-se no tempo, indo do passado ao futuro e voltando ao presente. Essa temporalidade foi marcada ao relatar: “aí, ele compro esse pedaço pra nós aí”. Izaltino estava se referindo à compra das terras feita pelo pai, na área pertencente a Assis Chateaubriand, no final da década de 1950. “Aqui nós era em 3 irmãos, foi 34 alqueire cada um e se tornou 102 alqueire”⁴⁸². Segundo ele, os irmãos retornaram para o Norte do Paraná, mas ele permanece até hoje no local.

Relatou que, antes de trazer sua família para a propriedade, organizou um espaço onde pudesse se estabelecer, bem como os trabalhadores contratados para ajudar na derrubada da mata. “E aí, fizemo uns barracão, comprido, fechado de parmito, e cubrimo com foia de parmito e a onde troxemos os pião pra derrubá o mato. Veio uns de lá, mais, mais foi arrumado aqui”. Os trabalhadores, em sua grande maioria, foram reunidos no município de Umuarama, no Noroeste do Paraná: “em Umuarama chegava naquelas pensão, tinha sempre 6, 7, 8 peão que tava lá esperando serviço. Nós pagava a conta deles e trazia eles pra cá. Eu sei que foi uma mão de obra danada!”⁴⁸³

Fica evidente que, após a venda das terras pela colonizadora, era de responsabilidade do proprietário fazer a derrubada da mata, abrir estradas e construir moradias. A narrativa mostra as dificuldades enfrentadas pelas pessoas naquela área, as quais exigiam, além de disposição, condição econômica para contratar trabalhadores.

Izaltino, em suas lembranças, constrói dois momentos: aquele em que

⁴⁸¹ Izaltino Roberto Pesarini. Nasceu em Vila Roberti, Estado de São Paulo em 18/01/1933. Entrevista concedida à Marilda Marques em 17/07/2011.

⁴⁸² Ibidem.

⁴⁸³ Ibidem.

começou a derrubar a mata com a ajuda de peões, e o período de mudança definitiva para o local: “começamos a mexer aqui entre 1959/1960. Mais de morada mesmo foi em 1961/1962”.⁴⁸⁴ Suas lembranças remetem às dificuldades daquele tempo, quando muitas coisas estavam por fazer. Contudo, ao contrário de Iolanda, que construiu um “rancho”, Izaltino refere-se à construção de casas com pilares de tijolos e cobertas de telhas.

Segundo ele, o atual município de Assis Chateaubriand estava apenas começando e as estradas de acesso utilizadas por ele e os peões até a propriedade teriam sido aquelas abertas por “posseiros”.

De Guaraci nós pegava, tijolo, teia e vinha. Mais não tinha o Assis! nós vinha por estrada veia, acho que era de possero aí. A maior mão de obra. Tinha que trazer nos braço os tijolo pra terminar as casa, pra fazer os pilar⁴⁸⁵.

Ainda imerso nas lembranças de que tudo estava por fazer, Izaltino faz referência à primeira vez que cruzou o atual município de Assis Chateaubriand. “A primeira vez que eu passei dentro de Assis, tava aquela derrubada, queimo male mal e tinha umas pessoas já arrancando toco nas ruas pra fazer casa”.⁴⁸⁶ Ao ser instigado a falar sobre a compra das terras, prontamente respondeu que estas foram compradas “pela Colonizadora Norte do Paraná de Maringá. A gente veio pra cá, com o título certinho da colonizadora.”⁴⁸⁷ Para Izaltino, o fato de ter comprado as terras diretamente da Colonizadora lhe dava a sensação de que os títulos eram legais. Também, era importante, no momento da entrevista, dizer que o “título era certinho”, pois seria uma forma de se diferenciar daqueles que não tinham o título das terras, os chamados “posseiros”.

Ao ser indagado sobre a existência de posseiros naquele local, ele responde:

Deus o livre no, Cinco Mil tava cheio de posseiro. Eles morava tudo em rancho de parmito. Sei lá de onde era esse povo! Não sei se era do sul de onde era. Pra falar a verdade, eu não sei nem que raça era que eu não queria nem papo com essa gente. Tinha um medo danado (risos)⁴⁸⁸.

⁴⁸⁴ Ibidem.

⁴⁸⁵ Ibidem.

⁴⁸⁶ Ibidem.

⁴⁸⁷ Ibidem.

⁴⁸⁸ Ibidem.

A narrativa do senhor Izaltino evidencia a existência de posseiros nas proximidades de suas terras. Porém, ao ser indagado sobre aquelas pessoas, expressou total desconhecimento sobre elas, e mesmo um silenciamento. Os comentários sobre a presença de posseiros na área pertencente a Assis Chateaubriand eram comuns, também era comum ouvir que se tratava de pessoas que intencionavam se apropriar de terras “alheias”. A circunstância de conflito na área do “Cinco Mil” fez com que a fronteira do medo fosse estabelecida entre os moradores do local. Os posseiros representavam para Izaltino perigo à vida e à propriedade.

Sobre essa questão, Silva⁴⁸⁹ traz à tona narrativas orais de moradores de Assis Chateaubriand, as quais apontam para a presença de posseiros no “Cinco Mil”. Tal fato teria ocorrido na ocasião em que a empresa Colonizadora Norte do Paraná, ao iniciar o planejamento da área central da cidade de Assis Chateaubriand, deparou-se com centenas de famílias ocupando o local. Segundo as narrativas, a empresa teria expulsado um número considerável de “posseiros” daquele local, obrigando-os a se refugiarem em uma área denominada de Cinco Mil alqueires, afastada consideravelmente da cidade de Assis.

[...] conforme a cidade ia crescendo, os posseiros eram obrigados a abandonar as terras e muitos foram parar na gleba [cinco mil] que faz divisa com Palotina. [...] quando os jagunços foram enviados para a Gleba 5 mil, foi que a violência tomou conta da cidade, já que haviam um número grande de posseiros, também armados, que resistiram a mais uma tentativa de expulsão⁴⁹⁰.

A expulsão dos posseiros para o “Cinco Mil”, segundo assevera Silva, resolveu a situação de conflito apenas por algum tempo. Os posseiros continuaram sob ameaças de jagunços a mando da Colonizadora, para abandonar a área ou pagar pela terra. Os posseiros, por outro lado, se armaram para se defender e tentar garantir o direito a terra.

Izaltino, ao mencionar que ele e seus irmãos estavam protegidos pelos jagunços a mando da Colonizadora Norte do Paraná, confirma tal fato. “Quando eu vim, a companhia tinha jagunço, já rezou o padre nosso aí. Avisa aí, vem os

⁴⁸⁹ SILVA, MARCIA Cristina Rodrigues da. Op., Cit. p. 06.

⁴⁹⁰ Ibidem. p. 06.

meninos abri uma área grande, ai de quem ponha as mão neles!”⁴⁹¹ Esta narrativa reforça a ideia da existência de jagunços naquela área, bem como, que estes protegeriam a propriedade do senhor Izaltino contra a ação dos posseiros. Entretanto Izaltino menciona que, quando se mudou para a sua propriedade, “os posseiros já tava tudo meio acertado aí. Já tinham saído bastante né.”⁴⁹² Segundo ele, o conflito agrário entre os posseiros e a Colonizadora já estaria praticamente resolvido, contudo não soube relatar como teria sido o “acerto”.

Ao compartilhar suas experiências sobre o tempo de sua chegada, diz que também andava armado, assim como os posseiros. “Chegamos aqui, meu Deus, encontrava eles com espingarda nas costa, “38” aqui, facão aqui. Os posseiro do cinco mil ai, né. Eu com “32”, eles tudo com “38”⁴⁹³. Cabe sublinhar, que o medo apresentado por Izaltino não era com relação ao jagunço, e sim ao posseiro, pois este era quem representava perigo ao proprietário de terra.

Izaltino rememorou seus objetivos no Oeste do Paraná. Segundo ele, “viemos planta café, que nós quando passava assim, passava num café que tinha [...], era aqueles pezão de café assim, parecia que nunca tinha matado, nunca tinha geado [nessa área de Assis Chateaubriand], né”. Para isso, várias famílias foram trazidas de Guaraci, Norte do Paraná, pois já tinham experiências com essa cultura lá. “Nóis troxe tudo de lá, tudo gente conhecido que trabaiava com café”⁴⁹⁴. Assim como o café, as pessoas do Norte do Paraná, trazidas especialmente por saber cultivá-lo, ainda se fazem vivas nas memórias de Izaltino.

Com relação ao café, diz que as geadas ocorridas naquele período não possibilitaram a realização do sonho de produzir o café. “Aí que foi interessante. Depois que eu entrei, plantei o café, começou gear. Geada, geada matava café até dentro da cova. Eu não sei como saiu esses café ai em vorta.”⁴⁹⁵ Izaltino mostra seu inconformismo por ter perdido o café devido à geada, sendo que havia constatado a presença de lavouras de café na região Oeste.

As famílias que haviam sido trazidas por ele, especialmente para “zelar dos pés de café”, após as geadas, passaram a cultivar outras plantas para subsistência, mas desistiram e foram embora. Segundo Izaltino:

⁴⁹¹ Izaltino Roberto Pesarini.

⁴⁹² Ibidem.

⁴⁹³ Ibidem.

⁴⁹⁴ Ibidem.

⁴⁹⁵ Ibidem.

Eu falei: ah vocês roçam aí, taca fogo e planta milho. Aí me pagam uma rendazinha. Mas ninguém pagou nada. Plantava milho, feijão, tudo manual. Aí tocaram aí uns ano e depois acabaram uns saindo, outro saindo, outro saindo⁴⁹⁶.

Izaltino faz menção à introdução da soja na sua lavoura, depois da erradicação do café, no início da década de 1970. “Em 1971, começou a destoca, aí foi aonde que veio esses alemão e nós nem conhecia bem soja, eles já mexiam com soja lá, então tiraram esse maquinários, e aí arrendamos”.⁴⁹⁷ Segundo ele, mesmo não conhecendo essa cultura, arrendou sua propriedade para que os “alemães” introduzissem a cultura da soja na área com o auxílio de máquinas. Essa narrativa possibilita perceber que Izaltino diferencia os “alemães” pelo cultivo da soja e pela adoção de máquinas agrícolas. Por outro lado, mostra as mudanças ocorridas na forma da produção, nas relações sociais e no modo de ser das pessoas.

Schreiner⁴⁹⁸, em sua pesquisa sobre a formação da cultura do trabalho na região do extremo Oeste do Paraná, menciona as mudanças impostas pela modernização agrícola capitalista na nova fronteira:

Nos anos setenta, o Extremo – Oeste do Paraná, mesmo não tendo contado com a riqueza do café, e apoiada na pequena propriedade familiar, situava-se como uma das áreas mais importantes do Estado. No final dos anos 70 e especialmente durante a década de 1980, a euforia nacional chegou a esta região iniciando um processo de rápidas transformações. Esse processo denominado ‘a modernização da agricultura’, é caracterizado pela mecanização e tecnificação da lavoura integrando as regiões agrícolas ao mercado internacional. A terra é mecanizada e ocupada, basicamente, pelas culturas de soja e trigo. As máquinas tomam o lugar dos homens que sequer como bóias-frias conseguem emprego. Junto com a modernização da agricultura, surge o êxodo rural⁴⁹⁹.

Izaltino coloca na centralidade de sua narrativa lugares⁵⁰⁰ que fizeram parte de sua história de vida, como o “Patrimônio Luar”, atual distrito de Bragantina e “Tupãssi”, atualmente município desmembrado de Assis Chateaubriand.

⁴⁹⁶ Ibidem.

⁴⁹⁷ Ibidem.

⁴⁹⁸ SCHREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho e poder**: a formação da cultura do trabalho no extremo-oeste do Paraná. Toledo/PR, Editora Toledo, 1997, p. 20-21.

⁴⁹⁹ Ibidem. p. 20-21.

⁵⁰⁰ POLLAK, Michael. Op., cit. p. 200-2012.

Bragantina, se vê, quando nós compremo aqui era pra sair Patrimônio Luar. Assis não era Assis era Tupãssi. Ai depois surgiu aquele famoso Assis Chateaubriand, passou a ser Assis Chateaubriand e Tupãssi foi pra lá e Patrimônio Luar foi Bragantina⁵⁰¹.

Instigado a falar sobre a população que ali foi chegando e se estabelecendo, ele diz que: “Bragantina logo começou a juntar mais gente do norte, do sul também. Mais aí já, já um respeitava o outro”⁵⁰². Izaltino polariza a população entre pessoas vindas do norte e do sul. Contudo, diz ter predominado as pessoas oriundas do “Norte” do Brasil, não especificando de quais lugares procediam. As memórias de Izaltino induzem ao reconhecimento da existência de conflitos no local quando diz que “já, já um respeitava o outro”. Ele não demonstra estranhamento com relação às pessoas residentes em Bragantina. Contudo, ao referir-se à população de Toledo diz ter “estranhado muito”.

Ah! Eu estranhei muito. Estranhei porque aqui quando precisava de alguma coisa, vinha em Toledo. Se chegava num bar assim, eles lá tomando chimarrão, você ficava no balcão, se você não falava com eles, eles não vinha atender não. Pra mim, eu era preto pra eles! Queimado do Sol (risos)! Eles eram tudo gaúcho, alemão, italiano sei lá. Eu sei que eles conversava nas línguas deles lá, e não davam bola pra gente de jeito nenhum! Não era fácil, aí!⁵⁰³.

Sua narrativa de estranhamento pôs em evidência dois lugares, próximos e distintos: Toledo e Assis Chateaubriand. Além da estranheza pelo tratamento que recebia, Izaltino elegeu outros códigos culturais e regionais, como o uso do chimarrão, a língua falada, e a cor da pele. Izaltino, ao deparar-se com pessoas diferentes, se diferencia e cria identidades para o outro: “gaúcho”, “italiano”, “alemão”.

Neste remexer de lembranças, Izaltino também faz referência à escola rural que construiu, tendo em vista o número elevado de crianças naquela região e a sua preocupação por estarem fora da escola. As crianças eram filhos de trabalhadores rurais, as quais, sem a iniciativa dos próprios moradores, iriam permanecer fora da escola. A escola foi construída na divisa das terras de Izaltino e de outro sitiante, e a professora, que era filha de um sitiante, tinha apenas cursado o primário da época.

⁵⁰¹ Izaltino Roberto Pesarini.

⁵⁰² Ibidem.

⁵⁰³ Ibidem.

A escola foi logo, logo no começo. Daí eu falei com o [Avelino] Campagnolo. Aí ele falou: mais Pesarini vocês tem quantas famílias? Aí, tem tanta família acho que 30 criança tudo sem escola, sem nada!"Aí, ele falo assim: pera lá, seu tio já tá serrando madeira?"Aí eu disse que sim. Ele disse: "então faça uma escola." Eu não lembro certo o tamanho, mais ou menos 8x8m. Vocês faz as paredes, o telhado, que eu dou as carteiras, dou forro e pago uma professora. Vocês tem professora? Falei, ha tem a filha de um compadre lá que tem 5º, 6º ano sei lá, já serve, pros alunos analfabeto a maior parte. Ele falou assim tá, tá. Aí foi o caminhão de tora lá quando já tava pronto e já trouxe as carteiras, o forro, os vitrô. A escolinha tava na divisa. Mas a professora era daqui, os alunos, de lá tinha um pouco de menos gente⁵⁰⁴.

Izaltino não precisou o ano da construção da escola rural, mas diante do relato é possível estimar que a construção da escola tenha ocorrido entre os anos de 1964 -1969, período em que Avelino Campagnolo era prefeito do município de Toledo. Fato que chama atenção, é que a área de abrangência do município de Toledo, incluía a área de Assis Chateaubriand. Vale lembrar que, no ano de 1965, Assis Chateaubriand foi distrito de Toledo até sua elevação a município em 1966.

As memórias do senhor Ezequiel F. de Oliveira⁵⁰⁵, 85 anos, agricultor aposentado, apresentam experiências individuais e coletivas do processo de colonização do atual distrito de Bragantina. Em alguns aspectos, suas lembranças se aproximam daquelas narradas por Iolanda e Izaltino; em outros, se distanciam ao imprimir outros significados sobre fatos, acontecimentos e atores sociais abordados pela memória. São memórias diversas de um processo que marcou cada sujeito de maneira diferente.

Ezequiel nasceu no distrito de Campo do Brito, no estado do Sergipe. Lembra que "a lavoura principal daquela região era a mandioca, mais tudo que se plantava era mantimento. Tudo pra despesa, e vendia também, quando a lavoura era maior, vendia também⁵⁰⁶." Mudou-se para Paranagi, Norte do Paraná, no ano de 1955, sendo que "já tinha família ali, já tinha irmão, cunhado, primo que morava ali né."⁵⁰⁷ Percebe-se na narrativa o caráter familiar do processo de mudança ou deslocamento.

Ezequiel relembra de seu trabalho realizado durante nove anos, como

⁵⁰⁴ Ibidem.

⁵⁰⁵ Ezequiel F. Oliveira. Natural de Campo do Brito, Estado do Sergipe. Nasceu em 30/02/1928. Entrevista concedida à Marilda Marques, no distrito de Bragantina em 16/08/2011.

⁵⁰⁶ Ibidem.

⁵⁰⁷ Ibidem.

agricultor, em uma fazenda chamada Ouro Branco. Após este tempo, ressalta que o proprietário da fazenda decidiu mudar de atividade, em vez da agricultura passou para a criação de gado, sendo que esta atividade “daria menos trabalho pra ele”⁵⁰⁸. Este espaço passa a ser visto como o lugar do outro, quando diz que: “a gente não tinha nada lá, não tinha nada. Ali [Paranagi] é região de soja, de rico. Eu vim aqui compra uma chacinha”⁵⁰⁹.

Os significados da mudança para o Paraná vão sendo significados no decorrer do relato. Há um sentimento de expulsão, de não pertencimento no local devido à mudança adotada pelo proprietário da fazenda, a qual afetou o modo de vida do senhor Ezequiel e de outras pessoas, como a do “baiano que vinha pra aqui também, que morava na fazenda.”⁵¹⁰ Com isso, reacende um desejo de mudar, de transpor o limite do outro em busca de novas oportunidades.

É possível dizer que a decisão de migrar não foi uma opção, mas uma necessidade, pelo fato de não ser proprietário da terra. Ezequiel passou a se sentir estranho em um lugar que segundo ele, era só “de rico”. Como lembra Martins, “a necessidade de migrar é resultado de que o [sujeito] vive no limite da mera subsistência. Fato que se agrava em consequência do cerco que o capital lhe impõe”⁵¹¹. A narrativa do senhor Ezequiel revela que cada experiência ganha sentido único, somente possível no fazer-se.

Segundo Ezequiel, as notícias sobre a área pertencente ao atual município de Assis Chateaubriand não eram as mais animadoras. É o que podemos perceber quando ele menciona a reação das pessoas ao saberem de sua intenção de migrar para a região:

Naquele ano que nois veio pra qui, em 1964, o pessoal comentava muito que tinha bicho, que tinha onça, não sei o que, não sei o que. Mas nós saímos de lá de Paranagi,[...] cheguemo em Maringá. E o pessoal [perguntava] pra onde é que cês vão? Vão pra Tupãssi! Ah, mas cês não tem medo de onça, de malária. Mas a gente não tinha nada lá, em Paranagi, ali era uma região só mais de rico. Então aqui eu vim comprar uma chacinha⁵¹².

⁵⁰⁸ Ibidem.

⁵⁰⁹ Ibidem.

⁵¹⁰ Ibidem.

⁵¹¹ MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1986. p. 52-53.

⁵¹² Ezequiel F. Oliveira.

Veja que Ezequiel não fala de Assis Chateaubriand, e sim faz referência a um lugar chamado de Tupãssi, que na época era distrito de Guaíra. O senhor Ezequiel decidiu conhecer a região no ano de 1964 e, se fosse possível, comprar um pedaço de terra. Iria investir seu dinheiro, pois, segundo ele, “a gente não tinha nada lá, em Paranagi”⁵¹³. O intuito era escolher a propriedade, negociar os valores com a companhia e só depois retornar para Paranagi e levar a família.

É eu vim primeiro, oiei e voltei lá pra pegar dinheiro, né. Da fazenda, na mão do patrão, peguei dinheiro pra pagar na Companhia, essa Companhia era a Norte do Paraná. Comprei, paguei aqui em Assis, já tinha em Assis o escritório da companhia. Então eu peguei dinheiro pra pagar a prestação, Comprei em prestação, né. Quarenta por cento de entrada, em três anos. Paguei e fui a Toledo comprei as lâmina e comprei uns pregos e mandei o cara fazer o rancho, quando eu cheguei, já pus meus trens embaixo. E meu vizinho, vinha sem fazer nada, depois fez rancho com o tempo⁵¹⁴.

De forma semelhante às experiências vividas por Iolanda e Izaltino, Ezequiel também veio primeiro, comprou sua “chacrinha”, e encaminhou a construção do “rancho”, para quando trouxesse sua família e seus pertences já ter onde acomodá-los.

Conta que, em 1964, já viajava de caminhão grande, diferentemente da viagem que havia feito do Ceará ao norte do Paraná, sobre um caminhão pequeno, conhecido como “pau-de-arara”.

Naquele tempo já viajava de caminhão grande. Viajava em cima em [19]64. [...] E daí pra cá viemo e estamos aqui até hoje. Tinha 6 filho e três nasceu aqui. Tinha mantimento, trouxe arroz, galinha, trouxe um animal. Até cabrito veio na mudança (riso). O cabrito era pra dá de mamã à menina que eu trouxe⁵¹⁵.

É perceptível na narrativa que Ezequiel tinha uma vida simples no Norte do Paraná e que tudo o que possuía lá, assim como sua família, foi trazido para a nova morada, no mesmo transporte. Relata que, quando chegou a Bragantina, “aqui

⁵¹³ Ibidem.

⁵¹⁴ Ibidem.

⁵¹⁵ Ibidem.

[tinha] 18 casas.”⁵¹⁶ Como não tinha estrada aberta para chegar até sua propriedade, os pertences foram descarregados na vila e, aos poucos, e com a ajuda de um caminhão que fazia o transporte de toras, sua mobília foi levada até a propriedade, pois “era só mato por aqui, minha nossa senhora.”⁵¹⁷

Com relação ao custo das terras na época, Ezequiel diz que eram baratas e menciona ter comprado apenas cinco alqueires por prudência:

Eu comprei cinco alqueires, era barato. Eu não comprei mais porque fiquei com medo de ficar sem dinheiro. Minha família era só a mais veia, a Maria, tinha dez anos, filhos tudo pequeno, aí fiquei só com cinco alqueires, [...]. Como de fato logo, logo que cheguei, meu filho Joaquim deu pneumonia, já fui pra Toledo no doutor Campagnolo, era Hospital Campagnolo naquele tempo, né. Levei ele lá, o doutor Campagnolo deu os medicamento sarou, é. Mas eu, eu não comprei mais porque fiquei com medo de ficar aqui no sertão, sem conhecimento, sem nada né, num lugar estranho. Graças a Deus não morreu ninguém, nem passamo fome e não foi comido por nenhum bicho, (risos).

As preocupações de Ezequiel se assemelham às preocupações da senhora Iolanda com relação à saúde dos filhos. O trecho acima demonstra que a prudência com a família fez com que Ezequiel não arriscasse empregando toda sua economia na compra de terra. Temia precisar de dinheiro e não ter a quem recorrer, sendo que não tinha conhecidos na região. Era um lugar estranho, denominado por ele de “sertão”. Com relação à presença de bichos, argumenta que “só tinha aqueles macaco, aquele bichão, uns porco sem ser porco. Tinha porco do mato, cansemo de ver eles, mas se acabou também. Onça não, não.”⁵¹⁸

As lembranças que foram aflorando a partir da instigação da memória do senhor Ezequiel fizeram com que ele, em um dado momento da entrevista, se colocasse novamente como condutor de sua história: “então eu vim pra aqui, comprei essa chacinha ali embaixo, que até hoje eu tenho.”⁵¹⁹ Por que se faz importante para o senhor Ezequiel dizer que até hoje possui a chacinha? Nem sempre o pesquisador consegue compreender a força e o significado do relato. A narrativa induz a pensar que, para o senhor Ezequiel, possuir a chacinha significou uma vitória, pois passaria a ser proprietário, saindo da condição de empregado. Por

⁵¹⁶ Ibidem.

⁵¹⁷ Ibidem.

⁵¹⁸ Ibidem.

⁵¹⁹ Ibidem.

outro lado, demonstra que essa condição lhe possibilitou se fixar no local, ao contrário de tantas outras pessoas que venderam suas propriedades, retornaram para os lugares de procedência ou seguiram em busca de novas oportunidades.

Oia, de lá de onde nós moramos veio bastante gente, bastante gente. Um bucado deles voltaram. Não quiseram ficar aqui. Tinha um japonês lá de Paranají, ele tinha comercio lá. Ele comprou cinquenta alqueires [...]. Ele veio aqui, no segundo ano ele veio aqui de novo, no terceiro ano ele não quis vim pra aqui não, porque era meio sertão, ele era comerciante lá, não quis ficar não. Muita gente daquela época voltou⁵²⁰.

Chama atenção nos relatos de Ezequiel a forma como vai identificando as pessoas que compraram propriedades na área, mas não permaneceram muito tempo no local. Como é o caso do “japonês”, que não se adaptou, e retornou para o norte do Paraná.

Na sequência do relato, Ezequiel menciona que houve “propagandas” sobre a região de Assis Chateaubriand: “quando correu a notícia, aquilo era gente, gente, gente, que só vendo.”⁵²¹ Tal “notícia” atraiu pessoas de diferentes estados e este fato é um marco em suas memórias. No remexer das recordações, soou forte o grande número de pessoas que chegaram e saíram do estado do Espírito Santo, nominadas por ele de “capixaba”.

Deus me livre quanto capixaba tinha aqui, mais tinha capixaba, foi embora tudo acredita? Foram embora tudinho. Uns foi embora pra Rondônia outro pra não sei pra onde, outros voltaram⁵²².

Nesse emaranhado de lembranças, Ezequiel mostra o fluxo populacional que ocorreu naquele período. Na tentativa de reconstruir o local, procurou localizar cada morador em sua antiga propriedade, identificá-los como de “gente nortista”, em função do local de procedência e tamanho das propriedades.

Tinha outro mais, do lado de lá, do lado de cá. Tinha o seu Dito, o seu Alípio, o seu Sebastião. Tinha três. Tinha mais um, quatro, cinco moradores do lado de cá. Seu Dito tinha três alqueires, seu Alípio tinha doze. Tinha um nordestino que não lembro o nome dele, [...],

⁵²⁰ Ibidem.

⁵²¹ Ibidem.

⁵²² Ibidem.

tinha seu Sebastião, tinha cinco, seis pessoas, cinco se não me engano, tudo da região norte, gente nortista, de São Paulo, de Minas⁵²³.

Assim, no decorrer da narrativa, foi criando e ressignificando sua própria história e a do local. Menciona a presença da Colonizadora naquela área a qual teria atraído pessoas de várias regiões do Brasil. Nesse relembrar, Ezequiel menciona não apenas as pessoas que chegaram ao local, mas também aquelas que continuaram sua trajetória de itinerâncias.

Foi bem naquela época que a colonizadora começou colonizar aqui, veio gente de São Paulo, de tudo quanto é parte do nordeste e do Rio Grande também de Santa Catarina também, vinha muita gente de lá. E foi aqueles catarinense foi embora quase tudo. Oia aquela turma dos Leite, dos Andrade, é grande aquela família, foram embora tudim⁵²⁴.

Ezequiel relembra que a maioria das pessoas eram proprietárias de terras, possuíam entre cinco e dez alqueires. “A maior parte deles tinha roça, cinco alqueires, dez alqueires. Aquele lado de lá dessa água daí, tudo tinha loteado de cinco alqueires.”⁵²⁵ Ezequiel afirma não entender o motivo da saída dessas pessoas, já que ele também era pequeno proprietário e permaneceu no local. Em nenhum momento ele relaciona a saída dessas pessoas com a ocorrência da mecanização agrícola e da introdução da monocultura, como a soja.

A presença de sujeitos foi ampliada nas lembranças de Ezequiel quando diz que “era capixaba, mineiro e toda nação do nordeste todo. Do Rio Grande do Sul também tinha.”⁵²⁶ A narrativa mostra a itinerância daquelas pessoas e a diversidade sociocultural do local. Frente a isso, o senhor Ezequiel cria fronteiras a partir da origem geográfica entre a população, ao mesmo tempo em que compreende todos convivendo no mesmo espaço social.

Ezequiel demonstra os laços de amizade e de solidariedade que foram sendo gestadas entre pessoas oriundas de diferentes regiões do Brasil, que viviam na região.

⁵²³ Ibidem.

⁵²⁴ Ibidem.

⁵²⁵ Ibidem.

⁵²⁶ Ibidem.

Oia se dei bem com os custume aqui. Os catarinense era nossos vizinho. Graças a Deus eu vou falar, quando cheguei aqui eu comprei leite pra Geni [filha] ali no seu Arsênio. Depois a vaca de leite secou e ele deu endereço lá do seu Paulinho Andrade E eu me dei bem com os catarino. Meus vizinhos me dei bem com todos eles. Não teve nada, nada de briga, com ninguém.⁵²⁷

Na sequência do relato, Ezequiel faz emergir usos e costumes diferentes entre a população. Contudo, estes costumes não afastavam as pessoas, mas faziam existir uma espécie de negociação entre elas.

Quando chegava visita que gostava de chimarrão, [dizia] oia nós não usa chimarrão, nós usa cafezinho. O nordestino do Paraná pra cá, a maior parte é assim. Só gente que é de origem que é costumado no Rio Grande, né, é chimarrão. Nós usa café, no lugar do chimarrão.⁵²⁸

Ezequiel associa o uso do café aos “nordestinos”, especificando aqueles que vieram do Norte do Paraná. Com relação ao uso do chimarrão, atribui este costume às pessoas vindas do Rio Grande do Sul. Há a construção da diferença a partir dos hábitos de consumir o café e o chimarrão.

As relações de solidariedade e ajuda mútua entre vizinhos foi lembrada por Ezequiel, ao mencionar que precisou de ajuda para preparar a terra e cultivar a soja, cultura que ainda não conhecia. Segundo ele, “quem primeiro mostrou soja pra mim, sabe, num conhecia não, foi Dorvalino, com uma pareia de boi, mais seu Sabino [ambos oriundos do Rio Grande do Sul] grifo nosso.”⁵²⁹ Este relato mostra a introdução da soja no local e a prática adotada para o seu cultivo. “Plantado com cavalo. O cavalo riscava e plantava com a matraquinha.”⁵³⁰ A matraquinha a que ele se refere é uma máquina pequena usada manualmente para plantar a soja. Ao referir-se a esse instrumento utilizado vai explicando como se fazia, algo que se perdeu. “E era tudo na mão que fazia. Era tudo manual, carpia com enxada, plantava com maquininha, preparava a terra. Depois a mecanização foi chegando, aí começou entrar trator e foi melhorando.”⁵³¹ Apenas neste momento da fala é que

⁵²⁷ Ibidem.

⁵²⁸ Ibidem.

⁵²⁹ Ibidem.

⁵³⁰ Ibidem.

⁵³¹ Ibidem.

Ezequiel faz referência à mecanização agrícola, aludindo que a introdução de tratores e máquinas agrícolas teria facilitado a vida dos agricultores.

A narrativa de Ezequiel mostra a expansão da agricultura através da modernização no campo, bem como, as alterações nas relações de produção. José Graziano da Silva⁵³² explica as características centrais desse processo conhecido também como “modernização conservadora”:

Esse processo foi profundamente desigual, eu diria até mesmo parcial; seja por região, produto tipo de lavoura, tipo de cultura, tipo de produtor, principalmente; ou seja, aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de créditos, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc. e apresentaram graus menores de evolução, especialmente de sua produtividade. Ficaram, portanto, para trás, perderam o bonde. [Outra] característica desse processo é que ele foi profundamente excludente. [...]. Ele atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final do processo. [...] a modernização foi um processo brutal de concentração da produção, de concentração de renda e de geração, de outro lado, da sua face de miséria⁵³³.

Fez-se presente nas memórias de Ezequiel a ausência de escola no local. Segundo ele, a maior inquietação era que os filhos crescessem sem instrução.

Aqui não tinha escola. Só tinha esse povo que chegou, né. As casinha. E ficou um ano mais ou menos, nós tudo só falava, vai criar os fios sem escola. [...] Meus filhos foram na escolinha, nós escutemos que vinha, acharam um homem lá de Assis [Chateaubriand], achou não sei aonde uma professora. Aí consegui manda os dois mais veio pra escola. Era muita gente, então os mais veio ia primeiro e os outro que era mais novo ia depois de um ano. Passou um ano. Depois foi arrumando, foi arrumando, sei que foi construindo escola, né. Foi fazendo escola⁵³⁴.

Vale mencionar que, assim como Izaltino, Ezequiel também se mostrava preocupado com a educação das crianças. A iniciativa de implantar escolas não partiu da Colonizadora, mas dos próprios moradores do local. Como a escola não comportava todas as crianças com idade escolar, foi preciso fazer uma seleção e encaminhar, num primeiro momento, os filhos mais velhos, e, só mais tarde, inserir

⁵³² SILVA, José Graziano da. **O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e a reforma agrária**. In: A questão agrária hoje. STÉDILE, J. P. (org.). Porto Alegre: UFRGS, 2002.

⁵³³ Ibidem. p. 139.

⁵³⁴ Ezequiel F. Oliveira .

os demais.

Ao ser instigado a falar sobre os conflitos agrários, ele menciona que, em Bragantina, os conflitos já haviam cessado devido às terras já terem sido “acertadas” entre Colonizadora e posseiros. Contudo aponta para a situação de conflito entre posseiro e jagunço na Gleba “Cinco Mil”:

Não, aqui não tinha mais briga. Lá pro lado do “Cinco Mil”, né. Pro lado do “Cinco Mil” tinha. Aqui, já estava legalizado os posseiro que tinha aqui já tinha acertado com a companhia, né, Lá tinha gente, vários posseiro lá que dava trabalho para a Companhia, uns ia saindo outros ganhava certo direitos, aquele tempo ganhava, né. Não, não, jagunço não tinha não. No “Cinco Mil” diz que tinha, lá pro lado do (5) Cinco Mil. Diz que tinha jagunço lá, mas Jagunço lá era tratado, empregado da Companhia.

Novamente os conflitos sobre a terra são deslocados para a área de terras denominada “Cinco Mil”. Ao que parece, e tomando como referência as demais narrativas sobre os conflitos pela terra, este fato é registrado como acontecimento coletivo e não individual. Porque, mesmo alguns entrevistados tendo sido posseiros, sofrido ameaça por parte de jagunços e perdido parte de suas propriedades, silenciam tal fato. Sem dúvida o conflito agrário suscita novas pesquisas, pelo fato de parecer um assunto resolvido, mas estar latente no dia a dia dos moradores do distrito.

No final da entrevista, Ezequiel faz um balanço sobre sua história de vida. Menciona com orgulho ter vivido no meio rural grande parte de sua vida e só agora, por estar “velho”, é que passou a residir no meio urbano.

Eu trabalhava sempre. Me criei na roça, sempre de agricultor. Me casei, morei três ano lá, vim embora e continuei, agricultor. Nunca morei na cidade, primeira vez que tô morando na vila é agora. Me criei na roça e vivi até agora poco na roça, agora parei porque to veio né⁵³⁵.

Ezequiel se identifica como trabalhador rural e o fato de estar residindo no distrito é justificado pela condição de estar “velho”, e não por opção.

⁵³⁵ Ibidem.

As memórias do senhor Zeferino Quaresma de Matos⁵³⁶, 84 anos de idade, viúvo, agricultor aposentado, e morador na área pertencente a Assis Chateaubriand desde o início da década de 1960, remete-nos ao tempo em que deixou seu lugar de nascimento no Rio Grande do Sul e rumou para o Oeste do Paraná com a família para realizar o sonho de “comprar um pedaço de terra.”⁵³⁷

Diferente dos demais entrevistados, o senhor Zeferino apresentava saúde frágil, com dificuldade de locomoção, audição e fala. Contudo, mostrou-se feliz em poder rememorar alguns aspectos sobre a colonização da região onde adquiriu suas terras.

Segundo seus relatos, não conhecia o Paraná até a ocasião da compra das terras na região Oeste, mas já tinha parentes residindo nas proximidades do município de Toledo. “Tinha uns cunhados que trabalhava ali no Sarandi [Novo Sarandi], na olaria dos Balsevsky. Ai eu vim prá cá, e comprei as terra.”⁵³⁸

Sobre as impressões de sua chegada, Zeferino lembra que, “aqui [Bragantina] não tinha nenhuma casa, era puro sertão quando eu entrei. Não tinha nem sinal de Assis [Chateaubriand]. É, eu entrei por lá [Boa Vista], por dentro do mato [...], era um picadão de mato adentro.”⁵³⁹

Sem apresentar detalhes sobre a negociação da compra, o senhor Zeferino mencionou ter adquirido um total de quarenta alqueires de terra de um “polaco” nas proximidades do atual distrito de Bragantina. “O dono era polaco. Esqueci o nome do homem. E ele sumiu. Vendeu 40 arqueses, e sumiu. Tinha mais possero fora eu por ali”⁵⁴⁰. Além dele, outros colonos teriam adquirido posses e não títulos de compra das terras mediante a Colonizadora.

Após a compra de suas terras, Zeferino retornou para Santa Rosa, Rio Grande do Sul, para buscar a família e seus pertences. Lembra que na ocasião em que estava adentrou na área pertencente a Assis Chateaubriand, deparou-se com uma barreira formada por homens armados, os quais o fizeram parar e o indagaram a respeito de seu destino, e se havia comprado terras naquela área. Segundo ele, a situação teria sido tensa e o medo havia tomado conta de todos.

⁵³⁶ Zeferino Quaresma de Matos. Nasceu em Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, em 05/04/1927. Entrevista concedida à Marilda Marques em 25/07/11.

⁵³⁷ Ibidem.

⁵³⁸ Ibidem.

⁵³⁹ Ibidem.

⁵⁴⁰ Ibidem.

Nóis vinha com a mudança, a muié e as duas criança [...]", de tarde em um caminhão. Tinha passado o limite de Toledo. Tinha uns jagunço prá lá do rio, não dexava ninguém passá. Daí fizero eu pará e falaro – Onde é que vão? – Nós vai logo ai pra frente. Vocês compraram terra aí? Compremo uma posse. Aí dexaro nóis passá⁵⁴¹.

O pequeno fragmento faz emergir a presença do jagunço a mando da Colonizadora Norte do Paraná, e do conflito agrário manifesto na região. Sobre tal fato, Zeferino mencionou se tratar da ação da Colonizadora que estava fazendo a demarcação das terras a serem comercializadas, contudo não menciona qual seria a empresa. "Era a firma que tava em negócio de comprá e lotiá tudo, sabe! E não dexava entrá pessoa que não tinha comprado terra. Era pra não invadi a área."⁵⁴²

Como vimos na apresentação desse trabalho, a aquisição da área do atual município de Assis Chateaubriand ocorreu em 1951, pelo empresário Adízio Figueiredo dos Santos, proprietário da Colonizadora Sociedade União D'Oeste LTDA. A compra dessa área foi contestada pelo Estado do Paraná em 1953, vindo a cabo no ano de 1958, mediante acordo entre o Governo do Estado e o empresário Oscar Martinez. Martinez passou a colonizar a área que, na visão de Boritza⁵⁴³, "baseou-se na exploração, na expulsão e na grilagem das terras, do que na colonização."

Entre os anos de 1951 a 1958, aquela área foi ocupada por pessoas que não tinham o título que comprovasse a compra da terra seja do Estado, seja da Colonizadora União do Oeste do Ltda., fato que ocasionou novas disputas pelas terras entre a Colonizadora Norte do Paraná e os posseiros, com a ação de jagunços a mando da empresa. Segundo Boritza:

O município de Assis Chateaubriand se via envolto num clima de abuso ostensivo exercido por jagunços ligados à Colonizadora Norte do Paraná, acusada de uma série de violências contra posseiros, [...] a Colonizadora, em litígio com o INCRA, espalhava terror na região [...]. As vítimas tiveram suas terras invadidas e recebiam ameaça de morte [...].⁵⁴⁴

Ao ser instigado a narrar sobre a existência de conflitos agrários entre posseiros e a Colonizadora, Zeferino menciona não saber de tais fatos, nem ter

⁵⁴¹ Ibidem.

⁵⁴² Ibidem.

⁵⁴³ BORITZA, Rita. Op., cit., p. 02.

⁵⁴⁴ Ibidem. p. 12.

ouvido nada a respeito. Contudo, salienta a presença de posseiros e a forma de ocupação daquelas terras. “Ih fia... eu nunca ouvi fala nada de briga, eu não sei. Mais aí, os possero entravam, aí... perto de um rio d’água. Derrubavam um pedaço de mato e se colocava o rancho lá.” ⁵⁴⁵ Há, portanto, uma contradição na fala de Zeferino ao tratar sobre a ocorrência de conflitos agrários. Ora, Zeferino afirma nunca ter ouvido falar sobre conflitos relacionados à disputa pela terra, ora, menciona a presença de jagunços que controlavam a “invasão” da área.

Outro aspecto presente em sua narrativa relaciona-se a sua auto-identificação como posseiro e a constituição de uma diferenciação entre ele e outros posseiros. Enfatiza que nem todos os posseiros fizeram como ele fez para regularizar as terras quando da chegada da Colonizadora na área. “Aquele que queria fazer que nem eu fiz, podia ficá lá, ia pagar pra firma. A firma que loteou tudo isso aí, o município de Assis” ⁵⁴⁶. Essa fala evidencia uma diferenciação entre os posseiros, ou seja, entre os que negociaram com a empresa e os que resistiam aos mandos dela.

A narrativa do senhor Zeferino demonstra a prática da Colonizadora no processo de regularização das terras. Como ele não possuía título de compra de suas terras, com a chegada da Colonizadora obrigou-se a negociar com ela, a fim de não perder toda a propriedade.

Daí, perguntaram pra mim se eu podia pagar tudo. – Tudo eu não posso, da onde é que eu vou tirá dinheiro trabalhando só no braço? – Aí ele disse: O senhor tem razão. Mas vamo fazê o seguinte, eu faço uns pagamentos mensal e você fica com dez arquer. Daí eu falei – Então tá bom. Aí já deu comigo, já me ajuda. Aí foi o jeito que eu fui pagando⁵⁴⁷.

Ao ser indagado sobre o fato de ter pago duas vezes pela propriedade da terra, ele prontamente responde: “Três vezes até, porque, sabe, eles viram a minha situação. Aí me ajudaro nos pagamento. Um tanto num ano, no outro ano, no outro ano. Aí terminei.”⁵⁴⁸ A narrativa demonstra certa conformação sobre a política adotada pela “firma” pelo fato de ter podido parcelar a dívida como se isso representasse um favor da empresa para os posseiros e não uma forma de extorsão dos colonos.

⁵⁴⁵ Zeferino Quaresma de Matos.

⁵⁴⁶ Ibidem.

⁵⁴⁷ Ibidem.

⁵⁴⁸ Ibidem.

Quanto ao fato de ter perdido 30 alqueires de sua propriedade na negociação com a Colonizadora, a narrativa aponta também para a conformação: “Naquela época, fia, era quarenta arques que tava no documento do homem que me vendeu. Mas eu, como não podia pagar tudo essa terra, eu quis só dez arquer.”⁵⁴⁹

Com relação aos 30 alqueires de terra que teria entregue à Colonizadora por não ter podido pagar, Zeferino aponta que “aí ficou pra Colonizadora. Daí, eles mediram isso aqui e foi entrando gente que vou te falar. Comprando uma terra dessas, boa. Palmitolândia, Tupãssi, nada tinha.”⁵⁵⁰ O senhor Zeferino atribui um valor inestimável à terra, tanto que o desejo de possuí-la fez com que migrasse para a região e lutasse para manter ao menos uma parte do que tinha adquirido inicialmente.

As narrativas das pessoas que participaram do processo de colonização mostram aspectos e dimensões diversas do real. A perspectiva histórica de análise dessas trajetórias de vida mediante a história oral apresenta ao pesquisador um campo de possibilidades, não tendo um sentido único, e não sendo homogênea. As possibilidades proporcionadas ao historiador são múltiplas, como lembra Maria do Pilar Vieira:

Dessa forma, fazer história com o conhecimento e como vivência é recuperar a ação dos diferentes grupos que nela atuam, procurando entender porque o processo tomou um determinado rumo e não outro; significa resgatar as injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outra.”⁵⁵¹

No transcorrer da entrevista, o senhor Zeferino mencionou ter sido comerciante durante doze anos no Distrito de Bragantina. A decisão de sair do meio rural foi motivado pela necessidade de colocar as filhas na escola.

Doze anos eu trabalhei com comércio aqui em Bragantina. Foi o que me ajudou na minha vida foi aquilo. Eu tinha duas filha moça, elas me ajudavam ali. Primeiro eu comprei ali, tudo montada a sorveteria, tudo montada. Ali onde é a farmácia hoje, na esquina. Daí elas iam me ajudava lá, mas as coitadinha precisavam de estudar, nós tava no sítio. Então elas estudava até meio-dia e de tarde me ajudava na

⁵⁴⁹ Ibidem.

⁵⁵⁰ Ibidem.

⁵⁵¹ VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 11.

sorveteria. E eu fornecia até lá em Toledo o sorvete. Eu tinha carro e levava os balde grande de sorvete. Aí parei, vendi⁵⁵².

Finalizando a entrevista, o senhor Zeferino foi instigado a rememorar sobre a população do distrito de Bragantina. Sua narrativa se assemelhou a todas as demais, ao dizer que a população é composta por pessoas oriundas do Sul e do Norte do Brasil. Contudo, a população do Sul, segundo ele, seria menos expressiva. “Vinha de tudo quanto é lugar. É mais do norte. Aqui do sul, até nem sei. Eu não me lembro quando eu vejo um morando aqui, que seja de lá [sul]. A não ser eu. Ah, bom, o seu pai era de lá.”⁵⁵³ Zeferino procurou dar ênfase a sua capacidade de permanecer em um local marcado pela diferença, sendo que a população predominante no local era oriunda de outras regiões, opostas a dele.

Ao se referir à vivência no local, relatou “eu me dou com todo mundo, qualquer pessoa. Eu sou uma pessoa que não sou assim de qualquer jeito. Então assim, eu to aí, até enquanto Deus querê eu aqui.”⁵⁵⁴

Miguel Giordani⁵⁵⁵, 90 anos, comerciante aposentado, rememorou suas experiências de itinerâncias e de estranhamentos no processo de colonização.

Eu vim do Sul. Eu sou do Rio Grande. Eu vim de Guaporé, com dezesseis anos. Aí fomos morar em Concórdia, Santa Catarina. De lá morei uns anos, aí fui pro colégio, e de lá depois eu foi servir [o Exército] no Rio Grande, e quando eu voltei, quando nós fomos morar em Santa Catarina, em Concórdia, aí naqueles dias papai tava se mudando para Joaçaba e fomos morar em Joaçaba. Depois de lá, casei e vim pra Mamborê. Depois foi pra Pinhalzinho, que hoje é Janiópolis.⁵⁵⁶

A vida do senhor Miguel é marcada pela itinerância entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Sobre sua mudança de Concórdia, Santa Catarina para Janiópolis, no Paraná, fez pouca referência, apenas disse ter assumido a gerência de uma loja de roupas. “Fui ser gerente de loja de roupa em

⁵⁵² Zeferino Quaresma de Matos.

⁵⁵³ Ibidem.

⁵⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵⁵ Miguel Giordani. Nasceu em Guaporé, Rio Grande do Sul em 01/04/1921. Entrevista concedida à Marilda Marques em 18/07/11.

⁵⁵⁶ Ibidem.

Janiópolis. Era de um português.”⁵⁵⁷

No ano de 1964, o senhor Miguel, movido pelo desejo de ser dono de seu próprio negócio, decidiu conhecer o município de Toledo, pois já tinha uma irmã que também era comerciante naquela cidade. Contudo, mencionou que não recebeu apoio de seu cunhado, “não sei por que meu cunhado aqui, não fez força pra eu ficar aqui, porque até ele era meio novato ainda.”⁵⁵⁸

Relata que, ao retornar para Janiópolis, passando por Marechal Cândido Rondon, coincidentemente encontrou um homem que conhecia a região e o orientou a conhecer Bragantina. Como estava decidido a abrir seu comércio, resolveu seguir a orientação daquela pessoa e conhecer o local. Em seguida, disse ter alugado uma casa e retornado para Janiópolis apenas para buscar suas mercadorias. “Então eu já vim com o estoque pra Bragantina.”⁵⁵⁹ Sobre isso, ele discorre:

Eu desci pra aquelas bandas lá, acho que Marechal Cândido Rondon. Aí eu encontrei com alguém que trabalhava em Bragantina, ele que era meio fiscal, não sei o que [perguntou], mas você passou em Bragantina porque não se colocou lá num lugar que vai ficar bom, tal e tal? Aí eu voltei, passei lá. Aí eu não comprei, aluguei uma casa. Aí eu fui buscar meu estoquezinho, vim abrir a loja. Ali não tinha loja⁵⁶⁰.

Sobre sua chegada a Bragantina, Miguel cita o comportamento da população ao saber que um comerciante de roupas estava se aportando no local.

Só que quando eu estava descarregando lá no meio da rua já o pessoal queria que eu vendesse as roupas pra eles. Mas eu dizia: eu não posso agora! (risos) e eles falavam: Mas é sua o Senhor sabe como pode vender! Mas... tudo junto eu não posso ficar abrindo aqui e ficar vendendo tudo junto aqui na rua. Agora se fosse um mascate que vem já com as malas prontas, e abre aí ele tem tudo em ordem aí.⁵⁶¹

⁵⁵⁷ Ibidem.

⁵⁵⁸ Ibidem.

⁵⁵⁹ Ibidem.

⁵⁶⁰ Ibidem.

⁵⁶¹ Ibidem.

Partindo dos apontamentos de Hall⁵⁶², é oportuno citar que a fala está articulada a partir de um lugar e de um tempo particular, de uma história e de uma cultura que são específicas a cada um. Seu Miguel certamente queria vender suas mercadorias, mas antes queria se estabelecer no local e organizar sua loja. A euforia daquelas pessoas lhe causou estranhamento. Além disso, sua narrativa demarca qual era sua condição, seu “status” diferente de um “mascate”.

Segundo ele, na época em que chegou a Bragantina, “já tinha bastante pessoas. Muitos paulistas, pessoal do Sul, pessoal no Norte. Uma mistura de gente”⁵⁶³. Devido à sua experiência de mobilidade, ressalta não ter estranhado a diversidade populacional no local. Pois, segundo ele, “lá naquela região de onde eu vim [Janiópolis], tinha muitos paulistas, muitos nortistas, eu era acostumado.”⁵⁶⁴

A lembrança da colonização faz emergir os fatores que impulsionaram muitas pessoas a migrar para a região, em função de ser uma área de terra plana favorável para formação de lavouras.

Antes entrou muita gente, era muita gente. Tem aqueles sítios que às vezes morava duas, três famílias. Compravam um sítio em dois, três, mas foram vendendo. Hoje, já não tem tanto sitiante. Um foi comprando do outro. Mais naquele tempo, tinha muita gente que vinha trabalhar, que fazia roça. Depois com uma quantia aberta, vendia a propriedade. Quem vinha com um pouco mais de dinheiro, já achava o lugar aberto, e sempre se percebia que era um lugar muito bom de lavoura, percebia isso. Então, o povo se interessava muito por essa região aí. E depois tudo muito plaino né⁵⁶⁵.

Essa fala reforça a de outros entrevistados com relação à pessoas oriundas de diferentes regiões do país que se estabeleceram em Bragantina e na região Oeste, “desconexas da memória oficial, que tanto afirmou movimentos migratórios por grupos coesos e organizados pela colonização.”⁵⁶⁶ A questão que se coloca para análise não é definir quem chegou primeiro ou depois no local, mas o sentido do deslocamento, de cada sujeito, os planos e sonhos que os moveram.

⁵⁶² HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

⁵⁶³ Miguel Giordani.

⁵⁶⁴ Ibidem.

⁵⁶⁵ Ibidem.

⁵⁶⁶ LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas**: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: 2005. p. 140.

Reiteradas vezes, senhor Miguel relatou o fato de ter habilidade em se relacionar com pessoas das regiões do Sudeste e Nordeste, e que “logo, logo a gente se entrosou com todo mundo, porque onde eu estava [Janiópolis] já tinha muito desse pessoal paulista, baiano, pernambucano [...]”.⁵⁶⁷

Chama atenção como o senhor Miguel buscou valorizar a sua capacidade de convivência com as pessoas no novo lugar. Entre as suas experiências, Miguel selecionou um fato que teria marcado uma ação de solidariedade entre vizinhos oriundos de regiões diferentes, haja vista o entusiasmo com que relatou o episódio:

Eu como sou muito otimista, gostava dessa mistura, eu gostava! Porque eu me entendia muito bem com todos. Se viessem falar em italiano eu falava, alemão, em português, então eu gostava até. Só que eu nunca falava que eu era gaúcho, porque tinha muita gente que não gostava. Então eu lembro muito bem que [uma família] veio mudar pra cá de Bragantina, ele veio mudar ali. Aí ele veio entrou lá na loja e eu não tenho jeito de gaúcho nenhum. Ele entrou lá na loja e disse: Boa tarde, tudo bem? Eu respondi: Tudo. Aí ele disse: Eu tô entrando de mudança aqui pro interior, tô morando logo ali, não é muito longe. Mas, tô morando perto de um gaúcho, e eu não sei como é esse povo. Aí eu disse: Olha é o seguinte, já morei perto de gaúcho, e me dei muito bem com eles, é só saber lidar com eles. O gaúcho é meio assim, mais é só saber lidar que daí, tudo bem [risos]. E não é que no fim misturaram as famílias? Um filho dele casou com uma gaúcha⁵⁶⁸.

No pequeno fragmento de sua narrativa, buscou marcar sua identidade, em um espaço marcado pela diferença. Ele se percebia como diferente das pessoas com as quais convivia, ao dizer “então eu com aquele meu jeito diferente, eu me comunicava com todo mundo, né.”⁵⁶⁹ Como observa Woodward:

A diferenciação pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como [...] “outros”. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora [...] ⁵⁷⁰.

⁵⁶⁷ Miguel Giordani.

⁵⁶⁸ Miguel Giordani.

⁵⁶⁹ Ibidem.

⁵⁷⁰ Woodward, Kathryn. Op., cit. p. 50, 51.

A diferenciação foi constantemente marcada pelo senhor Miguel, mas ele percebia a diversidade populacional com um olhar positivo. Ele se percebia diferente inclusive com relação aos comerciantes oriundos do Sul do Brasil do povoado de Tupãssi, os quais despendiam um tratamento discriminatório às pessoas “nortistas”. É o que demonstra a narrativa que segue:

[Novo] Tupãssi tinha bastante gente do Rio Grande. Uma gente que era nortista saía de Tupãssi pra vim comprar lá em casa. Por que eles falavam que quando entra um gaúcho eles não fazem caso da gente. E vinham comprar de um gaúcho! Eu dizia: ah, não é certo. Porque eu acho que freguês, é tudo uma coisa só. Mais eles tava falando com um gaúcho, que era eu né. Eles diziam: eu vou fica comprando, conversando com gaúcho se quando um gaúcho entrar, ele não faz causo da gente. Se entrava outro gaúcho, eles não faziam causo, de uma maneira meio preconceituosa. E tava comprando de um gaúcho. E eu nunca dizia que eu era gaúcho. Eu tinha freguês certo que domingo vinha de Tupãssi. Eles eram nortistas. E eles tava morando lá. Porque ali era um encontro também. Igual Bragantina, mais ali entrou muito gaúcho. Aí veio o nortista e o paulista por aqui. Mais era mais os nortistas que se queixavam. Depois passou tudo, né. Tinha um pouco de preconceito que era uma besteira né! Meu pai era filho de italiano, mas ele nunca ensinou a gente ser preconceituoso. Ele dizia: tudo é gente. E ele tava certo né. Então a gente viveu no meio de tudo aquela turma, e eu nunca teve inimizade com ninguém⁵⁷¹.

Seu Miguel rememora o passado e enfatiza o bom relacionamento que teve com as pessoas do distrito, mesmo ocorrendo conflitos. Também, demonstra a astúcia de comerciante ao perceber que seria negativo posicionar-se como “gaúcho” em determinados espaços e situações.

Eu, às vezes, falava que eu era brasileiro. Eu tirava o corpo fora! Porque tinha muito pouco gaúcho lá na vila. Mas, o pessoal até considerava os gaúchos, depois foi tudo normalizando. Não achei dificuldade em nada, tanto com o povo que vinha do Sul, como com o povo que vinha do Norte. Achei mais dificuldade em Toledo, porque em Toledo era muito povo do Sul, hoje não mais, naquele tempo era⁵⁷².

Interessa ressaltar outro episódio de diferenciação e estranhamento no diálogo com as memórias do senhor Miguel.

⁵⁷¹ Miguel Giordani.

⁵⁷² Ibidem.

Quando eu cheguei em Bragantina, tinha ainda aqueles tocos de madeira queimados, sapecados. Eu tava mais pra baixo, mas aquele toco tava mais pra cima, e eu olhava e pensava: mais eu nunca vi aquele toco, como eu tô vendo aquele toco? E era meu vizinho do lado de baixo. Ele tinha aberto as Casas Bahia, mais eu não lembro se ficou muito tempo lá. Eles eram meu carrasquinhos, aí eles não se criaram bem. Eles eram boa gente, mais pra comércio eles não sabiam lidar. Aí eles não ficaram tempo aí. Mas, eu me dei sempre muito bem com esse pessoal aí⁵⁷³.

Seu Miguel fez questão de dizer que não foi apenas comerciante em Bragantina, mas que teria conciliado o comércio e a lavoura. “Eu tinha um sítio de 5 alqueires. Naquele tempo, a gente já começava a plantar soja, milho e ainda cuidava do comércio.”

Eu comprei minhas terras de um homem que abriu um comerciozinho aí [Bragantina]. E depois eu comprei o terreno direto da colonizadora daí. Comprei em primeira mão. Mais eles ainda não tinham documento nenhum, então era tudo da colonizadora, acertei tudo com ela. Foi assim que aconteceu. Tanto os dois terrenos que eu comprei o sítio, tudo na colonizadora⁵⁷⁴.

Esse pequeno fragmento leva-nos ao entendimento de que o senhor Miguel não adquiriu suas terras de um proprietário com título legal de propriedade, assim como ocorreu com a senhora Iolanda e o senhor Zeferino, mas de um posseiro. Conforme narrou, a regularização se deu somente mais tarde, com a chegada da Colonizadora. Com relação às demais propriedades que adquiriu em Bragantina, explica que comprou de “primeira mão”, diretamente da Colonizadora.

Com relação aos conflitos agrários ocorridos na área de Assis Chateaubriand, o senhor Miguel ao ser indagado a respeito relata:

Já tava tudo meio passado aquilo dos jagunços, aquelas coisas quando eu cheguei em Bragantina [19]64. Aquela onda forte de jagunços já tinha passado. Não eram jagunços, eram posseiros, coitados. Ali eu não conheci jagunços. Era a companhia que falava jagunço, mais o pessoal era posseiro. Eles trabalharam muitos anos ali com o terreninho deles, aí a companhia entrou, e comprou tudo do estado. Então houve conflito com esses posseiros que não queriam sair⁵⁷⁵.

⁵⁷³ Ibidem.

⁵⁷⁴ Ibidem.

⁵⁷⁵ Ibidem.

Os relatos apresentados sobre os conflitos agrários do senhor Miguel se assemelham aos relatos do senhor Izaltino e Ezequiel. Segundo ele, os conflitos já teriam passado e sido resolvidos. Porém, relata a ocorrência da morte de um posseiro que teria enfrentado a Colonizadora.

Eu conheci um posseiro. Aí ele quis enfrentar a companhia. E ele estava há muito tempo lá. E um dia mandaram matar ele. Eu tinha falado pra ele: cuidado, cuidado, não é assim, você tá sozinho e eles têm os caras para mandar matar. Você sempre ouviu falar que você é antigo aí, você sabe! E daí, ele enfrentou o pessoal da companhia. Deram uns tiros, até que um entrou na boca⁵⁷⁶.

É perceptível a existência de contradição na fala dos entrevistados ao rememorar sobre os conflitos agrários. Assim como Zeferino, Miguel também se contraria quando diz que “já tava tudo passado”, e logo em seguida, menciona um assassinato ocorrido no local em decorrência da disputa pela terra. Os conflitos pela terra continuam vivos na memória da população, a, ao que tudo indica, trata-se de uma questão ainda não resolvida.

Interessante notar que o senhor Miguel ao explicar como a Companhia procedia com os posseiros parece se resignar com tal procedimento. Segundo ele:

A companhia pedia: ou compra ou sai. Eles não expulsavam, mais pediam um pouco [de dinheiro] pra eles. Mas com o tempo começaram a pagar. Não que faziam eles ir embora. Eles também tinham um pouco de consideração. Agora se alguém bancasse o valente, a coisa era diferente. Como esse que eu contei agora. Mas, ele ficou com a terra dele. Apesar de tudo, ele não perdeu tudo. Então tem vários desses aí⁵⁷⁷.

Na sequência da narrativa, seu Miguel afirma ter havido conflito entre posseiros e a Colonizadora. Com relação ao posseiro, o vê como coitado o qual teria sido expulso de suas propriedades pela ação da colonizadora. Com relação ao jagunço, diz não ter conhecido.

Não eram jagunços, eram posseiros coitados. Ali eu não conheci jagunços. Era a companhia que falava jagunço, mas o pessoal era posseiro. Eles trabalharam muitos anos ali com o terreninho deles, aí

⁵⁷⁶ Ibidem.

⁵⁷⁷ Ibidem.

a companhia entrou, e comprou tudo do Estado. Então houve conflito com esses posseiros que não queriam sair⁵⁷⁸.

Essa interpretação pode estar relacionada ao fato de os posseiros também terem enfrentado os jagunços na defesa de suas propriedades. Como enfatizou o senhor Izaltino, não só os jagunços, mas os posseiros e também os proprietários de terras faziam uso de armas objetivando proteger a vida e a propriedade.

Em meados da década de 1980, o senhor Miguel se mudou para o município de Toledo, onde continuou trabalhando com comércio. Um das razões que o fizera mudar foi a dificuldade de proporcionar estudo aos filhos. “Por que como ia dar estudo pra eles lá, né? Aí vieram aqui estudar no colégio La Salle, porque lá era uma escola fraca”.

As narrativas que apresentamos no decorrer desse capítulo, possibilitaram explicitar a riqueza substancial presente no processo de formação e colonização do atual distrito de Bragantina. Longe de um processo homogêneo, houve encontro, inter-relação, troca, fatos omitidos na memória coletiva da região. Este espaço constituiu-se em uma paisagem social rica pela diversidade populacional, pelos estranhamentos, lutas e experiências solidarias.

Ao contrário dos discursos identitários presentes em publicações sobre a colonização do município de Toledo e Assis Chateaubriand, as quais unificaram a população, ora como “elemento humano sulista” ou “riograndense”, ora como “pioneiro nordestino”, excluindo muitos sujeitos do processo, as memórias apontaram para a diversidade da paisagem social, pondo o pesquisador à frente de questões latentes ainda hoje como a constituição de identidades locais e os conflitos agrários.

⁵⁷⁸ Ibidem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou realizar algumas reflexões acerca dos discursos identitários e memórias produzidas sobre (e da) população que colonizou as áreas pertencentes ao município de Toledo e Assis Chateaubriand a partir da década de 1960.

Ao longo do trabalho, foram analisados discursos identitários presentes em textos escritos, os quais (re)produzem discursos sobre as pessoas de ascendência alemã e italiana, oriundas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que colonizaram a área da Fazenda Britânia. Por meio da expressão “elemento humano”, os discursos estabelecem uma imagem positiva sobre essas pessoas, como: “mão de obra esmerada”, “de maior valor produtivo”, “aclimatadas”, com “amor ao trabalho” e outros.

O intuito desses discursos era cristalizar uma memória pública para o município de Toledo pautada na ideia do “pioneirismo” e, ao mesmo tempo, valorizar as ações empreendidas pela empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. – MARIPÀ, responsável pela colonização do local.

Em meio a essas memórias discursivas, percebeu-se o intuito de transformar um espaço heterogêneo, que congregou indígenas, paraguaios, descendentes de poloneses, japoneses, italianos e alemães, bem como, a população oriunda do Norte do Paraná e das regiões do Sudeste e Nordeste do Brasil em um espaço homogêneo.

Vale ressaltar que a identidade se faz na diferença e que a diferenciação constitui-se em fonte de riqueza para o local e a região. O problema da diferenciação ocorre quando algumas pessoas, mediante práticas discursivas e de poder, passam a tratar de forma pejorativa e excludente algumas outras. Como lembra Silva⁵⁷⁹, a identidade e a diferença não são entidades pré-existentes, que sempre estiveram aí ou que passaram a estar aí a partir de algum momento fundador. Elas não são elementos passivos da cultura, mas são constantemente criadas e recriadas. O autor acrescenta ainda que a identidade e a diferença relacionam-se com a

⁵⁷⁹ SILVA, Tomaz Tadeu da. Op., cit., p. 96.

atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição.

Dar visibilidade ao “outro”, mediante os discursos, tornou-se necessário para reforçar a identidade da população selecionada para colonizar o local. Com isso, as demais pessoas passaram a ser nomeadas e classificadas através de discursos pejorativos, como aventureiros, “pelo-duro”, “mundanos”, “pobres”, “atrasados” e outros adjetivos.

Os discursos presentes nos textos analisados mostram que a colonização empreendida pela Maripá e por pessoas escolhidas pela empresa é tida como um acontecimento natural e necessário. Dessa forma, os discursos acabam por silenciar os conflitos e os interesses particulares inerentes à própria colonização, seja com relação às pessoas que já se encontravam no local quando da chegada dos “colonizadores” descendentes de italianos e alemães, seja em relação aos “outros”, tidos como não desejadas em participar do processo de colonização, seja ainda em relação ao objetivo da colonização de manter inalterado o sistema fundiário brasileiro.

Ao ouvir as memórias de Avelino Campagnolo sobre as pessoas participantes do processo de colonização da região Oeste, outras questões se fizeram presentes. Para além de estabelecer fronteiras culturais e étnicas entre a população de Toledo e de Assis Chateaubriand, Campagnolo retrata a intensidade dos conflitos agrários existentes na área pertencente a Assis Chateaubriand, também a forma como esse conflito vitimizou e aterrorizou muitas pessoas. Relata a força de mando que exercia a empresa Colonizadora Norte do Paraná naquela área e que, com seu aval, muitos “posseiros” ou pequenos agricultores foram expulsos de suas terras, sofreram ameaças, foram assassinados por lutar pelo direito à terra.

Campagnolo chama a atenção para a necessidade de serem ouvidas outras versões da história, diferentes daquelas que reproduzem os interesses da empresa Maripá, inclusive reivindica o direito de contar a sua versão da história de Toledo, por acreditar ser o legítimo “guardião da memória” da região.

Com relação aos discursos presentes na obra de Souto Maior, sobre a população que colonizou a área pertencente ao atual município de Assis Chateaubriand, observou-se que o autor segue a mesma estrutura das obras de Oscar Silva e Ondy Hélio Niederauer. Maior unificou a população daquela área por meio da expressão “pioneiros nordestinos”, mesmo tendo proposto discutir sobre o

encontro das correntes migratórias no local. Também, silenciou acerca dos conflitos agrários intensificados com a chegada das empresas colonizadoras na área. Pretendeu instituir uma memória hegemônica para a cidade e uma versão positivada da história.

A História Oral foi de grande importância para essa pesquisa na medida em que abriu caminhos para historicizar os significados e as dinâmicas sociais até então omitidas pela historiografia oficial sobre a população do local. Nesse sentido, salientamos que nosso objetivo não foi o de aceitar ou refutar esta ou aquela versão da história, mas mostrar que existem outras memórias sobre o regional e o local e que se faz importante reconhecê-las para ampliarmos nossa compreensão sobre o processo de (re)ocupação do oeste do Paraná.

As narrativas orais dos moradores do distrito de Bragantina, participantes do processo de colonização do local, apontam para outras dimensões do vivido. O senhor Izaltino rememorou o tempo em que migrou do Norte do Paraná para cultivar o café no Oeste do Paraná e teve seu sonho desfeito pelas geadas ocorridas na época. Mencionou a presença de posseiros e jagunços nas proximidades de suas terras e também o fato de ter sido discriminado quando frequentava o comércio de Toledo.

A senhora Iolanda, ao rememorar sobre sua chegada no local, fala da presença do “outro”, seja do paulista, do baiano e do “nortista”, gente que segundo ela, veio conhecer no Oeste do Paraná. Ainda demonstrou o estabelecimento de laços de solidariedade entre eles, mesmo percebendo a diferenciação seja no jeito de falar e no preparo dos alimentos, diferenças transformadas por ela em aprendizado e riqueza nesse espaço múltiplo.

O senhor Ezequiel rememorou sua luta para realizar o sonho de ser proprietário de uma “chacrinha” no Paraná. Relembrou a presença de vizinhos e conhecidos, que, assim como ele, eram pequenos proprietários rurais no local e que, por motivos diversos, venderam suas terras e se mudaram para Mato Grosso e Rondônia. Fala com orgulho de ter vivido no meio rural sua vida inteira e só residir na “Vila agora que está velho”.

O senhor Zeferino lembra quando adentrou a área do atual município de Assis Chateaubriand após ter adquirido uma “posse de terras” e ter se deparado com jagunços que, a mando da Colonizadora, vigiavam a área contra “invasores”.

Rememora ter perdido parte de suas terras para a Colonizadora e que, mesmo assim, permaneceu no local “fazendo roça, plantando de tudo”.

O senhor Miguel relembrou do tempo em que chegou em um caminhão com seu “estoquezinho” para abrir uma loja de roupas em Bragantina. Falou da estratégia de convivência com “todo tipo de gente” presente no local, mesmo se identificando como “gaúcho”.

Nessas narrativas, o que se percebe são as movimentações de pessoas, não na forma de “correntes ou frentes pioneiras”, mas isoladamente ou com suas famílias, bem como o conflito agrário a luta pela terra, os estranhamentos ao deparar-se com o “outro” e a constituição de laços de solidariedade entre vizinhos e conhecidos.

Por fim, notamos que a colonização representou o começo e o recomeço da história de vida de muitos entrevistados. Mas não significou o ápice da história local como pretendem fazer crer os textos escritos analisados neste trabalho.

No decorrer da elaboração desse trabalho, foi possível perceber que há muito a ser pesquisado, como, por exemplo, as memórias da população de Toledo sobre o período da colonização desvinculada das memórias hegemônicas ligadas à ação da empresa Maripá. Aspectos referentes a sujeitos históricos que participaram desse processo devem ser conhecidos, como, por exemplo, saber de que estado eram oriundos, as atividades que desenvolveram no local, os motivos que os impulsionaram a migrar, as múltiplas temporalidades da migração, as relações familiares, as condições socioeconômicas, a vida diária, as relações de amizade e solidariedade edificadas entre as pessoas, enfim, o “modo de vida” das pessoas.

Meu trabalho como Assistente Social no município de Toledo tem demonstrado tal necessidade. Tenho me deparado com pessoas idosas reivindicando o papel de “pioneiros” do local. Por exemplo, em uma visita domiciliar para o senhor Antônio, 70 anos, oriundo da Bahia, este relatou residir no município desde os 10 anos de idade, e que, juntamente do pai, trabalhou na derrubada da mata e também em serrarias existentes em Toledo. Reiteradas vezes afirmou ser “pioneiro de Toledo”. Antônio é casado com a senhora Joana, 90 anos, nascida no Paraguai e residente na região desde menina. O mesmo ocorreu em uma visita domiciliar realizada para a senhora Lídia, 74 anos. O objetivo da visita consistia em avaliar a situação socioeconômica da mesma para inseri-la no conjunto habitacional “Recanto Feliz”, para idosos. No decorrer da visita, Lídia me surpreendeu com a

seguinte fala: “será que eu, sendo pioneira de Toledo e tendo trabalhado todos esses anos para o crescimento do município, não tenho direito de ganhar uma casinha?” Segundo ela, reside no local desde 1954, é filha de argentinos e trabalhou em olaria durante muitos anos, desde que sua família se mudou de Guaíra para Toledo. Ao ser questionada se havia trabalhado na derrubada da mata, ela respondeu que não, afirmando que “essa parte do trabalho pesado era feito pelos paraguaios”.

Portanto, se faz importante a realização de mais estudos que abordem as memórias de pessoas, oriundas de diferentes lugares, que se estabeleceram na região Oeste do Paraná, pois isso possibilita ampliarmos nossa percepção sobre o passado e o presente da população dessa região.

FONTES ESCRITAS

ELFES, Albert. **Estudo Agro-econômico e Social:** Guaíra, Toledo, Palotina, Nova Aurora, Santa Helena, Assis Chateaubriand, Terra Roxa do Oeste, Marechal Cândido Rondon e Formosa do Oeste. 1970.

NIEDERAUER, Ondy Helio. **Toledo no Paraná:** a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. Toledo: Manz Etiquetas Adesivas, 1992.

_____. **Toledo no Paraná:** a história de um latifúndio improdutivo, sua reforma agrária, sua colonização, seu progresso. 2. ed. Toledo: Tolegraf, 2004.

MAIOR, Laércio Souto. **História do município de Assis Chateaubriand:** o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná. Maringá: Clichetec, 1996.

MULLER, Keith Derald. Colonização Pioneira no Sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. 1973. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, a. 1, n. 1, p. 83-139, 1986.

OBERG, Kalervo; THOMAS, Jabine. **Toledo:** um município da fronteira Oeste do Paraná. Rio de Janeiro: Estudos n. 3. Edições SSR, 1960.

SILVA, Oscar. **Toledo e sua história.** Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.

SZILVASSY, Arpad. **Aspectos gerais da colonização comunitária européia no Paraná.** 1965.

FONTES ORAIS

1. **Almerinda Rosa Ferreira**, 83 anos (02/07/1928), aposentada. Nasceu em Chale de Minas, Estado de Minas Gerais. Entrevista concedida à Marilda Marques no distrito de Bragantina em 27/09/2011.
2. **Anísio Atílio Piva**, 72 anos (21/06/1939), agricultor. Nasceu em Cambé, Estado do Paraná. Entrevista concedida à Marilda Marques no distrito de Bragantina em 20/12/11.
3. **Augusto José da Silva**, 78 anos (18/08/1933), aposentado. Nasceu em Congoinha, Estado do Paraná. Entrevista concedida à Marilda Marques no distrito de Bragantina em 09/08/2011.
4. **Avelino Campagnolo**, 85 anos, (30/04/1926) médico. Nascido em Concórdia, Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida à Marilda Marques, no município de Toledo, em 02/10/2011.
5. **Ezequiel F. Oliveira**, 83 anos (30/02/1928), agricultor. Nasceu em Campo do Brito, Estado do Sergipe. Entrevista concedida à Marilda Marques, no distrito de Bragantina, em 16/08/2011.
6. **Iolanda Gonçalves de Lima**, 91 anos (17/01/1921), agricultora. Nasceu em Timbó, Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida à Marilda Marques, no distrito de Bragantina, em 17/01/2012.
7. **Izaltino Roberto Pesarini**, 78 anos (18/01/1933), agricultor. Nasceu em Vila Roberti, Estado de São Paulo. Entrevista concedida à Marilda Marques na zona rural do distrito de Bragantina, em 17/07/2011.
8. **José Batista de Oliveira**, 80 anos (22/09/31), comerciante. Nasceu em Russas, Estado do Ceará. Entrevista concedida à Marilda Marques no distrito de Bragantina em 16/08/2012.
9. **Laudísa Mendes Gobbi**, 64 anos (10/05/1947), confeitadeira. Nasceu em Taió, Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida à Marilda Marques no município de Toledo em 28/12/11.
10. **Laurinda Kuhl Pereira**, 59 anos (23/02/1952), comerciante. Nasceu em Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo. Entrevista concedida à Marilda Marques no município de Assis Chateaubriand em 30/12/11.
11. **Marlene Marques**, 56 anos (11/04/1955), professora. Nasceu em Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul. Entrevista concedida à Marilda Marques no município de Toledo em 26 e 29/11/11.

- 12. Miguel Giordani**, 90 anos (01/04/1921), comerciante e agricultor aposentado. Nasceu em Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul. Entrevista concedida à Marilda Marques no município de Toledo em 10/2011.
- 13. Osvaldo Schalkoski**, 58 anos (12/10/1953), vereador em exercício. Nasceu em Witmarsum, Estado de Santa Catarina. Entrevista concedida à Marilda Marques no distrito de Bragantina em 12/09/11.
- 14. Zeferino Quaresma de Matos**, 84 anos (05/04/1927), agricultor e comerciante aposentado. Nasceu em Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul. Entrevista concedida à Marilda Marques no distrito de Bragantina em 16/09/11.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Durval M. **A invenção do nordeste. E outras artes.** São Paulo: Cortez, 2001.

BACKES, Gilson. **As plantações de hortelã e as dinâmicas socioculturais da fronteira:** memórias, trajetórias e estranhamentos em Mercedes (Oeste do Paraná 1960-2009). Dissertação de mestrado. Marechal Cândido Rondon. 2009.

BORITZA, Rita. **Os conflitos ocupacionais da colonização de Assis Chateaubriand.** Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: 2007,

CARDOSO, Jayme Antônio. **Atlas histórico do Paraná.** 2. ed. rev. ampl. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil:** Mito Fundador e sociedade autoritária. 2000. Disponível em: [www.fag.edu.br/ .../7011303](http://www.fag.edu.br/.../7011303). Acessado em 25 set. 2012.

COLODEL, José Augusto. Cinco séculos de história. In: **Mesorregião Oeste do Paraná:** diagnóstico e perspectivas. Cascavel-PR, 2002.

COLOGNESE, Silvio Antônio (Org.). **Tupãssi:** do mito à história. Cascavel: Edunioeste, 1999.

COMPANHIA de Terras Norte do Paraná. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná,** publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramento Norte do Paraná, São Paulo: Ave Maria, 1977.

CRESTANI, Leandro de Araujo. **Conflitos Agrários e Mercados de Terras Nas Fronteiras do Oeste do Paraná (1843/1960).** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Unioeste. 2012.

CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS. Capítulo 3. PIERUCCINI, Mariângela Alice; TSCHÁ, Olga da C. P.; IWAKE, Shiguero. Disponível em: <www.unioeste.br/projetos/oraculus/pmop/capitulos/Capitulo_03.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: EDUSC, 2002.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO PARANÁ. **Colonização oficial do governo do Paraná.** Curitiba: Chain, 1991.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, L. **Os estabelecidos e os Outsiders.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. **A “Mística do Pioneirismo”, antídoto contra o socialismo: Bento Munhoz da Rocha Neto, a reforma Agrária e o norte do Paraná nos anos 50 a e 60.** *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, UEPG, v. 2, n.1, 1997.

_____. **Como Martim Afonso virou Trineto de Mavutsinim?** *Hist. Ensino*, Londrina, v. 3, p. 23-36, abr.1997.

GREGORY, Valdir. Colonização. In: **Dicionário da terra**. MOTTA, Márcia. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **História regional e o Oeste do Paraná**. Escrito para a apresentação no XII Encontro Anual de Iniciação Científica. Foz do Iguaçu – 02 a 05 de setembro de 2003.

_____. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940/70)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros: Rio de Janeiro. J. O. 1987.

KHOURY, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeitos na história.” In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

_____. “O historiador, as fontes orais e a escrita da história”. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs). **Outras Histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’Água, 2006.

LANGARO, Jiane Fernando. **Quando o futuro é inscrito no passado: “colonização” e pioneirismo nas memórias públicas de Toledo – PR (1950-2010)**. Doutorado em História. PUC-SP. São Paulo, 2012.

LAVERDI, Robson. **Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná**. Curitiba: 2005.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. 2. ed. Campinas, SP: INICAMP, 1992.

LESSER, Jeffrei. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

MARIPÁ. **Plano de colonização**. Toledo (PR), 1955.

MARQUES. Marlene. **O lugar do povo no Projeto Comunidade no Poder (Toledo, 1993/1996)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

2002.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MYSKIW, Antônio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros**: conflitos de terras no Oeste do Paraná (1961/66). Dissertação de Mestrado. Niterói/ Rio de Janeiro, 2002.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, E. R. O que é medicina popular. São Paulo: Brasiliense, 1984. In: WESSLING, Leonilda. **O patrimônio fitoterápico em Blumenau (SC)**. História, Práticas Culturais e Identidade: Abordagens e perspectivas teóricas-metodológica. Org. Geni R. Duarte; Méri Frotscher; Robson Laverdi. Cascavel: Edunioeste, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC; Curitiba. 1981.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In Projeto. História. N. 15. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. "A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais". In: **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 1, n.º , pp. 59-72, 1992.

POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

RENK, Arlene. **Narrativas da diferença**. Chapecó: Argos, 2004.

ROMATTO, Maurílio. **O vale esquecido**: memória da Luta pela terra, em Nova Aurora – Paraná desde os anos 50. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1995.

SAATKAMP, Venilda. **Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon**. Cascavel: ASSOESTE, 1985.

SANTOS, Reginaldo Aparecido dos. **Narrativas urbanas**: cidade, fotografia e memória, Toledo – PR. (1950-1980). Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon, 2010.

SANTOS, Nicheli Rodrigues. **(Re)leituras de uma história**: o Museu Willy Barth na visão de seus visitantes. Trabalho de conclusão de curso. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2010.

SCHREINER, Davi Félix. **Cotidiano, trabalho e poder**: a formação da cultura do trabalho no extremo-oeste do Paraná. Toledo/PR: Editora Toledo, 1997.

_____. **Entre a exclusão e a utopia**: um estudo sobre o processo de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região Sudoeste/Oeste do Paraná). Tese de Doutorado em História Social. São Paulo, 2002.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e a reforma agrária. p. 139. In: **A questão agrária hoje**. STÉDILE, J. P. (Org.). Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SILVA, Márcia Cristina Rodrigues da. "**Cidade 'Morada Amiga' no Oeste do Paraná**: memórias das tensões em Assis Chateaubriand/PR (1960-2010)". Dissertação de Mestrado. UNIOESTE, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

STEIN, Marcos Nestor. **A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946 – 1996)**. Dissertação de Mestrado em História – UFSC. Florianópolis, 2000.

_____. **Migração, meio ambiente e colonização**: análise de relatório de Albert Elfes sobre a Ocupação do Oeste do Paraná. Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis SC, 2010.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. 2º Ed. São Paulo: Ática, 1991.

WACHOWICZ, Ruy C. **Obrageros, Mensus e Colonos**: história do Oeste paranaense. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.